

2024

VOLUME 2 · NÚMERO 1



ISSN 3085-9085

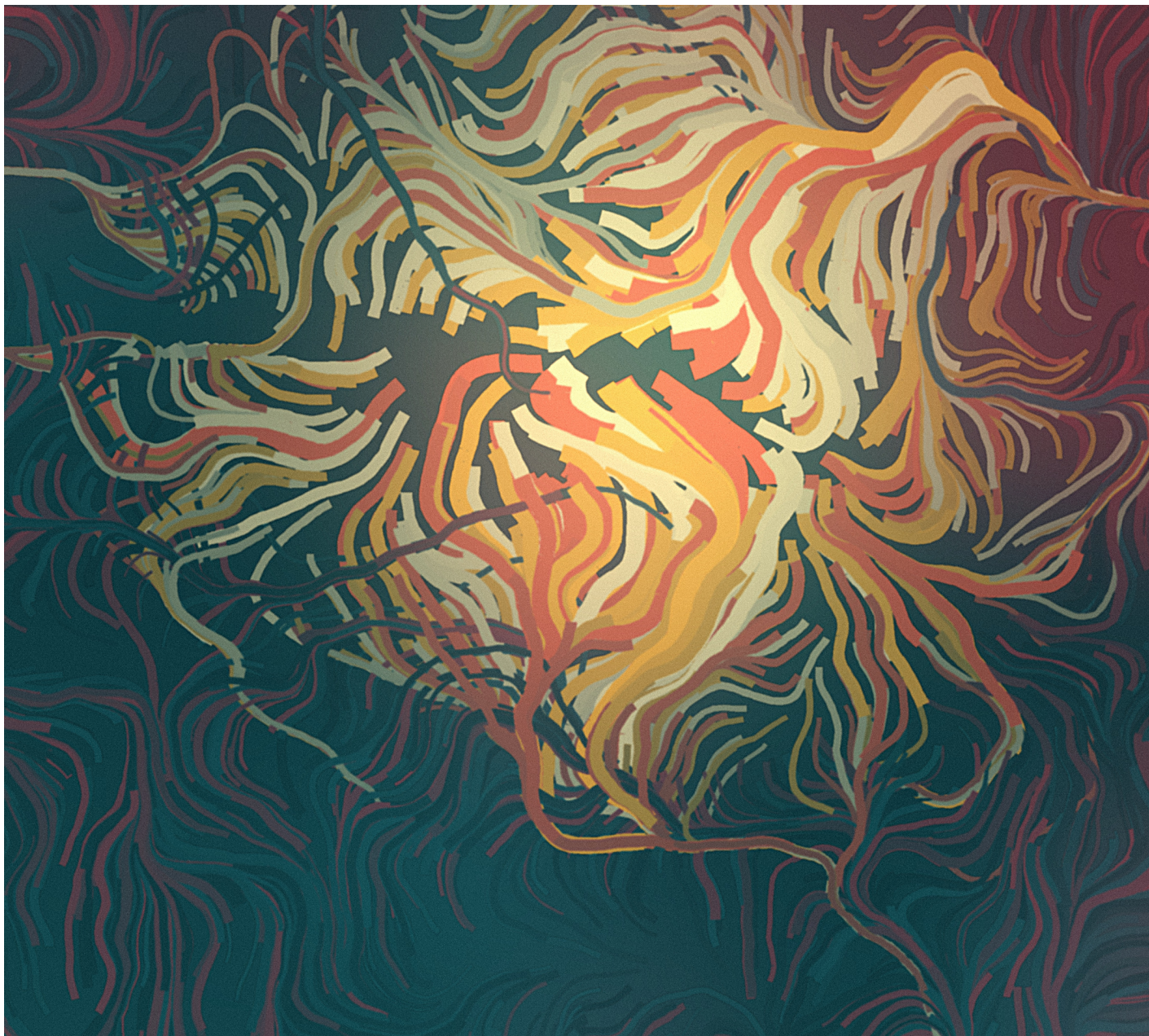
**Revista de Clínica,
Cultura e Ciências
Mentais**

**JEKYLL E HYDE: A RELAÇÃO DE
OPOSTOS NA PSIQUE**

PSICOLOGIA DAS MASSAS E
LIDERANÇA CARISMÁTICA: A
RENÚNCIA À SINGULARIDADE

A ALEGORIA DA CAVERNA E SEUS
DESLOCAMENTOS EM O QUARTO
DE JACK

interapia ●



Interapia

Revista de Clínica, Cultura e Ciências Mentais

IDENTIFICAÇÃO

Interapia — Revista de Clínica, Cultura e Ciências Mentais

ISSN 3085-9085

Volume 2, número 1 — 2024

Periodicidade: anual neste volume

MANTENEDORA

Registro Nacional de Terapeutas e Psicanalistas — RNT

Brasil

interapia.org

CORPO EDITORIAL

Rosilei de Souza Jeremias

Editora-chefe · Mestre em Psicologia

Alexander Malaver Copara

Editor executivo · Universidade de Brasília (UnB)

Aline Duran

Editora associada · Doutora em Direito

Ricardo Silveira

Direção editorial · Diretor de Instituto, Registro Nacional de Terapeutas e Psicanalistas (RNT)

Solange Farias

Revisão institucional · Especialista em revisão institucional, comunicação pública e ética profissional

PARECERISTAS

Pareceristas *ad hoc* e consultores convidados, com titulação mínima de mestre, nas áreas de Saúde Mental, Psicanálise, Psicologia, Educação e Cultura.

ESCOPO

Publica trabalhos de psicanálise, saúde mental, psicodinâmica do trabalho e estudos de cultura, em diálogo com a clínica contemporânea. Aceita artigos originais, ensaios teóricos, relatos de experiência, estudos de caso e resenhas.

AValiação

Triagem pelo comitê editorial seguida de avaliação por pares em modalidade duplo-cego, com no mínimo dois pareceristas externos à instituição dos autores. Resenhas e editoriais não passam por avaliação por pares. Esse processo vigora para as submissões recebidas a partir de 2026.

Os artigos deste volume foram aceitos pela direção anterior sem que os pareceres tenham sido registrados. A revista não afirma, portanto, que tenham passado por avaliação duplo-cega. O que se pode declarar é o que de fato se fez: cada texto foi lido na íntegra pela editoria atual, teve a autoria confirmada no documento ou no registro editorial, teve as referências conferidas uma a uma quanto à existência e à correspondência com o que o texto cita, e foi normalizado às normas vigentes sem alteração de tese.

ACESSO E LICENÇA

Acesso aberto, sem embargo, desde a data de publicação.

Creative Commons Atribuição-NãoComercial 4.0 Internacional (CC BY-NC 4.0). Os autores mantêm os direitos sobre suas obras e concedem à revista o direito de primeira publicação.

TAXAS

Não há taxa de submissão. Taxa de publicação de R\$ 390,00 devida apenas após a aprovação, destinada aos custos de operação da revista, com política de isenção prevista na Política Editorial.

NORMALIZAÇÃO

Referências conforme ABNT NBR 6023. Projeto gráfico e diagramação próprios.

NOTA SOBRE ESTE VOLUME

Os registros de tramitação editorial dos volumes 1 a 3 estão incompletos em razão de mudança na direção da revista. Nos artigos deste volume informa-se apenas a data de publicação. A revista optou por declarar a lacuna em vez de reconstituir datas por estimativa.

Nesta edição

EDITORIAL

O que se recupera quando se recupera um acervo

4

Ricardo Silveira · Solange Farias

ARTIGOS

Desempenho esportivo e construção da identidade na adolescência: uma leitura psicanalítica do eu e do ambiente

5

Catarina Contes Tribst

Jekyll e Hyde: a relação de opostos na psique

12

Felipe Lessa Silva

A psicanálise como instrumento de autoconhecimento: dispositivos, obstáculos e limites

19

Humberto Pessôa de Araujo

A psicanálise no processo do luto antecipatório: enfrentamento da morte e ressignificação da vida

26

Karinne Neiva Jordão

A arte como instrumento terapêutico na psicologia analítica: imaginação ativa, símbolo e individuação na obra de C. G. Jung

33

Osvaldo Gonçalves

A alegoria da caverna e seus deslocamentos em O quarto de Jack: imagem, função materna e passagem ao princípio de realidade

41

Leonardo Rodrigues

Psicologia das massas e liderança carismática: identificação, ideal do eu e a renúncia à singularidade em grupos de adesão total

48

Lia Malusá Penteadó

Arquétipos na psicologia analítica: um modelo triádico e suas consequências clínicas

55

Márcia Aparecida Rodrigues

O que se recupera quando se recupera um acervo

O segundo volume da *Interapia* chega com uma vantagem sobre o primeiro: já se sabe o que se está fazendo. O volume inaugural foi reorganizado no escuro — era preciso descobrir, artigo a artigo, o que existia, de quem era e em que estado estava. Agora há um método, e ele produziu uma descoberta que merece ser dita em voz alta.

Recuperar um acervo não é apenas reencontrar arquivos. É reencontrar pessoas. Cada um dos textos destes volumes foi escrito por alguém que estudou, formulou e submeteu seu trabalho a uma revista — e que, por anos, não teve notícia dele. Havia artigos cadastrados sem o nome de quem os escreveu. Havia textos aceitos cujo arquivo nunca chegou ao leitor. Entre o esforço de quem escreve e o leitor que ele procura, a revista havia deixado de existir como passagem.

Foi isso que o trabalho de recuperação devolveu, e é isso que justifica o esforço. Não a aparência de um acervo organizado, mas o restabelecimento de um vínculo que tinha sido interrompido sem aviso.

O método que se consolidou neste volume é simples de enunciar e exigente de cumprir. Todo artigo é lido na íntegra, no arquivo original. A autoria é confirmada no documento ou no registro editorial — e, quando não existe em nenhum dos dois, o texto não é publicado, porque a revista não atribui autoria por inferência. Cada referência citada é verificada; a que não se confirma é retirada, não é maquiada. Nenhum artigo é alocado a um fascículo anterior ao ano da obra mais recente que ele cita, regra que impede o absurdo de um texto datado citar o futuro. E as datas de tramitação que se perderam permanecem declaradas como ausentes.

Esse último ponto merece uma palavra. Houve a tentação de preencher as lacunas com datas plausíveis — ninguém notaria. Decidimos que notaríamos nós. Uma revista científica não é um objeto de aparência; é um registro ao qual outras pessoas confiarão suas próprias afirmações. Um registro que mente sobre o que não sabe não serve a ninguém, e a descoberta da mentira custa mais do que a lacuna jamais custaria.

Os artigos deste número percorrem um arco amplo: a construção da identidade no desempenho esportivo da

adolescência; a elaboração do luto; a arte como recurso terapêutico; o cinema como via de acesso a uma questão filosófica antiga; a identificação com o líder e o que ela custa ao sujeito em grupos de adesão total. São temas distintos que partilham uma mesma aposta — a de que a escuta clínica tem algo a dizer sobre o que se passa fora do consultório.

Cabe registrar aqui, e não apenas nos bastidores, o que a recuperação deste acervo encontrou. Em artigos revistos até agora, a editoria identificou listas de referências sem correspondência com as obras citadas no texto, entradas bibliográficas cuja existência não se confirma, resumo e abstract descrevendo trabalhos diferentes, material clínico obtido fora de enquadre de atendimento e imputação de conduta criminosa a pessoas vivas sem fonte. Nenhum desses trabalhos foi publicado nessa forma: o que não se confirmou foi retirado, e o que podia ser reancorado em fonte verificável foi reancorado, sem alteração de tese.

Essas ocorrências não são defeito de caráter de quem escreveu. São o resultado previsível de uma revista que recebia trabalhos e não os conferia. A correção, portanto, não é disciplinar os autores: é a revista passar a fazer o que lhe cabe. Por isso a Política Editorial agora fixa, por escrito, que referência não confirmada é retirada e não maquiada; que divergência entre o que o texto cita e o que a lista traz volta ao autor; e que relato de caso clínico exige enquadre declarado, consentimento documentado e habilitação de quem atendeu.

Agradecemos aos autores que esperaram. A espera não foi escolha deles, e a revista reconhece a falha sem procurar atenuá-la. O que se pode oferecer, agora, é um periódico que funciona: com normas escritas, prazos declarados, avaliação registrada e texto completo disponível a quem quiser ler.

Ricardo Silveira

Direção editorial

Solange Farias

Revisão institucional

Desempenho esportivo e construção da identidade na adolescência: uma leitura psicanalítica do eu e do ambiente

Sport performance and identity construction in adolescence: a psychoanalytic reading of the ego and the environment

Catarina Contes Tribst

Psicanalista clínica, Brasil.

PUBLICADO 20 DEZ 2024

Os registros de tramitação editorial dos volumes 1 a 3 estão incompletos em razão de mudança na direção da revista. As datas de recebimento, revisão e aceite deste artigo não puderam ser recuperadas e, por isso, não são informadas.

RESUMO

Este artigo examina, em chave psicanalítica, a participação do desempenho esportivo na construção da identidade e na organização do eu durante a adolescência. Parte-se da formulação freudiana do eu como instância mediadora e da tese eriksoniana da adolescência como crise de identidade para interrogar o que o campo esportivo oferece ao trabalho psíquico desse período: um conjunto regrado de experiências de ganho e perda, um grupo de pares, figuras de autoridade investidas como modelos identificatórios e um corpo convocado a desempenhar. Sustenta-se que o esporte não exerce efeito unívoco sobre a estruturação psíquica. Ele opera como ambiente sustentador e espaço potencial quando há quem acolha e dê forma à frustração; converte-se em dispositivo de alienação subjetiva quando o valor do adolescente passa a coincidir com seu rendimento. Entre esses dois destinos situam-se fenômenos descritos pela literatura clínica — a identidade esportiva exclusiva, a projeção parental de desejos não realizados, a competição precoce e a lógica do alto rendimento. Discute-se ainda o futebol como campo simbólico de pertencimento na cultura brasileira. Conclui-se que o fator decisivo não é a prática esportiva em si, mas a existência, em torno dela, de condições que sustentem o adolescente como sujeito e não apenas como executante.

Palavras-chave: adolescência; identidade; eu; esporte; psicanálise.

ABSTRACT

This article examines, from a psychoanalytic standpoint, the part played by sport performance in the construction of identity and the organisation of the ego during adolescence. Starting from the Freudian formulation of the ego as a mediating agency and from Erikson's thesis of adolescence as a crisis of identity, it asks what the sporting field offers to the psychic work of this period: a rule-governed set of experiences of gain and loss, a peer group, authority figures invested as identificatory models, and a body summoned to perform. It is argued that sport exerts no univocal effect on psychic structuring. It operates as a holding environment and potential space where someone is present to receive and give form to frustration; it becomes a device of subjective alienation where the adolescent's worth comes to coincide with his or her output. Between these two destinies lie phenomena described in the clinical literature: exclusive athletic identity, parental projection of unrealised wishes, early competition and the logic of high performance. Football is further discussed as a symbolic field of belonging in Brazilian culture. The decisive factor is not sporting practice itself but the conditions surrounding it.

Keywords: adolescence; identity; ego; sport; psychoanalysis.

1 Introdução

A adolescência impõe ao aparelho psíquico uma reorganização sem equivalente em outro momento do ciclo vital. O corpo se transforma em ritmo que a representação não acompanha; os laços de infância perdem a função de refe-

rência estável; e o sujeito vê-se obrigado a responder, com recursos ainda precários, à pergunta sobre quem é. A psicanálise descreveu esse período menos como etapa a ser superada do que como trabalho — de luto pelos objetos infantis, de reinvestimento narcísico e de ensaio de identidades novas (Aberastury; Knobel, 1981; Blos, 1998).

O campo esportivo oferece a esse trabalho condições bastante particulares. Reúne, num mesmo dispositivo, um corpo em exercício, uma regra que ordena o que pode e o que não pode ser feito, um grupo de pares, figuras de autoridade investidas como modelos e um sistema de medida que converte esforço em resultado público. Poucos espaços da vida adolescente concentram tantos vetores de identificação e tantas ocasiões de ganho e de perda em intervalo tão curto.

Essa concentração explica por que o esporte aparece, no discurso corrente, ora como escola de caráter, ora como máquina de adoecimento. Ambas as descrições falham pelo mesmo motivo: tratam a prática esportiva como causa suficiente de um efeito psíquico. O argumento aqui desenvolvido sustenta o contrário. O que decide o destino subjetivo da experiência esportiva não é a modalidade nem o nível competitivo, mas a qualidade do ambiente que a cerca — a presença ou a ausência de alguém capaz de receber, nomear e devolver elaborada a experiência que o adolescente vive e ainda não consegue pensar.

O objetivo é duplo: descrever as operações psíquicas que o campo esportivo mobiliza na adolescência, à luz da teoria do eu e da teoria das relações de objeto; e identificar as condições sob as quais essas operações favorecem a integração identitária ou produzem sofrimento. A discussão recorre ao contexto brasileiro em dois pontos — o lugar do futebol como campo simbólico de pertencimento e as particularidades da psicologia do esporte no país —, por entender que a questão identitária não se formula fora de uma cultura determinada.

2 Método

Trata-se de revisão narrativa de literatura, de natureza teórico-conceitual, voltada à articulação entre conceitos psicanalíticos e fenômenos descritos no campo da psicologia do esporte. Não há produção de dados primários nem pretensão de exaustividade bibliográfica; o que se busca é construir um argumento conceitualmente consistente a partir de fontes reconhecidas.

O corpus primário é constituído pelos textos em que os conceitos mobilizados recebem formulação sistemática: a

segunda tópica freudiana, com a definição do eu como instância mediadora (Freud, 1923) e a teoria do investimento narcísico (Freud, 1914); a elaboração de Anna Freud (2006) sobre as defesas do eu na adolescência; a teoria do amadurecimento e do ambiente sustentador em Winnicott (1983), com o conceito de espaço potencial (Winnicott, 1975); a função continente do pensamento em Bion (1991); e a formulação eriksoniana da crise de identidade (Erikson, 1976a, 1976b). A esses se somam a síntese conceitual de Laplanche e Pontalis (2001) e as descrições clínicas da adolescência de Aberastury e Knobel (1981) e Blos (1998). O corpus secundário reúne trabalhos sobre o atravessamento entre subjetividade e esporte: Anjos (2019), sobre o mal-estar na carreira de atletas profissionais; Rubio (2007), sobre a psicologia do esporte no Brasil; Koch (2016), sobre futebolização da juventude escolar; e Loevinger (1976), sobre estágios de desenvolvimento do eu.

O critério de inclusão foi a existência de tratamento conceitual explícito do fenômeno — não sua mera menção ilustrativa — em obra de referência, periódico com revisão por pares ou tese defendida em programa reconhecido. Excluíram-se materiais de divulgação, conteúdo audiovisual sem registro escrito correspondente e trabalhos cuja referência à psicanálise se limitasse ao empréstimo de vocabulário. O procedimento consistiu em, para cada eixo conceitual, reconstituir a formulação de origem, identificar sua expressão no campo esportivo adolescente e examinar o que ocorre quando a condição que o conceito nomeia está ausente.

3 O eu adolescente e a tarefa identitária

3.1 Uma instância em reorganização

Freud (1923) define o eu como instância que medeia entre as exigências pulsionais, os imperativos do supereu e as condições impostas pela realidade. A definição é funcional, não substancial: o eu não é uma coisa, mas um conjunto de operações cuja eficácia varia. Na adolescência, essas operações sofrem sobrecarga simultânea em todas as frentes. A maturação altera a intensidade das exigências pulsionais; a revisão das identificações parentais desestabiliza o supereu, ora severo, ora inoperante; e a realidade social amplia bruscamente suas demandas de desempenho e de posicionamento.

Anna Freud (2006) descreve o efeito dessa sobrecarga como mobilização defensiva intensa e por vezes desordenada, em que recursos como o ascetismo e a intelectuali-

zação servem menos à proteção do sujeito do que à tentativa de controlar um aparelho momentaneamente excedido. Daí a oscilação característica do período, entre onipotência e colapso, que não indica patologia em si, mas o estado de um sistema trabalhando no limite.

Essa mediação tem no corpo seu ponto mais exposto. A transformação puberal antecede a representação, e o adolescente habita por algum tempo um corpo que ainda não é seu em termos de imagem. A formulação lacaniana do estádio do espelho (Lacan, 1998) é útil aqui menos como descrição de um momento cronológico do que como indicação de que a unidade do eu é conquistada por via de uma imagem exterior, e é por isso estruturalmente dependente do olhar do outro. O campo esportivo oferece justamente isso: uma imagem de si em exercício, visível, comentada, medida. É o que o torna tão potente e tão arriscado.

3.2 Seis traços do eu em formação

A observação clínica permite isolar traços recorrentes do funcionamento do eu nesse período, cada um com expressão reconhecível no campo esportivo. O primeiro é a *fleixibilidade acompanhada de instabilidade*: o eu adolescente ensaia posições sucessivas, e a mesma plasticidade que permite experimentar impede, por ora, a consolidação. A escolha e o abandono de modalidades participam desse ensaio e não devem ser lidos de imediato como inconstância.

O segundo é a *busca de coesão e de sentido* — esforço de integrar experiências dispersas numa narrativa que sustente a continuidade de si. É o traço de maior consequência, pois dele depende a possibilidade de o sujeito reconhecer-se o mesmo através de estados afetivos contraditórios. Sua falha produz a fragmentação descrita por Erikson (1976b) como confusão de papéis.

O terceiro é a *vulnerabilidade à crítica e ao fracasso*. Um eu não consolidado dispõe de pouca margem entre o juízo recebido e o juízo sobre si: a avaliação externa não é filtrada, é incorporada. No esporte, onde a avaliação é constante, pública e frequentemente numérica, essa vulnerabilidade opera em regime contínuo. O quarto, seu correlato, é a *dependência de validação externa*: Freud (1914) situa na economia narcísica a necessidade de que o investimento venha de fora quando o sujeito ainda não dispõe de reservas para sustentá-lo. A adolescência reedita essa dependência, e o grupo de pares assume a função que antes cabia às figuras parentais.

O quinto é a *abertura à identificação e à formação de ideais*. O adolescente adota modelos com intensidade que o adulto raramente reencontra. Treinadores e atletas de referência ocupam esse lugar com facilidade, o que confere ao campo esportivo peso identificatório desproporcional ao tempo nele investido.

O sexto é o *potencial criativo e de ressignificação*: a capacidade, que se instala progressivamente, de retomar experiências anteriores e atribuir-lhes sentido novo. É o que permite que uma derrota deixe de ser puro acontecimento penoso e se torne elemento de uma história. Nele se apoia tudo o que se pode esperar do esporte em termos formativos — e é também o que menos ocorre espontaneamente, por depender de condições que a próxima seção examina.

4 O esporte como ambiente: sustentação, espaço potencial e continência

A teoria winnicottiana do amadurecimento (Winnicott, 1983) desloca o eixo da explicação do interior do sujeito para a relação entre sujeito e ambiente. O amadurecimento não é maturação espontânea de um potencial, mas processo que ocorre, ou não, conforme o ambiente ofereça sustentação suficiente: presença confiável, previsibilidade e capacidade de absorver a agressividade sem retaliar.

Lido nesses termos, o ambiente esportivo possui atributos notáveis: a regularidade do treino fornece ritmo; a regra, limite não arbitrário; o grupo, testemunha. Uma regra que vale igualmente para todos e que não é a vontade de um adulto é, para o adolescente, experiência de ordenação simbólica de considerável valor, porque permite submeter-se sem submeter-se a alguém.

O conceito de espaço potencial (Winnicott, 1975) acrescenta precisão a essa descrição. A área intermediária entre realidade interna e realidade externa compartilhada é aquela em que a experiência pode ser ao mesmo tempo real e *como se*. O jogo tem exatamente essa estrutura: a derrota é real enquanto se joga e não o é fora dali. Nessa ambiguidade protegida torna-se possível experimentar perda, agressividade e rivalidade em dose suportável. O esporte funciona como espaço potencial quando preserva essa dupla inscrição, e deixa de funcionar quando o resultado passa a ter consequências que extravasam o campo.

Falta um terceiro elemento: sustentação e espaço não bastam se a experiência vivida não encontra quem a transforme. Bion (1991) descreve essa operação como função de continência — o estado emocional bruto, intolerável para quem o vive, é acolhido por outro, que o processa e o res-

titui em forma pensável. O adolescente que perde uma competição decisiva experimenta algo que, na hora, não é pensamento, é desorganização. Se há um treinador, um familiar ou um clínico que receba isso sem minimizar e sem

amplificar, a experiência se torna representável. Se não há, tende a fixar-se como marca e a repetir-se em cada situação que a evoque.

EIXO	FORMULAÇÃO	EXPRESSÃO NO CAMPO ESPORTIVO	EFEITO DA AUSÊNCIA
Sustentação	Ambiente confiável que sustenta o amadurecimento (Winnicott, 1983)	Regularidade do treino, regra impessoal, grupo estável	Submissão a vontade arbitrária; ambiente vivido como imprevisível
Espaço potencial	Área em que a experiência é real e como se (Winnicott, 1975)	Jogo como ensaio protegido de perda e rivalidade	Resultado extravasa o campo; derrota vale como juízo sobre o sujeito
Continência	Transformação do vivido bruto em conteúdo pensável (Bion, 1991)	Escuta que nomeia a frustração sem minimizá-la	Fixação da experiência como marca não elaborada
Identificação	Adoção de modelos e formação de ideais do eu (Freud, 1923)	Treinador e atleta de referência como figuras investidas	Ideal desmedido; distância entre eu e ideal vivida como falha
Crise identitária	Identidade versus confusão de papéis (Erikson, 1976b)	Ensaio de posições no grupo e na modalidade	Fechamento precoce da identidade numa única inscrição

Tabela 1 — Eixos conceituais mobilizados na leitura psicanalítica da experiência esportiva adolescente. A última coluna registra o efeito observável quando a condição nomeada pelo conceito não está presente no ambiente.

5 Quando o desempenho captura a identidade

5.1 A identidade esportiva exclusiva

Erikson (1976a, 1976b) descreve a adolescência como o momento em que a identidade se constitui por integração de identificações parciais. O desfecho desfavorável dessa crise não é apenas a confusão de papéis; é também seu oposto aparente, o fechamento precoce — a adesão a uma identidade única, assumida antes que o ensaio tenha ocorrido, e por isso rígida.

O meio esportivo favorece esse desfecho porque oferece ao adolescente uma inscrição imediatamente legível e socialmente reconhecida. Ser o atleta responde de uma vez à pergunta sobre quem se é, e responde com algo valorizado. O custo aparece quando a inscrição é posta em xeque: se a identidade se reduz ao rendimento, uma lesão, uma derrota ou um corte de equipe não são contratempos, mas supressão do que sustentava o sujeito. A reação depressiva que se segue ganha inteligibilidade na articulação freudiana entre perda de objeto e empobrecimento do eu (Freud, 1917) — o que se perdeu não foi uma posição, foi aquilo em que o eu estava investido.

Loevinger (1976) descreve estágios de desenvolvimento do eu que se distinguem pela complexidade com que o sujeito organiza sua experiência: os mais elaborados admitem ambivalência, pertencimentos múltiplos e descrição de si que não se esgota numa função. A identidade esportiva exclusiva é, nesse quadro, marca de organização pou-

co diferenciada, e não de comprometimento ou disciplina — distinção que o discurso do meio costuma não fazer.

5.2 Projeção parental

A iniciação esportiva mobiliza os pais em registro que raramente é neutro. Freud (1914) descreveu como o investimento narcísico se transfere ao filho, que passa a carregar a promessa de realizar o que a geração anterior não realizou. A operação é estrutural e não patológica em si; torna-se problemática quando o desejo projetado ocupa o lugar do desejo do adolescente em vez de abrir espaço para ele.

O indicador clínico dessa inversão não é a intensidade do envolvimento parental, mas sua condicionalidade. Pais que acompanham e se interessam constituem presença estruturante, e o vínculo construído em torno da prática compartilhada fortalece a confiança do adolescente em si. Pais cujo afeto oscila com o resultado transmitem, por via não verbal e portanto difícil de contestar, que o amor é devido ao desempenho. O adolescente que capta essa mensagem não dispõe de recursos para recusá-la: incorpora-a como critério de valor próprio, e a competição deixa de ser jogo para tornar-se prova permanente de merecimento.

5.3 Competição precoce e lógica do alto rendimento

A entrada precoce no circuito competitivo expõe o adolescente a comparação sistemática num momento em que o eu ainda não dispõe de margem para filtrá-la. O efeito não decorre da competição em si — rivalidade e disputa inte-

gram a vida psíquica desde a constelação fraterna —, mas da ausência de dispositivo que a elabore. Sem alguém que exerça a função continente descrita por Bion (1991), o excedente afetivo das situações de julgamento busca outras vias: inquietação persistente, perturbação do sono, queixas corporais sem correlato clínico, perda do prazer na prática.

Anjos (2019) descreve o mal-estar instalado na carreira esportiva profissional como efeito de uma lógica que exige superação, renúncia e sacrifício contínuos, em detrimento da escuta do próprio desejo. O atleta tende, nesse sistema, a reduzir-se à posição de executante, com perda de autonomia psíquica. Quando essa lógica incide sobre um sujeito ainda em constituição, o risco não é apenas o adoecimento: é a alienação subjetiva, a substituição da pergunta sobre quem se é pela pergunta sobre quanto se rende.

Um aspecto merece registro crítico. A cultura esportiva opera com um ideal de corpo que vem de longe — a perfeição corporal celebrada na Antiguidade e repostada pelo espetáculo contemporâneo — e que a adolescência recebe no momento em que a imagem do próprio corpo está menos estabilizada. Esse ideal não é inofensivo. Quando o corpo é apresentado ao adolescente como instrumento a ser otimizado, e não como lugar em que ele vive, a relação com os próprios limites, com a dor e com o cansaço deixa de ser informativa e passa a ser vivida como obstáculo a vencer. A clínica psicanalítica tem aqui função precisa: restituir ao corpo o estatuto de corpo próprio, interrompendo a equivalência entre valor pessoal e rendimento físico. A responsabilidade do atleta por seu corpo não se confunde com culpa por suas limitações — distinção cuja perda responde por boa parte do sofrimento observado no meio.

6 O futebol como campo simbólico na cultura brasileira

A questão identitária não se formula em abstrato. No Brasil, o futebol constitui o principal campo simbólico de pertencimento masculino juvenil, e a escolha da modalidade raramente é apenas escolha de uma prática: é posicionamento numa trama coletiva de identificações. Koch (2016) documenta, entre jovens do ensino médio, como o futebol estrutura reconhecimento e lugar no grupo para além do interesse pelo jogo, de modo que a adesão à modalidade pode anteceder e mesmo substituir a pergunta sobre a preferência própria.

Dois traços explicam essa potência. O primeiro é a contingência: diferentemente de esportes em que o resultado se correlaciona de modo mais direto com condições objetivas, o futebol admite a subversão do favorito, constituindo-se como campo onde a mudança de posição é concebível. Para adolescentes de origem popular, essa estrutura sustenta uma identificação cuja força não está no cálculo de probabilidade, mas no fato de que o improvável permanece pensável.

O segundo é a experiência de grupo. O futebol combina cooperação e disputa interna por posições numa mesma unidade, exigindo que o adolescente sustente ao mesmo tempo pertencimento e rivalidade — exercício de integração da ambivalência que é justamente o que o eu adolescente tem maior dificuldade em realizar.

Dunker (2015) adverte, contudo, que formas culturais de pertencimento podem funcionar como solução de compromisso para mal-estares de outra ordem, convertendo questões sociais em destino individual. A identificação com o futebol como via de ascensão é também promessa que a estrutura social não pode cumprir em escala — o que não a torna ilusória, mas exige que o clínico escute o que nela se investe sem aderir nem desqualificar.

Rubio (2007) situa a psicologia do esporte brasileira numa posição singular, marcada pela proximidade com a psicologia social e por demandas atravessadas por desigualdade, expectativa sociocultural elevada e intensa mediação dos meios de comunicação. Essa configuração reforça o argumento central deste artigo: a intervenção que se limita a otimizar rendimento opera sobre o sintoma e deixa intacta a estrutura que o produz.

7 Considerações finais

O percurso realizado sustenta três proposições.

A primeira é que o esporte não produz, por si, nem fortalecimento nem fragilização do eu adolescente. O que decide é a configuração do ambiente: sustentação confiável, um espaço em que o jogo permaneça jogo e alguém que exerça função continente sobre o que o adolescente vive e ainda não pensa. Essas condições são independentes do nível competitivo, e sua ausência não é compensada por nenhum ganho de rendimento.

A segunda é que o risco específico do campo esportivo para a adolescência é o fechamento identitário. A inscrição como atleta responde depressa e bem à pergunta sobre quem se é, e por isso pode interromper o ensaio de

posições de que a constituição da identidade depende. Reconhecê-lo não implica desencorajar o investimento na prática, mas preservar, ao lado dela, outros campos de pertencimento e outras descrições possíveis de si.

A terceira é que a contribuição da psicanálise a esse campo não consiste em acrescentar um recurso de preparação mental ao arsenal do rendimento. Consiste em introduzir, num sistema organizado em torno do resultado, a pergunta pelo desejo do sujeito — pergunta que o próprio sistema não formula e que, sem ela, a formação esportiva tende a produzir executantes competentes e sujeitos empobrecidos.

Permanece como agenda a investigação empírica dessas proposições em contexto brasileiro: o que a literatura clínica descreve com precisão conceitual carece de estudos longitudinais capazes de distinguir o que decorre da prática do que decorre das condições em que ela se dá. Enquanto esse trabalho não é feito, a prudência recomenda tratar cada caso como caso, resistindo tanto à celebração do esporte como formador universal de caráter quanto à sua condenação como dispositivo de adoecimento.

Declarações

Conflito de interesses. A autora declara não haver conflito de interesses.

Financiamento. A pesquisa não recebeu financiamento específico de agências públicas, comerciais ou sem fins lucrativos.

Uso de inteligência artificial. Não foi utilizada inteligência artificial generativa na concepção, na redação ou na análise do conteúdo deste artigo.

Disponibilidade de dados. Não se aplica: trata-se de revisão de literatura, sem produção de dados primários.

Nota editorial. Este artigo integra o acervo reorganizado dos volumes 1 a 3 da Interapia. O texto foi editorialmente adequado às normas vigentes da revista quanto a estrutura, registro e normalização de referências, sem alteração de tese, argumento ou atribuição de autoria.

Referências

ABERASTURY, A.; KNOBEL, M. *Adolescência normal*: um enfoque psicanalítico. Porto Alegre: Artes Médicas, 1981.

ANJOS, F. M. dos. *Psicanálise e esporte*: o mal-estar na carreira de atletas profissionais. 2019. Dissertação (Mestrado em Psicologia) – Instituto de Psicologia, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2019.

BION, W. R. *O aprender com a experiência*. Rio de Janeiro: Imago, 1991.

BLOS, P. *Adolescência*: uma interpretação psicanalítica. 2. ed. São Paulo: Martins Fontes, 1998.

DUNKER, C. I. L. *Mal-estar, sofrimento e sintoma*: uma psicopatologia do Brasil entre muros. São Paulo: Boitempo, 2015.

ERIKSON, E. H. *Infância e sociedade*. 2. ed. Rio de Janeiro: Zahar, 1976a.

ERIKSON, E. H. *Identidade, juventude e crise*. 2. ed. Rio de Janeiro: Zahar, 1976b.

FREUD, A. *O ego e os mecanismos de defesa*. Porto Alegre: Artmed, 2006.

FREUD, S. Sobre o narcisismo: uma introdução (1914). In: *Edição standard brasileira das obras psicológicas completas de Sigmund Freud*, v. 14. Rio de Janeiro: Imago, 1996. p. 77-108.

FREUD, S. Luto e melancolia (1917). In: *Edição standard brasileira das obras psicológicas completas de Sigmund Freud*, v. 14. Rio de Janeiro: Imago, 1996. p. 243-263.

FREUD, S. O ego e o id (1923). In: *Edição standard brasileira das obras psicológicas completas de Sigmund Freud*, v. 19. Rio de Janeiro: Imago, 1996. p. 13-80.

FREUD, S. O mal-estar na civilização (1930). In: *Edição standard brasileira das obras psicológicas completas de Sigmund Freud*, v. 21. Rio de Janeiro: Imago, 1996. p. 67-148.

KOCH, R. *Identidades em construção*: um olhar sobre a futebolização da juventude no ensino médio. 2016. Tese (Doutorado em Educação) – Universidade Federal de Santa Maria, Santa Maria, 2016.

LACAN, J. O estádio do espelho como formador da função do eu (1949). In: *Escritos*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1998. p. 96-103.

LAPLANCHE, J.; PONTALIS, J.-B. *Vocabulário da psicanálise*. 4. ed. São Paulo: Martins Fontes, 2001.

LOEVINGER, J. *Ego development*: conceptions and theories. San Francisco: Jossey-Bass, 1976.

RUBIO, K. Da psicologia do esporte que temos à psicologia do esporte que queremos. *Revista Brasileira de Psicologia do Esporte*, v. 1, n. 1, p. 1-13, 2007.

WINNICOTT, D. W. *O brincar e a realidade*. Rio de Janeiro: Imago, 1975.

WINNICOTT, D. W. *O ambiente e os processos de maturação*: estudos sobre a teoria do desenvolvimento emocional. Porto Alegre: Artes Médicas, 1983.

COMO CITAR

TRIBST, C. C. Desempenho esportivo e construção da identidade na adolescência: uma leitura psicanalítica do eu e do ambiente. *Interapia — Revista de Clínica, Cultura e Ciências Mentais*, v. 2, n. 1, p. 5-11, 2024.

LICENÇA

Publicado em acesso aberto sob licença Creative Commons Atribuição-NãoComercial 4.0 Internacional. O autor mantém os direitos sobre a obra e concede à revista o direito de primeira publicação.

Jekyll e Hyde: a relação de opostos na psique

Jekyll and Hyde: the relation of opposites in the psyche

Felipe Lessa Silva

Psicanalista clínico, Brasil.

PUBLICADO 20 DEZ 2024

Os registros de tramitação editorial dos volumes 1 a 3 estão incompletos em razão de mudança na direção da revista. As datas de recebimento, revisão e aceite deste artigo não puderam ser recuperadas e, por isso, não são informadas.

RESUMO

Publicada em 1886, a novela *O estranho caso do Dr. Jekyll e do Sr. Hyde*, de Robert Louis Stevenson, antecede em mais de uma década a constituição da psicanálise e, ainda assim, formula com rara precisão o problema da divisão do sujeito. Este artigo examina a narrativa de Stevenson como modelo literário da cisão psíquica, confrontando-a com três linhagens teóricas: a freudiana, centrada no recalque, no infamiliar e na pulsão de morte; a junguiana, centrada na sombra, na persona e na individuação; e a kleiniana, centrada na cisão de objeto e na posição esquizoparanoide. O procedimento é o de revisão narrativa de literatura, de natureza teórico-conceitual. Argumenta-se que o destino de Jekyll não decorre da existência de uma parte má, mas da tentativa de resolver a ambivalência por separação em vez de integração, e que a autonomia progressiva de Hyde figura com exatidão o que a clínica descreve como retorno do recalcado. Conclui-se que organizar a vida psíquica em duas correntes mutuamente exclusivas, negligenciando uma delas, não suprime o conflito: desloca-o para formas de expressão cada vez menos governáveis.

Palavras-chave: cisão psíquica; infamiliar; sombra; posição esquizoparanoide; literatura e psicanálise.

ABSTRACT

Published in 1886, Robert Louis Stevenson's *Strange Case of Dr Jekyll and Mr Hyde* precedes the constitution of psychoanalysis by more than a decade and nonetheless formulates with rare precision the problem of the divided subject. This article examines Stevenson's narrative as a literary model of psychic splitting, confronting it with three theoretical lineages: the Freudian, centred on repression, the uncanny and the death drive; the Jungian, centred on the shadow, the persona and individuation; and the Kleinian, centred on object splitting and the paranoid-schizoid position. The procedure is that of a narrative literature review of a theoretical-conceptual nature. It is argued that Jekyll's fate does not follow from the existence of an evil part, but from the attempt to resolve ambivalence by separation rather than integration, and that Hyde's progressive autonomy accurately figures what clinical work describes as the return of the repressed. It is concluded that organising psychic life into two mutually exclusive currents, neglecting one of them, does not suppress conflict: it displaces it into increasingly ungovernable forms of expression.

Keywords: psychic splitting; the uncanny; shadow; paranoid-schizoid position; literature and psychoanalysis.

1 Introdução

A suposição de que o ser humano é habitado por instâncias em conflito antecede em muito a psicanálise. Quase todas as culturas formularam alguma doutrina da alma e, com variações consideráveis de estrutura e finalidade, atribuíram-lhe a função de governar a conduta. O que distingue o pensamento psicanalítico dessas formulações anteriores não é, portanto, a tese da divisão interna, mas a hipótese de que uma das partes em litígio é inacessível à consciência e, não obstante, eficaz.

Essa hipótese não nasceu de especulação. Nasceu da clínica das afecções que o século XIX reuniu sob o nome de histeria, nas quais o que se observava era precisamente uma cisão do campo da consciência, acompanhada de sintomas corporais sem substrato lesional demonstrável. Freud, formado em neurologia, interessou-se menos pela classificação do quadro do que pelos motivos da divisão, e passou a concebê-la como operação defensiva: o eu afasta de si um representante pulsional incompatível com suas exigências morais, preservando a coerência da personalidade consciente ao preço de uma perda de domínio sobre a parte afastada (Breuer; Freud, 1996). O que a nosologia da época chamava de personalidade múltipla — hoje redescrito como transtorno dissociativo de identidade — oferecia a versão extrema de um mecanismo que Freud viria a considerar geral.

Alguns anos antes dessas elaborações, em 1886, Robert Louis Stevenson publicou uma novela que encena esse mesmo mecanismo com economia notável. *O estranho caso do Dr. Jekyll e do Sr. Hyde* narra a tentativa deliberada de um médico respeitado de separar quimicamente as duas correntes que reconhecia em si — a que aspirava ao bem e a que aspirava ao gozo — de modo que cada uma pudesse seguir suas inclinações sem o constrangimento da outra. O desfecho do experimento é conhecido: a parte expulsa não permanece subordinada, ganha autonomia crescente e termina por ocupar o lugar de onde fora banida.

A anterioridade cronológica da novela em relação à psicanálise não é acidente a ser contornado, mas dado a ser interpretado. Freud sustentou reiteradamente que a criação artística oferece, em forma sensível, um saber sobre a vida psíquica que a teoria só alcançaria depois e por outras vias. A leitura aqui proposta parte desse pressuposto: não se trata de aplicar conceitos a uma obra literária como quem submete um paciente a um diagnóstico, e sim de reconhecer na construção de Stevenson uma formulação do problema da ambivalência que a teoria posterior viria a desdobrar.

O objetivo deste artigo é, pois, examinar a narrativa de Stevenson como modelo da cisão psíquica, confrontando-a com três linhagens que trataram do tema a partir de pressupostos distintos — a freudiana, a junguiana e a kleiniana —, e sustentar que o caráter destrutivo do desfecho não decorre da existência de uma parte má, mas do modo como Jekyll tenta resolver a ambivalência: por separação, e não por integração.

2 Método

Trata-se de revisão narrativa de literatura, de natureza teórico-conceitual, sem pretensão de exaustividade sistemática. O corpus primário é duplo. De um lado, o texto literário de Stevenson, tomado na edição brasileira indicada nas referências e lido integralmente antes da análise. De outro, os textos em que os conceitos mobilizados recebem formulação sistemática: em Freud, *A interpretação dos sonhos* (1900), *A repressão* (1915), *Luto e melancolia* (1917), *O inquietante* (1919), *Além do princípio do prazer* (1920) e *O eu e o id* (1923); em Jung, os escritos sobre persona, sombra e individuação reunidos na obra completa; em Klein, os trabalhos sobre cisão de objeto e posições reunidos nos volumes de 1921-1945 e 1946-1963.

O critério de inclusão foi a pertinência direta ao problema da divisão psíquica e da ambivalência, com prioridade para formulações de primeira mão. Excluíram-se desenvolvimentos pós-kleinianos e lacanianos, não por irrelevância, mas por exigirem aparato conceitual que extrapolaria a extensão deste trabalho. A articulação entre as três linhagens é deliberadamente comparativa, e não sincrética: sustenta-se que descrevem o mesmo fenômeno observável a partir de modelos metapsicológicos incompatíveis entre si em pontos decisivos, e o texto procura assinalar esses pontos em vez de dissimulá-los.

3 O infamiliar e a dupla inscrição do familiar

A novela abre com um passeio. O advogado Gabriel Utterson e seu parente Richard Enfield caminham pela cidade e detêm-se diante de uma porta de aspecto negligenciado, a propósito da qual Enfield relata um episódio: um homem de presença desagradável atropelou uma menina, passou-lhe por cima sem demonstrar remorso e, interpelado, indenizou a família com um cheque assinado por terceiro. O que mais impressiona o narrador, contudo, não é a brutalidade do ato, mas a impossibilidade de descrever o que havia de repulsivo naquele homem. Nada em sua fisionomia justificava o efeito; e, no entanto, o efeito era unânime.

Esse ponto — a repulsa intensa sem causa atribuível — organiza toda a primeira parte do livro e corresponde com precisão ao fenômeno que Freud (2010a) investigou em *O inquietante*. Partindo da ambiguidade semântica do par *heimlich/unheimlich*, em que o termo que designa o familiar e o doméstico desliza para o sentido do oculto e do dissimulado, Freud propõe que o efeito de inquietação

não decorre do encontro com o inteiramente novo, mas com algo há muito conhecido e recalado, que retorna sob forma irreconhecível. O infamiliar é, nessa acepção, o familiar que perdeu o direito de ser reconhecido como tal.

Daí que o inquietante se produza com especial facilidade diante de objetos de estatuto indeterminado — a boneca excessivamente realista, o autômato, o duplo —, nos quais a oposição entre animado e inanimado deixa de operar. Hyde pertence a essa classe. Sua deformidade não é descritível porque não é anatômica: o que nele se percebe pertence ao observador, que não o reconhece como seu. A repulsa unânime indica, assim, menos uma propriedade do objeto do que uma operação de projeção.

3.1 Projeção e prova de realidade

A hipótese da projeção articula-se a outra tese freudiana, formulada no contexto da teoria do luto. Em *Luto e melancolia*, Freud (2010b) atribui ao eu a função de prova de realidade, pela qual se distingue o que pertence ao mundo interno do que pertence ao mundo externo e se verifica, no trabalho do luto, que o objeto amado efetivamente não mais existe. Trata-se de função custosa, que exige dispêndio e que opera de modo desigual.

A articulação entre as duas teses produz uma consequência que merece registro. Se conteúdos submetidos a recalque intenso podem retornar figurados em objetos do mundo externo, e se é ao eu que cabe discriminar a origem de suas representações, então o retorno do recalado por via projetiva perturba o próprio mecanismo encarregado de identificá-lo. O sujeito percebe como propriedade do mundo o que é produção sua, e fantasias e desejos encontram, no exterior, realizações aparentes. A sensação de impotência e de descontrole de si que acompanha esses estados é o índice subjetivo de que a fronteira entre interno e externo deixou de ser confiável — exatamente o estado em que Utterson se encontra ao longo da investigação.

4 A sombra e a persona: a leitura da psicologia analítica

Perturbado pelo testamento em que Jekyll lega seus bens a um desconhecido, Utterson passa noites povoadas por imagens em que o estranho assume feição animal, saltando telhados e invadindo cômodos. A escolha da figuração é significativa e encontra na psicologia analítica um quadro de leitura próprio.

Jung observou que, em ritos de povos diversos, a dança religiosa imita movimentos de animais tidos como irmãos, ancestrais ou divindades, e que não é raro que uma

porção da alma seja concebida como partilhada com um animal determinado, de cuja perda resultaria um quadro que a psicologia de sua época designava como dissociação (Jung, 2016). A observação converge, por caminho distinto, com a tese freudiana de *Totem e tabu*, que articula o animal totêmico à figura do pai da horda primitiva e às formações que viriam a constituir o supereu (Freud, 2012).

O conceito que organiza essa região da teoria junguiana é o de sombra: o conjunto das disposições que o sujeito recusa e que, por isso mesmo, não reconhece como suas, operando com autonomia considerável (Jung, 2023). A sobreposição com a tese freudiana do infamiliar é parcial mas real — em ambos os casos trata-se de material subtraído ao reconhecimento que retorna atribuído a outrem. A divergência está no estatuto que se confere a esse material: para Freud, conteúdo recalado de história individual; para Jung, disposição em parte herdada, de fundo arquetípico. Os sonhos de Utterson, nessa chave, figuram sua própria sombra sob forma teriomórfica, e o desconhecimento a respeito de Hyde é justamente o que oferece à projeção uma superfície disponível.

4.1 Persona, despersonalização e individuação

O contraponto da sombra, na economia conceitual junguiana, é a persona. Tomando o termo da máscara do teatro romano, Jung (2015) designa com ele a configuração que o sujeito apresenta ao meio social — resultado de uma transação entre o que julga ser, o que precisa ser e o que deseja ser, toda ela atravessada por determinações de que não dispõe. A persona não é patológica: é condição da vida em sociedade, e sua função só se compromete quando o sujeito deixa de reconhecê-la como construção sua e passa a identificar-se integralmente com ela.

As consequências dessa identificação são de dois tipos. De um lado, uma rigidez que o ambiente contradiz continuamente, produzindo alternâncias bruscas de conduta e atos incompatíveis com o ideal sustentado. De outro, e mais gravemente, um aprofundamento do recalque que pode desembocar em despersonalização — a experiência de assistir à própria vida em vez de vivê-la, que descreve com exatidão o estado de alguém cuja parte efetivamente ativa foi atribuída a outro. A tese correlata, formulada por Winnicott (1983) em outro vocabulário, é a do falso self que se organiza por submissão e priva o verdadeiro self de qualquer expressão.

O recurso que Jung opõe a esse destino é a individuação: processo de integração entre consciente e inconsciente

que supõe o reconhecimento dos componentes psíquicos recusados, e não sua anexação forçada. Henry Jekyll, convém notar, empreende exatamente o movimento inverso. Não procura integrar o que recusa, mas dotá-lo de existência separada.

5 Cisão de objeto e ambivalência: a leitura kleiniana

Há, na narrativa, um elemento que nem a teoria do recalque nem a da sombra esgotam: a qualidade absoluta das posições. Hyde não é moralmente ambíguo, é integralmente mau; Jekyll, até o colapso, é integralmente respeitável. Essa polarização sem gradações aproxima o texto do campo descrito por Melanie Klein.

Klein (1996) propõe que a vida psíquica se inaugura em uma relação com objetos parciais, dos quais o primeiro é o seio materno. Quando satisfaz, esse objeto é introjetado como bom e protetor; quando frustra, é fantasiado como mau e torna-se alvo de ataques de considerável violência imaginária. Como o eu incipiente ainda não se distingue nitidamente do ambiente, a agressão dirigida ao objeto mau é vivida como ameaça de retaliação: é a ansiedade persecutória que define a posição esquizoparanoide. A cisão das imagos em boa e má não é, nesse momento, defesa acessória, mas a primeira solução disponível para a ambivalência.

A passagem à posição depressiva ocorre quando o lactente reconhece que o objeto bom e o objeto mau são o mesmo, e que foi ele quem o atacou. Emergem então a culpa e a necessidade de reparação, bem como um supereu primitivo de severidade desproporcional, formado pelos objetos internalizados (Klein, 1991). Em condições suficientemente favoráveis, essa travessia se completa, sem que isso signifique que a cisão deixe de estar disponível como recurso diante de conflitos ulteriores.

Para Klein, a guerra entre objetos bons e maus, internos e externos, constitui o modelo elementar do dualismo pulsio-

nal. A pulsão de morte, que Freud (2010c) formulara em *Além do princípio do prazer* como tendência ao retorno ao estado inorgânico — e cuja neutralização pela ligação com a pulsão de vida ele descreveu com o termo tomado a Barbara Low, princípio de nirvana (Freud, 2011) —, deixa de ser, em Klein, postulado especulativo e passa a ser diretamente observável na ansiedade persecutória dos primeiros meses. É nessa chave que se pode ler o desgosto pela vida que Utterson confessa sentir sempre que pensa em Hyde: não repulsa moral, mas contato com algo que atenta contra a própria ligação com o vivo.

6 A narrativa como modelo de cisão malograda

A segunda metade do livro é a crônica de um fracasso. Hyde assassina um parlamentar com uma bengala que fora presente de Utterson a Jekyll; descobre-se que a caligrafia dos dois homens é idêntica; o médico alterna períodos de reclusão e de notável vitalidade social; o dr. Lanyon, após presenciar a transformação, morre em poucas semanas. No relato final, Jekyll expõe a lógica do experimento: incapaz de conciliar ideais e desejos, e submetido a autocrítica severa, concebeu que a separação fisiológica das duas correntes permitiria a cada uma seguir suas aspirações sem o sofrimento imposto pela outra.

O que a narrativa demonstra é a falência dessa lógica. A liberdade de Hyde não é estável: exige doses crescentes da substância, suas maldades se agravam e, sobretudo, as transformações passam a ocorrer sem comando — Jekyll adormece como si mesmo e desperta como o outro. A parte a que se concedeu existência autônoma não permanece no lugar que lhe foi designado; reivindica progressivamente o conjunto. A fórmula clínica correspondente é direta: o recalque não elimina o representante pulsional, apenas lhe retira o direito à consciência, e o que retorna o faz tanto mais imperiosamente quanto mais radical tiver sido a exclusão (Freud, 1996b; Laplanche; Pontalis, 2001).

ELEMENTO DA NARRATIVA	LEITURA FREUDIANA	LEITURA JUNGUIANA	LEITURA KLEINIANA
Repulsa unânime por Hyde	Infamiliar: retorno projetivo do recalcado	Sombra atribuída a figura externa	Objeto mau cindido e persecutório
Sonhos animais de Utterson	Figuração disfarçada do desejo recusado	Sombra sob forma teriomórfica	Fantasia de ataque e retaliação
Respeitabilidade de Jekyll	Ideal do eu sustentado por recalque	Identificação integral com a persona	Preservação defensiva do objeto bom
Autonomia crescente de Hyde	Falência do recalque; retorno imperioso	Inflação de complexo autônomo	Objeto mau interno sem reparação
Desfecho suicida	Pulsão de morte sem ligação libidinal	Individuação malograda	Angústia depressiva não elaborada

Tabela 1 — Correspondência entre elementos da narrativa de Stevenson e as três linhagens conceituais examinadas. As colunas registram leituras concorrentes do mesmo elemento, e não etapas complementares de uma única interpretação.

A tabela torna visível um ponto que a exposição sucessiva tende a obscurecer: as três leituras não se somam. Divergem quanto à origem do material cindido, quanto ao estatuto da agressividade e quanto ao que se deva entender por cura. O que partilham é a tese negativa de que a separação não resolve a ambivalência — e é essa tese, não uma síntese teórica, que a narrativa de Stevenson sustenta.

7 O que o modelo literário permite e o que não permite

Resta precisar o estatuto do procedimento adotado. Ler uma novela com conceitos clínicos não produz evidência sobre o funcionamento psíquico de ninguém. Jekyll não é um paciente, e nada no texto de Stevenson foi obtido em condições que autorizem inferência clínica. O que a ficção oferece é outra coisa, e não menor: um modelo em que uma operação psíquica aparece isolada de todo ruído, levada às últimas consequências e observável em sua lógica interna.

É precisamente essa artificialidade que dá à literatura seu valor heurístico. Numa análise, a cisão nunca se apresenta tão nítida: vem misturada a defesas de outra ordem, a circunstâncias da vida, a aquilo que o analisando pode e não pode dizer. Na novela, a operação está depurada — Jekyll decide separar, e a narrativa acompanha o que decorre dessa decisão sem que nada a atenuie. O leitor vê funcionar, em estado puro, o que o clínico encontra sempre adulterado.

O risco correlato é o de inverter a direção da leitura. Quando o conceito é aplicado à obra apenas para confirmar-se nela, a literatura deixa de ser objeto e vira ilustração — e a interpretação, que deveria ser testada, é apenas repetida. Freud tinha consciência disso em seus próprios ensaios sobre arte, e o reconhecimento não o impediu de

errar: em *Uma recordação de infância de Leonardo da Vinci*, a construção inteira repousa sobre uma tradução equivocada do termo que designa a ave do sonho. O episódio é instrutivo porque mostra que o risco não é hipotético nem evitável por boa vontade.

A conclusão prática é modesta. O modelo literário serve para formular hipóteses e para dar forma comunicável a uma operação difícil de descrever em abstrato; não serve para sustentá-las. A verificação pertence a outro terreno — o da clínica, conduzida em enquadre e por quem tenha habilitação para tanto. Confundir os dois planos é o equivalente teórico do erro de Jekyll: tomar por resolvida, pela separação, uma tensão que só a articulação resolve.

Considerações finais

Várias questões suscitadas neste percurso permanecem em aberto. A articulação entre a sombra junguiana e o recalcado freudiano exigiria um exame da controvérsia sobre o estatuto do inconsciente coletivo que não caberia aqui; e a compatibilidade entre a metapsicologia pulsional e o modelo kleiniano de relações de objeto mobiliza literatura própria. Optou-se por delimitar o essencial, assumindo o custo das omissões.

O argumento central, contudo, parece sustentar-se. A narrativa de Stevenson não é advertência contra a existência de uma parte má, e lê-la assim é reproduzir, no plano da interpretação, o erro que o texto encena. O que arruína Jekyll não é Hyde: é a decisão de tratar a ambivalência como problema de separação. Ao conceder existência autônoma ao que recusava reconhecer como seu, ele subtrai esse material a toda possibilidade de mediação — e mate-

rial sem mediação não desaparece, apenas deixa de res-ponder a comando.

Essa é também a razão pela qual as três linhagens exami-nadas, apesar de incompatíveis em pontos decisivos, con-vergem na tese negativa. Seja como retorno do recalcado, como inflação de complexo autônomo ou como persistên-cia da cisão de objeto, descreve-se sempre o mesmo desti-no: o que não é reconhecido como próprio não se cala, apenas muda de língua. A pertinência clínica da observa-ção excede o comentário literário, pois o que a prática en-contra cotidianamente não são sujeitos divididos entre bem e mal, mas sujeitos que organizaram a própria vida psíquica segundo esse esquema e pagam pela operação. O trabalho analítico não consiste em eliminar uma das cor-rentes, e sim em restituir ao sujeito a possibilidade de re-conhecer-se em ambas — condição, afinal, para que a vida que ele acredita conduzir seja efetivamente sua.

Declarações

Conflito de interesses. O autor declara não haver conflito de interes-ses.

Financiamento. A pesquisa não recebeu financiamento específico de agências públicas, comerciais ou sem fins lucrativos.

Uso de inteligência artificial. Não foi utilizada inteligência artificial generativa na concepção, na redação ou na análise do conteúdo des-te artigo.

Disponibilidade de dados. Não se aplica: trata-se de revisão de lite-ratura, sem produção de dados primários. O artigo não apresenta material clínico nem relato de caso.

Nota editorial. Este artigo integra o acervo reorganizado dos volu-mes 1 a 3 da Interapia. O texto foi editorialmente adequado às nor-mas vigentes da revista quanto a estrutura, registro e normalização de referências, sem alteração de tese, argumento ou atribuição de autoria.

Referências

BREUER, J.; FREUD, S. *Estudos sobre a histeria* (1893-1895). Edição standard brasileira das obras psicológicas completas de Sigmund Freud, v. 2. Rio de Janeiro: Imago, 1996.

FREUD, S. *A interpretação dos sonhos* (1900). Edição standard brasilei-ra das obras psicológicas completas de Sigmund Freud, v. 4-5. Rio de Janeiro: Imago, 1996a.

FREUD, S. *A repressão* (1915). In: *Edição standard brasileira das obras psicológicas completas de Sigmund Freud*, v. 14. Rio de Janeiro: Imago, 1996b. p. 147-162.

FREUD, S. *O inconsciente* (1915). In: *Edição standard brasileira das obras psicológicas completas de Sigmund Freud*, v. 14. Rio de Janei-ro: Imago, 1996c. p. 165-222.

FREUD, S. *O inquietante* (1919). In: *Obras completas*, v. 14. São Paulo: Companhia das Letras, 2010a. p. 328-376.

FREUD, S. *Luto e melancolia* (1917 [1915]). In: *Obras completas*, v. 12. São Paulo: Companhia das Letras, 2010b. p. 170-194.

FREUD, S. *Além do princípio do prazer* (1920). In: *Obras completas*, v. 14. São Paulo: Companhia das Letras, 2010c. p. 161-239.

FREUD, S. *O eu e o id* (1923). In: *Obras completas*, v. 16. São Paulo: Companhia das Letras, 2011. p. 13-74.

FREUD, S. *Totem e tabu* (1912-1913). In: *Obras completas*, v. 11. São Paulo: Companhia das Letras, 2012. p. 13-244.

JUNG, C. G. *O eu e o inconsciente*. 27. ed. Petrópolis: Vozes, 2015. (Obras completas, v. 7/2).

JUNG, C. G. *O homem e seus símbolos*. 2. ed. Rio de Janeiro: Harper-Collins, 2016.

JUNG, C. G. *Os arquétipos e o inconsciente coletivo*. Petrópolis: Vozes, 2023. (Obras completas, v. 9/1).

JUNG, C. G. *A natureza da psique*. Petrópolis: Vozes, 2013. (Obras com-pletas, v. 8/2).

KLEIN, M. *Amor, culpa e reparação e outros trabalhos* (1921-1945). Rio de Janeiro: Imago, 1996. (Obras completas de Melanie Klein, v. 1).

KLEIN, M. *Inveja e gratidão e outros trabalhos* (1946-1963). Rio de Ja-neiro: Imago, 1991. (Obras completas de Melanie Klein, v. 3).

LAPLANCHE, J.; PONTALIS, J.-B. *Vocabulário da psicanálise*. 4. ed. São Paulo: Martins Fontes, 2001.

STEVENSON, R. L. *O médico e o monstro & outras histórias*. São Paulo: Excelsior, 2021.

WINNICOTT, D. W. *Distorção do ego em termos de falso e verdadeiro self* (1960). In: *O ambiente e os processos de maturação*. Porto Ale-gre: Artes Médicas, 1983. p. 128-139.

COMO CITAR

SILVA, F. L. Jekyll e Hyde: a relação de opostos na psique.
Interapia — Revista de Clínica, Cultura e Ciências Mentais, v. 2,
n. 1, p. 12-18, 2024.

LICENÇA

Publicado em acesso aberto sob licença Creative Commons
Atribuição-NãoComercial 4.0 Internacional. O autor mantém os
direitos sobre a obra e concede à revista o direito de primeira
publicação.

A psicanálise como instrumento de autoconhecimento: dispositivos, obstáculos e limites

Psychoanalysis as an instrument of self-knowledge: devices, obstacles and limits

Humberto Pessoa de Araujo

Psicanalista clínico, Brasil.

PUBLICADO 20 DEZ 2024

Os registros de tramitação editorial dos volumes 1 a 3 estão incompletos em razão de mudança na direção da revista. As datas de recebimento, revisão e aceite deste artigo não puderam ser recuperadas e, por isso, não são informadas.

RESUMO

Este artigo examina a psicanálise como instrumento de autoconhecimento, interrogando o que, nessa expressão corrente, a teoria freudiana autoriza e o que recusa. Sustenta-se que o conhecimento de si produzido pela análise não é ampliação da introspecção, mas operação de outra natureza: supõe que o sujeito não seja transparente a si mesmo e que o saber sobre o próprio funcionamento psíquico só se obtenha por vias indiretas, a partir de formações — sonhos, atos falhos, sintomas, repetições — que o eu não reconhece como suas. Reconstituem-se, a partir do corpus freudiano, os dispositivos técnicos que tornam esse saber acessível: a associação livre, a interpretação do sonho, a leitura dos atos falhos, o manejo da resistência e o da transferência. Argumenta-se que resistência e transferência, longe de serem obstáculos ao percurso, constituem seu material mais consequente, por tornarem presente na relação analítica aquilo que o relato não alcança. Discutem-se, por fim, os limites intrínsecos do empreendimento, tal como o próprio Freud os formulou em 1937: o autoconhecimento analítico é parcial, lento e sem termo garantido, e é precisamente essa finitude que o distingue das promessas de autotransparência que hoje circulam sob o mesmo nome.

Palavras-chave: psicanálise; autoconhecimento; inconsciente; transferência; resistência.

ABSTRACT

This article examines psychoanalysis as an instrument of self-knowledge, questioning what Freudian theory authorises and what it refuses in that common expression. It argues that the knowledge of oneself produced by analysis is not an extension of introspection but an operation of another nature: it presupposes that the subject is not transparent to himself and that knowledge about one's own psychic functioning can only be obtained indirectly, from formations — dreams, parapraxes, symptoms, repetitions — that the ego does not recognise as its own. Drawing on the Freudian corpus, the article reconstructs the technical devices that render such knowledge accessible: free association, dream interpretation, the reading of parapraxes, and the handling of resistance and transference. It is argued that resistance and transference, far from being obstacles to the process, constitute its most consequential material, since they bring into the analytic relationship what narrative cannot reach. Finally, the intrinsic limits of the enterprise are discussed as Freud himself formulated them in 1937: analytic self-knowledge is partial, slow and without guaranteed term, and it is precisely this finitude that distinguishes it from the promises of self-transparency now circulating under the same name.

Keywords: psychoanalysis; self-knowledge; unconscious; transference; resistance.

1 Introdução

A fórmula segundo a qual a psicanálise é um instrumento de autoconhecimento tornou-se de tal modo corrente que raramente se examina o que ela afirma. Ela aparece em apresentações de divulgação, em textos de formação e na justificativa que muitos pacientes oferecem para procurar análise. Sua evidência aparente, porém, é enganosa. A ex-

pressão reúne dois termos cuja compatibilidade não é óbvia: de um lado, uma prática que se constituiu a partir da hipótese de que o sujeito não dispõe de acesso direto ao essencial de seu próprio funcionamento psíquico; de outro, um ideal de conhecimento de si que atravessa a tradição filosófica ocidental desde a inscrição delfica e que supõe, ao menos tendencialmente, a possibilidade de uma coincidência entre quem conhece e o que é conhecido.

O problema não é retórico. Se o inconsciente é, como Freud (1915b) o define, um sistema cujos conteúdos só se tornam acessíveis à consciência mediante transformação, então o autoconhecimento analítico não pode consistir em olhar para dentro com mais atenção. Olhar para dentro é exatamente o que a consciência faz, e o que ela encontra é justamente aquilo que o recalque deixou passar. O saber que a análise produz tem outra procedência: vem de formações que o eu não reconhece como suas — o sonho que o surpreende, o lapso que o constrange, o sintoma que o incomoda, a repetição que ele atribui ao acaso ou aos outros.

Este artigo sustenta que a psicanálise constitui um instrumento privilegiado de autoconhecimento e propõe-se a examinar essa tese com o rigor conceitual que ela exige. Três movimentos organizam o percurso. O primeiro delimita o que distingue o conhecimento de si obtido em análise de outras formas de reflexão sobre a própria experiência. O segundo reconstitui os dispositivos técnicos pelos quais esse conhecimento se produz, mostrando que cada um opera sobre material distinto. O terceiro examina os dois fenômenos que a clínica apresenta primeiro como entraves e que a teoria veio a reconhecer como instrumentos: a resistência e a transferência.

Encerra-se com uma delimitação que o próprio Freud formulou ao final de sua obra: o autoconhecimento analítico é parcial, custoso e sem garantia de termo. Longe de enfraquecer a tese inicial, esse reconhecimento é o que a torna sustentável — uma prática que promettesse auto-transparência estaria prometendo aquilo que sua hipótese fundadora declara impossível.

2 Método

Trata-se de revisão narrativa de literatura, de natureza teórico-conceitual, sem produção de dados primários e sem pretensão de exaustividade bibliográfica. O procedimento consistiu em reconstituir, no corpus de referência, as formulações em que a questão do saber do sujeito sobre si mesmo é tratada de modo direto, e em articulá-las de ma-

neira a explicitar o que a prática analítica pode e o que não pode oferecer sob o título de autoconhecimento.

O corpus primário é constituído pelos textos freudianos em que os dispositivos técnicos e seus fundamentos recebem formulação sistemática: *A interpretação dos sonhos* (1900), *Sobre a psicopatologia da vida cotidiana* (1901), os escritos técnicos de 1912 a 1915, os ensaios metapsicológicos de 1915, *O ego e o id* (1923), *Inibições, sintomas e ansiedade* (1926) e os dois textos de 1937. O corpus secundário reúne obras de referência e desenvolvimentos pós-freudianos que incidem sobre o problema: a sistematização das defesas por Anna Freud (2006), Laplanche e Pontalis (2001), as formulações de Klein (1991) sobre identificação projetiva, a releitura lacaniana do sujeito do inconsciente (LACAN, 1988, 1998) e o espaço potencial winnicottiano (WINNICOTT, 1975).

O critério de inclusão foi duplo: tratamento direto do problema do acesso do sujeito ao próprio funcionamento psíquico, e pertencimento ao núcleo conceitual estabelecido da tradição psicanalítica, verificável em obras de referência. Excluíram-se textos de divulgação, literatura de autoajuda que se apropria do vocabulário psicanalítico sem seu aparato conceitual, e trabalhos cuja referência à psicanálise seja meramente ilustrativa. As edições utilizadas são as brasileiras de circulação consolidada, indicando-se entre parênteses o ano da publicação original.

3 O autoconhecimento como problema, não como meta

3.1 A insuficiência da introspecção

A tradição filosófica que antecede a psicanálise supôs, com variações consideráveis, que o sujeito mantém com seus próprios estados mentais uma relação privilegiada: ele pode não conhecer o mundo, mas conhece o que se passa em si. Essa suposição é exatamente o que a clínica das neuroses pôs em xeque. O que Freud encontrou em seus primeiros atendimentos não foi dificuldade de observação, mas impossibilidade estrutural: pacientes que descreviam com precisão seus sintomas e que não dispunham de nenhum acesso à sua determinação.

A hipótese do inconsciente é a resposta a essa impossibilidade, e seu estatuto é inferencial antes de ser substancial. O argumento de 1915 não parte de uma intuição sobre profundezas da alma: parte da constatação de que os dados da consciência são lacunares e de que essas lacunas só se tornam inteligíveis se postularmos processos psíquicos que não são conscientes mas que produzem efeitos observáveis (FREUD, 1915b). O inconsciente freudiano

não é, portanto, o conjunto do que momentaneamente escapa à atenção — isso Freud nomeia pré-consciente, e sua recuperação é trivial. É um sistema regido por processo primário, sem contradição, sem negação e sem tempo, cujos conteúdos foram ativamente mantidos à distância da consciência.

Decorre daí a consequência que organiza toda a discussão subsequente: se o recalque é ativo, a resistência a conhecê-lo é parte do que há para conhecer. Nenhum esforço de atenção dissolve uma operação defensiva, porque é ela que impede o esforço de atenção de alcançar seu objeto. O autoconhecimento analítico exige, assim, um deslocamento de método: ler os produtos do aparelho psíquico em vez de interrogar sua instância consciente.

3.2 Do saber sobre si ao saber não sabido

A segunda tópica introduz uma complicação suplementar. Ao formular a divisão entre eu, isso e supereu, Freud (1923) estabelece que parte considerável do próprio eu — a instância que se supõe conhecedora — opera fora da consciência. As defesas não são escolhidas; são exercidas sem que o sujeito saiba que as exerce. O eu, escreve Freud, não é senhor em sua própria casa, e a formulação é mais radical do que o aforismo deixa supor: não se trata de o eu partilhar a casa com um hóspede estranho, mas de o próprio eu ser, em parte, esse estranho.

A sistematização de Anna Freud (2006) tornou essa tese operacional ao descrever os mecanismos pelos quais o eu se protege — recalque, projeção, formação reativa, isolamento, anulação, racionalização — e ao mostrar que cada um deixa marca reconhecível no discurso e na conduta. Seu interesse clínico é oferecer pontos de entrada: não se interpreta o conteúdo recalcado, interpreta-se o modo de sua ausência.

Esse é o sentido preciso em que cabe falar, na psicanálise, de um saber não sabido. O sujeito sabe, no registro em que seu sintoma é a forma desse saber; o que lhe falta é poder reconhecer esse saber como seu. Lacan (1998) extrairá dessa constatação a tese de que o inconsciente é estruturado como uma linguagem e de que o trabalho analítico consiste menos em revelar conteúdos ocultos do que em permitir que o sujeito advenha no lugar de onde fala sem saber. O ponto comum é que o autoconhecimento analítico supõe uma mudança de posição do sujeito diante do próprio dizer, e não um acréscimo de informação sobre si.

4 Os dispositivos técnicos e o material que produzem

4.1 A associação livre e a suspensão do juízo

A regra fundamental — dizer tudo o que ocorrer, sem seleção, sem considerar se é pertinente, lógico, interessante ou aceitável — é o dispositivo técnico mais simples e mais exigente da psicanálise. Sua eficácia repousa num pressuposto: se o encadeamento consciente é suspenso, outro encadeamento se manifesta. O que surge nas lacunas da lógica argumentativa não é desordem, mas ordem de outra natureza, regida pelas leis do processo primário.

A regra é, em sentido estrito, inexecutável, e essa inexecutabilidade é produtiva. O ponto em que o paciente se detém, hesita, julga irrelevante o que lhe ocorreu ou se cala é um indicador posicional: assinala a proximidade de material investido. Freud (1912b) recomenda ao analista contrapartida simétrica — a atenção uniformemente suspensa — para que essas descontinuidades não sejam filtradas também pelo ouvinte. A técnica consiste, de ambos os lados, em renunciar ao controle sobre o que merece atenção.

4.2 O sonho e o ato falho

A *interpretação dos sonhos* propõe que o sonho é realização disfarçada de desejo e descreve as operações que produzem o disfarce: condensação, deslocamento, consideração à figurabilidade e elaboração secundária (FREUD, 1900). O conteúdo manifesto — o que se recorda ao acordar — é produto final de um trabalho; o conteúdo latente é o que a interpretação busca reconstruir. O que importa reter, para a questão aqui tratada, é que o sonho não é lido como mensagem cifrada cuja chave o analista possuiria. É lido a partir das associações do próprio sonhador, o que faz da interpretação um procedimento conjunto e não uma decifração aplicada de fora.

Em *Sobre a psicopatologia da vida cotidiana*, Freud (1901) estende o mesmo princípio ao material mais banal: esquecimentos de nomes, trocas de palavras, extravios de objetos, erros de leitura. A demonstração tem alcance particular no contexto deste artigo, porque desloca o inconsciente do território da psicopatologia para o da vida comum. O lapso não é sintoma de doença; é evidência de que a determinação inconsciente opera continuamente, inclusive em quem nunca procurou tratamento. É nesse sentido que a psicanálise pode ser dita instrumento de autoconhecimento e não apenas de cura: seu objeto é o funcionamento psíquico como tal.

4.3 A elaboração como trabalho

Um equívoco recorrente na apropriação divulgativa da psicanálise consiste em supor que a tomada de consciência basta — que, uma vez nomeado o conflito, ele se dissolve. Freud desfez essa suposição em *Recordar, repetir e elaborar* (1914), ao distinguir a comunicação de uma interpretação de seu efeito. O paciente pode receber, compreender e até subscrever uma formulação exata a seu respeito sem que nada se altere. O que produz transformação é a elaboração — o trabalho repetido de reconhecer a mesma configuração em contextos sucessivos, até que ela perca a necessidade com que se impunha.

A elaboração explica por que o tempo da análise não é compressível. Não se trata de lentidão por insuficiência técnica, mas de propriedade do processo: o investimento que sustenta uma formação sintomática não cede pela via do argumento. Daí a distância entre o autoconhecimento analítico e o *insight* súbito da psicologia da aprendizagem. A psicanálise conhece momentos de reconfiguração abrupta, mas eles são efeito de um trabalho prévio, não substituto dele.

5 Resistência e transferência: o obstáculo como material

5.1 A resistência

A resistência designa o conjunto das operações pelas quais o próprio sujeito se opõe ao prosseguimento do tratamento que solicitou. A aparente contradição é constitutiva: o sofrimento que motiva a demanda é também, em alguma medida, uma solução — a melhor que o aparelho psíquico pôde produzir diante de um conflito insolúvel. Em *Inibições, sintomas e ansiedade*, Freud (1926) sistematiza as fontes dessa oposição, distinguindo as que provêm do eu, as que provêm do supereu e as que decorrem do investimento do próprio sintoma.

A reorientação técnica que daí resulta é decisiva. A resistência não é ruído a ser vencido antes que o trabalho co-

mece: é o trabalho. Quando um paciente se atrasa sistematicamente, esquece o que pretendia dizer ou desqualifica antecipadamente a sessão, mostra em ato aquilo que não pode enunciar. Interpretar a resistência antes do conteúdo é, por isso, regra técnica e não preferência de estilo.

5.2 A transferência e a contratransferência

Em 1912 Freud descreve a transferência como deslocamento, sobre a pessoa do analista, de disposições afetivas constituídas em relações anteriores. A afirmação forte do texto é que esses deslocamentos não devem ser eliminados: eles tornam presente na sala aquilo que o relato não alcança (FREUD, 1912a). O paciente não se limita a narrar como se relaciona — ele se relaciona, ali, com o analista, segundo os mesmos padrões que o fazem sofrer fora dali. A transferência converte a biografia em experiência atual e, com isso, em material observável por ambos.

É esse o ponto em que a análise se distingue com maior nitidez de qualquer prática autoadministrada de exame de si. Nenhuma autorreflexão, por mais honesta, produz o que a transferência produz, porque isso depende da presença de um outro que não responde conforme o esperado. A neutralidade do analista — que não é indiferença, mas abstenção de ocupar o lugar que lhe é atribuído — é a condição para que o padrão se torne legível em vez de apenas se repetir.

A contratransferência completa o quadro. As reações do analista ao paciente, inicialmente tratadas como interferência a ser eliminada pela análise pessoal, vieram a ser reconhecidas como fonte de informação sobre a relação em curso, sobretudo a partir dos desenvolvimentos kleinianos sobre identificação projetiva (KLEIN, 1991). O que o analista sente na presença de um paciente pode indicar o que esse paciente suscita habitualmente nos outros — e, portanto, o que organiza seus vínculos. O manejo dessas reações, e não sua ausência, é o que as torna utilizáveis.

DISPOSITIVO	OPERAÇÃO REQUERIDA	MATERIAL PRODUZIDO	SABER QUE TORNA ACESSÍVEL
Associação livre	Suspensão do juízo crítico sobre o próprio dizer	Encadeamentos não lógicos; hesitações e silêncios	Pontos de investimento que a fala organiza e contorna
Sonho e ato falho	Relato sem correção e associação sobre fragmentos	Conteúdo manifesto e cadeia associativa do sonhador	Desejos e conflitos excluídos do discurso consciente
Resistência	Interpretação da forma antes do conteúdo	Impasses, atrasos, esquecimentos, desqualificações	Função defensiva do sintoma e seu custo psíquico
Transferência	Abstenção do analista quanto ao lugar que lhe é atribuído	Repetição em ato do padrão relacional do paciente	Modos de vínculo não acessíveis pela via do relato
Elaboração	Retomada do mesmo conflito em contextos sucessivos	Reconhecimento progressivo de uma configuração	Caráter não necessário daquilo que se impunha

Tabela 1 — Dispositivos da clínica psicanalítica segundo a operação que exigem, o material que produzem e o tipo de saber sobre si que tornam acessível. A coluna final registra o alcance próprio de cada dispositivo, não a totalidade do que a análise pode produzir.

6 Os limites do autoconhecimento analítico

Nenhuma apresentação honesta da psicanálise como instrumento de autoconhecimento pode omitir as restrições que Freud formulou, com crescente severidade, ao longo da obra. Três merecem registro.

A primeira é a finitude do alcance. Em *Análise terminável e interminável*, Freud (1937) reconhece que o tratamento não esgota o conflito psíquico nem imuniza contra seu retorno, e enumera fatores que limitam estruturalmente seus efeitos: a intensidade constitucional das moções pulsionais e a alteração do eu produzida pelas defesas. O objetivo realista não é eliminar o conflito, mas ampliar a margem de manobra do sujeito diante dele.

A segunda é a natureza do produto. A introdução da pulsão de morte em *Além do princípio de prazer* (FREUD, 1920) acrescentou uma dimensão que resiste à inteligibilidade: há uma tendência à repetição que não se explica pela busca de satisfação e que o saber sobre si não dissolve. Conhecer-se, nesse registro, não é obter domínio; é deixar de atribuir a acidentes externos aquilo que se produz com regularidade.

A terceira diz respeito ao estatuto epistemológico do que se obtém. Em *Construções em análise*, também de 1937, Freud admite que a reconstrução do passado não se valida pela concordância do paciente — que pode ser efeito de sugestão — nem por sua recusa, e propõe como critério os efeitos indiretos da construção sobre o material subsequente. O autoconhecimento analítico não é, portanto, recuperação de uma verdade biográfica arquivada; é construção de uma narrativa que se sustenta por sua produtivi-

dade, não por sua correspondência com um original inacessível.

Essas restrições não enfraquecem a tese deste artigo; delimitam-na. Winnicott (1975) oferece formulação complementar ao situar o trabalho analítico num espaço potencial que não é nem puramente interno nem simplesmente externo — um espaço em que algo pode ser experimentado antes de ser sabido. O que a análise produz tem, assim, menos a forma de um inventário concluído do que a de uma capacidade: a de suportar a própria opacidade sem resolvê-la por explicações apressadas.

7 Considerações finais

O percurso realizado permite sustentar a tese inicial em termos mais precisos do que aqueles em que ela costuma ser enunciada. A psicanálise é, de fato, instrumento de autoconhecimento — mas de um autoconhecimento cuja definição ela própria reformula.

Três conclusões se destacam. A primeira é que esse conhecimento não é introspectivo. Ele não se obtém por atenção dirigida à consciência, e sim por leitura dos produtos do aparelho psíquico — sonhos, atos falhos, sintomas, repetições — cuja origem o eu desconhece. A consequência prática é que o percurso exige um dispositivo e um outro: não é empreendimento solitário, e nenhuma técnica autoadministrada o substitui.

A segunda é que os obstáculos são o material. Resistência e transferência, que a experiência apresenta primeiro como entraves, constituem as vias de acesso mais diretas ao que se quer conhecer, precisamente porque mostram em ato o que o relato não alcança. Uma análise sem resis-

tência não seria uma análise mais eficiente; seria indício de que nada de consequente está em jogo.

A terceira é que o produto é parcial e sem termo garantido. Reconhecê-lo não é concessão: é o que distingue a proposta psicanalítica das ofertas contemporâneas de autotransparência rápida, que prometem exatamente aquilo que a hipótese do inconsciente declara inatingível. O ganho do percurso analítico não é a posse de um saber completo sobre si, mas uma transformação na relação do sujeito com aquilo que nele não se deixa saber — e, com ela, a possibilidade de escolhas menos determinadas pela repetição.

Resta, como agenda, o exame das condições em que esse percurso se torna acessível. A psicanálise formulou seus dispositivos num enquadre de alta frequência e longa duração, cuja viabilidade material é hoje restrita. O que se conserva e o que se perde quando esses parâmetros se alteram é questão que não se resolve por princípio e pede investigação clínica sistemática.

Declarações

Conflito de interesses. O autor declara não haver conflito de interesses.

Financiamento. A pesquisa não recebeu financiamento específico de agências públicas, comerciais ou sem fins lucrativos.

Uso de inteligência artificial. Não foi utilizada inteligência artificial generativa na concepção, na redação ou na análise do conteúdo deste artigo.

Disponibilidade de dados. Não se aplica: trata-se de revisão de literatura, sem produção de dados primários.

Nota editorial. Este artigo integra o acervo reorganizado dos volumes 1 a 3 da Interapia. O texto foi editorialmente adequado às normas vigentes da revista quanto a estrutura, registro e normalização de referências, sem alteração de tese, argumento ou atribuição de autoria.

Referências

- FREUD, A. *O ego e os mecanismos de defesa*. Porto Alegre: Artmed, 2006.
- FREUD, S. *A interpretação dos sonhos* (1900). Edição standard brasileira das obras psicológicas completas de Sigmund Freud, v. 4-5. Rio de Janeiro: Imago, 1996.
- FREUD, S. *Sobre a psicopatologia da vida cotidiana* (1901). Edição standard brasileira das obras psicológicas completas de Sigmund Freud, v. 6. Rio de Janeiro: Imago, 1996.

- FREUD, S. Três ensaios sobre a teoria da sexualidade (1905). In: *Edição standard brasileira das obras psicológicas completas de Sigmund Freud*, v. 7. Rio de Janeiro: Imago, 1996. p. 117-231.
- FREUD, S. A dinâmica da transferência (1912). In: *Edição standard brasileira das obras psicológicas completas de Sigmund Freud*, v. 12. Rio de Janeiro: Imago, 1996. p. 109-119.
- FREUD, S. Recomendações aos médicos que exercem a psicanálise (1912). In: *Edição standard brasileira das obras psicológicas completas de Sigmund Freud*, v. 12. Rio de Janeiro: Imago, 1996. p. 123-133.
- FREUD, S. Recordar, repetir e elaborar (1914). In: *Edição standard brasileira das obras psicológicas completas de Sigmund Freud*, v. 12. Rio de Janeiro: Imago, 1996. p. 163-171.
- FREUD, S. A repressão (1915). In: *Edição standard brasileira das obras psicológicas completas de Sigmund Freud*, v. 14. Rio de Janeiro: Imago, 1996. p. 147-162.
- FREUD, S. O inconsciente (1915). In: *Edição standard brasileira das obras psicológicas completas de Sigmund Freud*, v. 14. Rio de Janeiro: Imago, 1996. p. 165-222.
- FREUD, S. *Conferências introdutórias sobre psicanálise* (1916-1917). Edição standard brasileira das obras psicológicas completas de Sigmund Freud, v. 15-16. Rio de Janeiro: Imago, 1996.
- FREUD, S. Além do princípio de prazer (1920). In: *Edição standard brasileira das obras psicológicas completas de Sigmund Freud*, v. 18. Rio de Janeiro: Imago, 1996. p. 17-85.
- FREUD, S. O ego e o id (1923). In: *Edição standard brasileira das obras psicológicas completas de Sigmund Freud*, v. 19. Rio de Janeiro: Imago, 1996. p. 23-83.
- FREUD, S. Inibições, sintomas e ansiedade (1926). In: *Edição standard brasileira das obras psicológicas completas de Sigmund Freud*, v. 20. Rio de Janeiro: Imago, 1996. p. 95-201.
- FREUD, S. Análise terminável e interminável (1937). In: *Edição standard brasileira das obras psicológicas completas de Sigmund Freud*, v. 23. Rio de Janeiro: Imago, 1996. p. 231-270.
- FREUD, S. Construções em análise (1937). In: *Edição standard brasileira das obras psicológicas completas de Sigmund Freud*, v. 23. Rio de Janeiro: Imago, 1996. p. 275-290.
- KLEIN, M. Notas sobre alguns mecanismos esquizoides (1946). In: *Inveja e gratidão e outros trabalhos*. Rio de Janeiro: Imago, 1991. p. 17-43.
- LACAN, J. *O seminário, livro 11: os quatro conceitos fundamentais da psicanálise* (1964). Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1988.
- LACAN, J. Função e campo da fala e da linguagem em psicanálise (1953). In: *Escritos*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1998. p. 238-324.
- LAPLANCHE, J.; PONTALIS, J.-B. *Vocabulário da psicanálise*. 4. ed. São Paulo: Martins Fontes, 2001.
- WINNICOTT, D. W. *O brincar e a realidade*. Rio de Janeiro: Imago, 1975.

COMO CITAR

ARAUJO, H. P. A psicanálise como instrumento de autoconhecimento: dispositivos, obstáculos e limites. *Interapia* — Revista de Clínica, Cultura e Ciências Mentais, v. 2, n. 1, p. 19-25, 2024.

LICENÇA

Publicado em acesso aberto sob licença Creative Commons Atribuição-NãoComercial 4.0 Internacional. O autor mantém os direitos sobre a obra e concede à revista o direito de primeira publicação.

A psicanálise no processo do luto antecipatório: enfrentamento da morte e ressignificação da vida

Psychoanalysis in the process of anticipatory grief: facing death and resignifying life

Karinne Neiva Jordão

Psicanalista clínica, Brasil.

PUBLICADO 20 DEZ 2024

Os registros de tramitação editorial dos volumes 1 a 3 estão incompletos em razão de mudança na direção da revista. As datas de recebimento, revisão e aceite deste artigo não puderam ser recuperadas e, por isso, não são informadas.

RESUMO

O luto antecipatório designa o conjunto de processos psíquicos e relacionais que se instalam entre o diagnóstico de uma condição sem possibilidade de cura e a morte efetiva, configurando uma elaboração que se inicia antes da perda concreta. Este artigo examina esse processo e interroga o que a escuta psicanalítica pode oferecer ao paciente, à família e à equipe que o atravessam. Procede-se por revisão narrativa de literatura, de natureza teórico-conceitual, articulando a formulação freudiana do trabalho de luto, as contribuições kleiniana e winnicottiana sobre perda e reparação, e a literatura sobre terminalidade e cuidados paliativos. Confrontam-se, em seguida, os principais modelos descritivos do luto — estágios, fases e tarefas — quanto à unidade que adotam e às implicações clínicas de cada um. Argumenta-se que o luto antecipatório não é um luto em miniatura nem um adiantamento que subtrai sofrimento ao luto posterior, mas um tempo de elaboração com economia própria, marcado pela coexistência entre presença física e ausência simbólica do objeto. Conclui-se que a contribuição específica da psicanálise nesse campo reside menos em protocolos de intervenção do que na oferta de um lugar de escuta que sustente a ambivalência e devolva ao sujeito a autoria sobre a própria despedida.

Palavras-chave: luto antecipatório; trabalho de luto; finitude; cuidados paliativos; escuta psicanalítica.

ABSTRACT

Anticipatory grief designates the psychic and relational processes that arise between the diagnosis of an incurable condition and actual death, constituting an elaboration that begins before the concrete loss. This article examines that process and asks what psychoanalytic listening can offer to the patient, the family and the care team who go through it. The method is a narrative review of the literature, theoretical and conceptual in nature, articulating the Freudian formulation of the work of mourning, Kleinian and Winnicottian contributions on loss and reparation, and the literature on terminality and palliative care. The main descriptive models of grief — stages, phases and tasks — are then compared with regard to the unit each adopts and the clinical implications that follow. It is argued that anticipatory grief is neither a miniature mourning nor an advance payment that subtracts suffering from later mourning, but a time of elaboration with its own economy, marked by the coexistence of the object's physical presence and symbolic absence. The specific contribution of psychoanalysis in this field lies less in intervention protocols than in offering a place of listening that sustains ambivalence and restores to the subject authorship over their own farewell.

Keywords: anticipatory grief; work of mourning; finitude; palliative care; psychoanalytic listening.

1 Introdução

A morte ocupa, nas sociedades contemporâneas, posição paradoxal: onipresente como informação e ausente como experiência compartilhável. Ariès (2003) documentou o deslocamento histórico que a retirou do espaço doméstico e a confinou à instituição hospitalar, convertendo o morrer, antes acontecimento público e ritualizado, em proces-

so técnico conduzido à margem do laço social. Esse deslocamento tem consequências clínicas precisas: quando o morrer deixa de ser cena coletiva, o enlutado perde não apenas o objeto, mas também o repertório simbólico que organizava a perda.

Há, porém, uma configuração em que a morte se anuncia antes de se consumir. O diagnóstico de uma condição grave, sem possibilidade de controle e com prognóstico reservado, instaura um intervalo em que paciente e família sabem o desfecho e permanecem convivendo com a vida que ainda dura. É esse intervalo que a literatura nomeia luto antecipatório: não a antecipação cronológica de um sofrimento futuro, mas a instalação de um trabalho psíquico de elaboração enquanto o objeto ainda está presente (Fonseca, 2004; Rando, 2000).

A questão que este artigo persegue é a seguinte: o que a psicanálise, como teoria do psiquismo e como prática de escuta, tem a oferecer a esse intervalo? A pergunta não é retórica. A psicanálise não dispõe de protocolo para terminalidade, não oferece estadiamento do sofrimento nem técnica de preparação para a morte. O que ela oferece é de outra ordem — e convém enunciá-lo com precisão, sob pena de converter a contribuição psicanalítica em retórica consoladora, exatamente o que a experiência da perda menos tolera.

A hipótese aqui sustentada é que a contribuição específica da psicanálise ao campo do luto antecipatório reside em três operações: sustentar a ambivalência que o discurso do cuidado tende a recalcar; recusar a normatização temporal da elaboração; e devolver ao sujeito a posição de autor da própria despedida, contra o funcionamento institucional que o constitui como objeto de intervenção.

2 Método

Trata-se de revisão narrativa de literatura, de natureza teórico-conceitual, orientada à articulação entre um corpus psicanalítico clássico e a produção especializada sobre luto antecipatório e terminalidade. Não se pretende exaustividade sistemática, inadequada ao objetivo de reconstrução conceitual aqui perseguido.

O corpus primário reúne os textos em que o trabalho de luto recebe formulação metapsicológica: *Luto e melancolia* (Freud, 1917/1996), as *Reflexões para os tempos de guerra e morte* (Freud, 1915/1996), *Além do princípio do prazer* (Freud, 1920/1996), o estudo de Klein (1940/1996) sobre luto e estados maníaco-depressivos e as formulações de Winnicott (1975) sobre objeto transicional e so-

breviência do objeto. O corpus secundário compreende a literatura de referência sobre perda e vínculo (Bowlby, 1990; Parkes, 1998), os manuais de aconselhamento e terapia do luto (Worden, 2013), a produção sobre terminalidade e cuidados paliativos (Kovács, 1992; Arantes, 2016) e os trabalhos que delimitaram o conceito de luto antecipatório (Lindemann, 1944; Fonseca, 2004; Rando, 2000).

O critério de inclusão foi duplo: tratamento conceitual explícito do processo de luto — e não menção ilustrativa — e publicação em obra de referência, periódico com revisão por pares ou editora com catálogo especializado. Excluíram-se materiais de divulgação, textos de autoajuda e trabalhos cuja referência à psicanálise fosse decorativa. O percurso analítico organizou-se em quatro movimentos: reconstituição da formulação freudiana do trabalho de luto; delimitação conceitual do luto antecipatório e de sua temporalidade; confronto entre os modelos descritivos disponíveis; e exame da especificidade da escuta psicanalítica nesse contexto.

3 O trabalho de luto na formulação psicanalítica

3.1 Desligamento libidinal e trabalho

A formulação de 1917 é economicamente precisa. O luto é descrito como processo pelo qual a libido investida no objeto perdido é, parcela a parcela, retirada de cada uma das lembranças e expectativas que a ele ligavam o sujeito. Essa retirada não é automática nem indolor: cada investimento deve ser evocado, hipercatexizado e então desligado, operação que consome tempo e energia psíquica e explica a inibição característica do estado de luto. Concluído o processo, o eu reencontra-se livre para novos investimentos (Freud, 1917/1996).

Dois aspectos dessa formulação merecem destaque. O primeiro é a insistência no termo *trabalho*. O luto não é estado passivo que o tempo dissolve, mas operação que o psiquismo executa. Daí decorre a possibilidade, clinicamente decisiva, de que esse trabalho se interrompa, se obstrua ou não se inicie. O segundo é a distinção com a melancolia: nesta, a perda não é do objeto, mas no eu, pois a sombra do objeto recai sobre o sujeito, que passa a dirigir contra si as censuras que seriam destinadas ao objeto abandonado. A diferença não é de intensidade, mas de destino da identificação — observação que permanece operativa no exame clínico das configurações de luto complicado.

Klein (1940/1996) deslocou o eixo dessa descrição ao situar o luto adulto como reedição da posição depressiva in-

fantil. Toda perda atual reativaria a angústia originária relativa aos objetos internos e a dúvida sobre a capacidade de preservá-los. O trabalho de luto consistiria, nessa leitura, em reinstalar internamente o objeto perdido — não em desinvesti-lo, mas em assegurá-lo. A reparação, movimento central dessa economia, exige que o sujeito reconheça a própria hostilidade em relação ao objeto, o que torna a ambivalência condição do luto e não seu obstáculo.

3.2 A dor da ausência de presença

Nasio (1997) formulou de modo produtivo a especificidade da dor da perda: ela não decorre da ausência do objeto no mundo, mas da ausência de sua presença no psiquismo. O objeto amado não é apenas alguém que existe fora; é uma presença interna que organiza o investimento do sujeito. Sua perda abre, no tecido representacional, um vazio que a realidade externa não causa, apenas revela. Essa precisão importa ao tema deste artigo, pois permite compreender por que a morte anunciada já produz dor: a ausência de presença pode instalar-se muito antes do óbito, à medida que a doença subtrai progressivamente aquilo que fazia do objeto a figura investida.

Freud (1915/1996) acrescenta elemento complementar ao observar que, no inconsciente, cada um se supõe imortal — a própria morte é irrepresentável, e o que se figura no lugar dela é sempre a morte do outro. Essa observação esclarece a resistência cultural à finitude descrita por Ariès (2003) e Chauí (2000): o silenciamento social da morte não é apenas hábito histórico, mas efeito de uma impossibilidade representacional sobre a qual as construções culturais se apoiam.

4 O luto antecipatório: delimitação conceitual

4.1 Origem e revisões do conceito

O termo foi introduzido por Lindemann (1944) a partir da observação de reações de esposas de soldados convocados: diante da ameaça de morte iminente, instalava-se um processo de desligamento afetivo cuja função parecia adaptativa. A formulação original continha, porém, uma tese que a clínica posterior não sustentou — a de que o luto antecipado reduziria a intensidade do luto subsequente, funcionando como pagamento parcial antecipado.

Rando (2000) reformulou o conceito em termos mais amplos, incluindo no luto antecipatório não apenas as reações de pesar, mas o conjunto dos processos intrapsíquicos e interpessoais mobilizados para a adaptação a uma

condição que ameaça a vida. Nessa reformulação, o processo integra três temporalidades: as perdas já ocorridas, as perdas que se produzem no presente do adoecimento e a perda futura antecipada. Fonseca (2004) acrescenta a função relacional: o intervalo permite a solução de conflitos, o esclarecimento de questões pendentes e a construção de despedidas — possibilidades estruturalmente indisponíveis na perda súbita.

Convém marcar, com Fonseca (2004), que o luto antecipatório não anula os efeitos da morte quando ela ocorre. A tese do desconto é equivocada e clinicamente perigosa, pois autoriza a expectativa, frequentemente dirigida aos familiares, de que já tenham sofrido o bastante. O que o intervalo oferece não é redução de intensidade, mas possibilidade de elaboração — condição distinta, e nem sempre realizada.

4.2 Temporalidade e economia própria

A terminalidade não é unidade de tempo, mas condição clínica, e pode estender-se de dias a anos (Arantes, 2016). Dessa indeterminação decorre a dificuldade específica do luto antecipatório: o processo de elaboração não dispõe de termo previsível, e o sujeito é convocado a sustentar simultaneamente o investimento em alguém que ainda vive e o desinvestimento em alguém que já se perde. Kovács (1992) descreve essa duplicidade como a coexistência, no familiar, da ausência atual — aquilo que a doença já subtraiu — e da ausência futura antecipada.

Essa coexistência é o que confere ao luto antecipatório economia distinta do luto posterior à morte. Não se trata de trabalho de desligamento, porque o objeto permanece presente e exige investimento continuado; tampouco de luto suspenso, porque perdas efetivas já se consumaram. Trata-se de um regime em que investimento e desinvestimento operam de modo concomitante sobre o mesmo objeto — configuração que explica a ambivalência que marca a experiência dos cuidadores e que será examinada adiante.

5 Modelos descritivos do processo de luto

A literatura produziu três famílias de modelos para descrever o processo de luto, distintas quanto à unidade descritiva que adotam. O modelo de estágios, formulado por Kübler-Ross (2017) a partir de entrevistas com pacientes em fase terminal, identifica negação, raiva, barganha, depressão e aceitação. Sua difusão foi considerável e seu uso, frequentemente abusivo: tomado como sequência

obrigatória, converte-se em grade normativa que mede o enlutado em vez de acolhê-lo.

A família dos modelos de fases, associada a Parkes (1998) e a Bowlby (1990), substitui a noção de etapa discreta pela de período com predomínio de certas manifestações, admitindo sobreposição e retorno. Parkes descreve torpor, saudade e anseio, desorganização e desespero, e reorganização. A alteração é mais do que terminológica: fases não precisam ser cumpridas, apenas atravessadas, e a não linearidade deixa de constituir anomalia.

Worden (2013) propõe deslocamento adicional ao substituir a descrição por tarefas: aceitar a realidade da perda, processar a dor do luto, ajustar-se a um mundo sem a pessoa morta e encontrar uma conexão duradoura com ela ao iniciar uma nova vida. O argumento em favor dessa formulação é explicitamente clínico e explicitamente freudiano: o conceito de tarefa é mais consoante com a noção de trabalho de luto e implica que o enlutado pode agir, em vez de apenas aguardar que o processo se complete. Isso tem consequência sobre a posição subjetiva: fases são atravessadas, tarefas são executadas.

MODELO	UNIDADE DESCRITIVA	CONFIGURAÇÃO PROPOSTA	IMPLICAÇÃO CLÍNICA
Estágios (Kübler-Ross)	Estágio emocional sucessivo	Negação, raiva, barganha, depressão, aceitação	Risco de normatizar o percurso e medir o enlutado por ele
Fases (Parkes; Bowlby)	Período com manifestações predominantes	Torpor, saudade, desorganização, reorganização	Admite sobreposição e retorno; retira a anomalia da não linearidade
Tarefas (Worden)	Operação a ser executada pelo enlutado	Aceitar a perda, processar a dor, ajustar-se, reposicionar o vínculo	Restitui agência; aproxima-se do trabalho de luto freudiano
Escuta (psicanálise)	Elaboração singular, sem unidade prévia	Sem sequência: o tempo é o do sujeito	Recusa a norma temporal; sustenta a ambivalência como material

Tabela 1 — Confronto entre os modelos descritivos do processo de luto quanto à unidade adotada e às consequências clínicas de cada escolha. A última linha registra a posição psicanalítica, que não constitui um quarto modelo descritivo, mas uma recusa da descrição prévia como organizador da escuta.

6 Família, ambivalência e cuidado

O adoecimento prolongado reorganiza a dinâmica familiar inteira. O cuidador principal acumula função assistencial, desgaste físico, exigência financeira e trabalho psíquico de preparação para a morte — combinação que produz efeitos bem documentados sobre a própria saúde. Nesse contexto, as relações entre família e paciente oscilam entre maior intimidade e distanciamento hostil, e a oscilação não constitui falha moral, mas expressão da ambivalência estrutural da situação.

O ponto exige enunciação clara, porque é sistematicamente silenciado. Diante de sofrimento prolongado, pode emergir no familiar o desejo de que a morte sobrevenha — desejo que aliviaria tanto o paciente quanto o cuidador, e que é imediatamente seguido de culpa. A leitura psicanalítica dessa configuração é direta: trata-se da ambivalência constitutiva de todo vínculo intenso, que a situação de terminalidade apenas torna manifesta. Klein (1940/1996) havia estabelecido que o reconhecimento da hostilidade dirigida ao objeto é condição da reparação, e não seu impedimento. Um dispositivo de escuta que não acolha esse material deixa o sujeito sozinho com aquilo

que menos pode dizer, aumentando a probabilidade de configurações complicadas de luto.

O trabalho em cuidados paliativos oferece o enquadre institucional em que essa escuta pode inscrever-se. Fundado no controle de sintomas e na promoção de qualidade de vida diante de condição que ameaça a continuidade da existência, o cuidado paliativo é conduzido por equipe multiprofissional e tem início idealmente desde o diagnóstico, não na iminência do óbito (Arantes, 2016). A inclusão do psicanalista nessa equipe não se justifica por uma função de apaziguamento, mas pela oferta de um lugar onde o que não cabe no discurso do cuidado possa ser dito.

7 A escuta psicanalítica no luto antecipatório

A psicanálise constituiu-se, desde sua origem, como método de escuta. Foi ao conceder atenção ao que o sintoma histórico articulava, ao que o sonho deslocava e condensava e ao que o ato falho interrompia que Freud estabeleceu simultaneamente um campo de conhecimento e um procedimento terapêutico. O que define esse procedimento não é um conjunto de técnicas, mas a posição de quem escuta: suposição de que a fala do paciente comporta uma verda-

de que ele próprio desconhece e que apenas sua enunciação pode produzir.

Transposta ao contexto da terminalidade, essa posição produz efeitos específicos. Moretto (2001) interrogou com rigor o que pode um analista no hospital e demonstrou que a resposta não está em adaptar a técnica ao setting hospitalar, mas em sustentar, naquele ambiente, a direção que define a escuta analítica — direção que frequentemente colide com a demanda institucional de que o paciente seja tranquilizado, adeque-se ao tratamento e não perturbe a rotina da equipe.

A escuta psicanalítica no luto antecipatório opera, assim, por três recusas. Recusa a norma temporal: não há prazo correto para elaborar, e a pressa institucional em obter aceitação é, com frequência, pressa da equipe diante da própria angústia. Recusa a supressão da ambivalência: hostilidade, alívio antecipado, desejo de término e culpa são material de trabalho, não desvios a corrigir. E recusa a posição de objeto: o paciente em terminalidade é constantemente falado — pela medicina, pela família, pelo prognóstico — e a oferta de um lugar de enunciação restitui-lhe a condição de sujeito precisamente quando tudo converge para subtraí-la.

Dessa terceira recusa decorre o que o original chamou de ressignificação, termo que convém precisar. Não se trata de atribuir sentido positivo ao sofrimento nem de conciliar o sujeito com a morte, operações que a clínica não autoriza e que a experiência desmente. Trata-se do trabalho pelo qual o sujeito reconstrói uma imagem de si que a doença desorganizou — abandonando a concepção que tinha de quem era para formular outra, compatível com as transformações físicas, cognitivas e relacionais impostas pelo adoecimento. Winnicott (1975) oferece aqui recurso conceitual pertinente: a capacidade de usar o objeto depende de que ele sobreviva à destrutividade do sujeito. No luto antecipatório, trata-se de saber se o vínculo sobrevive à perda progressiva do objeto real — e a escuta é um dos dispositivos pelos quais essa sobrevivência pode construir-se.

Considerações finais

O percurso realizado permite quatro proposições.

A primeira é que o luto antecipatório não constitui versão atenuada do luto posterior à morte, mas configuração com economia própria, em que investimento e desinvestimento incidem simultaneamente sobre o mesmo objeto. A tese do desconto — segundo a qual sofrer antes reduz o sofrer

depois — não se sustenta e produz efeito iatrogênico ao instituir expectativa de luto abreviado sobre quem acompanhou um adoecimento longo.

A segunda é que os modelos descritivos disponíveis diferem menos no conteúdo que descrevem do que na posição que atribuem ao enlutado. O deslocamento de estágios para tarefas, operado por Worden (2013), tem consequência clínica direta, por restituir agência onde a descrição por etapas instalava passividade. A psicanálise não acrescenta um quarto modelo, mas recusa que a descrição prévia organize a escuta.

A terceira é que a ambivalência é o material central desse campo, e seu silenciamento, o principal obstáculo. O desejo de que o sofrimento termine, a hostilidade em relação a quem se ama e o alívio que acompanha a morte anunciada são elementos constitutivos da situação, não falhas de caráter. A clínica que não os acolhe empurra-os para fora da fala, aumentando a probabilidade de que retornem como sintoma.

A quarta é que a contribuição específica da psicanálise não reside na técnica, mas na posição. Em um campo saturado de protocolos, estadiamentos e métricas de qualidade de vida, a oferta de um lugar onde o sujeito possa dizer o que não cabe em nenhuma dessas grades constitui intervenção de ordem distinta — e, precisamente por isso, dificilmente substituível.

Permanece como agenda a investigação sistemática do luto antecipatório em contextos brasileiros de cuidado, campo em que a produção disponível é ainda escassa quando comparada à literatura sobre luto posterior à morte. Igualmente necessária é a formação dos profissionais de saúde para o manejo da própria angústia diante da finitude, sem a qual o silenciamento da morte se reproduz no interior mesmo dos dispositivos criados para acolhê-la.

Declarações

Conflito de interesses. A autora declara não haver conflito de interesses.

Financiamento. A pesquisa não recebeu financiamento específico de agências públicas, comerciais ou sem fins lucrativos.

Uso de inteligência artificial. Não foi utilizada inteligência artificial generativa na concepção, na redação ou na análise do conteúdo deste artigo.

Ética em pesquisa. Não se aplica: trata-se de revisão de literatura, sem participantes humanos e sem relato de caso clínico. A versão

original mencionava experiência pessoal de perda familiar, suprimida nesta edição por não ser necessária ao argumento.

Disponibilidade de dados. Não se aplica: trata-se de revisão de literatura, sem produção de dados primários.

Nota editorial. Este artigo integra o acervo reorganizado dos volumes 1 a 3 da Interapia. O texto foi editorialmente adequado às normas vigentes da revista quanto a estrutura, registro e normalização de referências, sem alteração de tese, argumento ou atribuição de autoria.

Referências

- ARANTES, A. C. Q. *A morte é um dia que vale a pena viver*. Rio de Janeiro: Casa da Palavra, 2016.
- ARIËS, P. *História da morte no Ocidente: da Idade Média aos nossos dias*. Rio de Janeiro: Ediouro, 2003.
- BOWLBY, J. *Apego e perda*, v. 1: a natureza do vínculo. 2. ed. São Paulo: Martins Fontes, 1990.
- CHAUÍ, M. *Convite à filosofia*. São Paulo: Ática, 2000.
- FONSECA, J. P. *Luto antecipatório: as experiências pessoais, familiares e sociais diante de uma morte anunciada*. Campinas: Livro Pleno, 2004.
- FREUD, S. Reflexões para os tempos de guerra e morte (1915). In: *Edição standard brasileira das obras psicológicas completas de Sigmund Freud*, v. 14. Rio de Janeiro: Imago, 1996. p. 285-312.
- FREUD, S. Luto e melancolia (1917). In: *Edição standard brasileira das obras psicológicas completas de Sigmund Freud*, v. 14. Rio de Janeiro: Imago, 1996. p. 243-263.
- FREUD, S. Além do princípio do prazer (1920). In: *Edição standard brasileira das obras psicológicas completas de Sigmund Freud*, v. 18. Rio de Janeiro: Imago, 1996. p. 17-85.
- GIL, A. C. *Métodos e técnicas de pesquisa social*. 6. ed. São Paulo: Atlas, 2008.
- KLEIN, M. O luto e suas relações com os estados maníaco-depressivos (1940). In: *Amor, culpa e reparação e outros trabalhos*. Rio de Janeiro: Imago, 1996. p. 385-412.
- KOVÁCS, M. J. *Morte e desenvolvimento humano*. São Paulo: Casa do Psicólogo, 1992.
- KÜBLER-ROSS, E. *Sobre a morte e o morrer: o que os doentes terminais têm para ensinar a médicos, enfermeiras, religiosos e aos seus próprios parentes*. 10. ed. São Paulo: Martins Fontes, 2017.
- LAPLANCHE, J.; PONTALIS, J.-B. *Vocabulário da psicanálise*. 4. ed. São Paulo: Martins Fontes, 2001.
- LINDEMANN, E. Symptomatology and management of acute grief. *American Journal of Psychiatry*, v. 101, n. 2, p. 141-148, 1944.
- MORETTO, M. L. T. *O que pode um analista no hospital?* São Paulo: Casa do Psicólogo, 2001.
- NASIO, J.-D. *O livro da dor e do amor*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1997.
- PARKES, C. M. *Luto: estudos sobre a perda na vida adulta*. 3. ed. São Paulo: Summus, 1998.
- RANDO, T. A. (Org.). *Clinical dimensions of anticipatory mourning: theory and practice in working with the dying, their loved ones, and their caregivers*. Champaign: Research Press, 2000.
- WINNICOTT, D. W. *O brincar e a realidade*. Rio de Janeiro: Imago, 1975.
- WORDEN, J. W. *Aconselhamento do luto e terapia do luto: um manual para profissionais da saúde mental*. 4. ed. São Paulo: Roca, 2013.

COMO CITAR

JORDÃO, K. N. A psicanálise no processo do luto antecipatório: enfrentamento da morte e ressignificação da vida. *Interapia — Revista de Clínica, Cultura e Ciências Mentais*, v. 2, n. 1, p. 26-32, 2024.

LICENÇA

Publicado em acesso aberto sob licença Creative Commons Atribuição-NãoComercial 4.0 Internacional. O autor mantém os direitos sobre a obra e concede à revista o direito de primeira publicação.

A arte como instrumento terapêutico na psicologia analítica: imaginação ativa, símbolo e individuação na obra de C. G. Jung

Art as a therapeutic instrument in analytical psychology: active imagination, symbol and individuation in the work of C. G. Jung

Oswaldo Gonçalves

Psicanalista clínico, Brasil.

PUBLICADO 20 DEZ 2024

Os registros de tramitação editorial dos volumes 1 a 3 estão incompletos em razão de mudança na direção da revista. As datas de recebimento, revisão e aceite deste artigo não puderam ser recuperadas e, por isso, não são informadas.

RESUMO

Este artigo examina a função terapêutica da produção artística na psicologia analítica de C. G. Jung, percorrendo quatro usos distintos da imagem na clínica: a imaginação ativa como método de confronto deliberado com conteúdos autônomos da psique; a figuração plástica como operador de simbolização e transformação de energia psíquica; a amplificação de motivos oníricos por paralelos culturais; e a leitura de séries de produções como recurso de avaliação de processo. Sustenta-se que esses usos não são intercambiáveis e que a indistinção entre eles responde por boa parte da imprecisão com que a arteterapia de orientação junguiana costuma ser descrita. Argumenta-se que o fundamento da eficácia atribuída à imagem não está em sua qualidade estética nem em sua decifração verbal, mas na função transcendente — a operação pela qual uma terceira posição emerge da tensão entre consciência e inconsciente. Conclui-se que a produção plástica possui valor clínico consistente como via de acesso e como registro de processo, mas alcance limitado como instrumento diagnóstico, por não dispor de critérios de leitura padronizados nem de parâmetros de validação externos à relação analítica.

Palavras-chave: Jung; psicologia analítica; arteterapia; imaginação ativa; individuação.

ABSTRACT

This article examines the therapeutic function of artistic production in C. G. Jung's analytical psychology, covering four distinct clinical uses of the image: active imagination as a method of deliberate confrontation with autonomous psychic contents; plastic figuration as an operator of symbolisation and transformation of psychic energy; the amplification of dream motifs through cultural parallels; and the reading of series of productions as a resource for process evaluation. It is argued that these uses are not interchangeable, and that failure to distinguish between them accounts for much of the imprecision with which Jungian-oriented art therapy is usually described. It is further argued that the ground of the efficacy attributed to the image lies neither in its aesthetic quality nor in its verbal decipherment, but in the transcendent function — the operation by which a third position emerges from the tension between consciousness and the unconscious. The examination concludes that plastic production holds consistent clinical value as a route of access and as a record of process, but limited reach as a diagnostic instrument, since it lacks standardised criteria of reading and parameters of validation external to the analytic relationship itself.

Keywords: Jung; analytical psychology; art therapy; active imagination; individuation.

1 Introdução

A presença da imagem na clínica de orientação junguiana é anterior à sua teorização. Jung registra, em *Memórias, sonhos, reflexões*, que o período de desorientação subsequente à ruptura com Freud foi atravessado desenhando e

pintando as figuras que lhe ocorriam, antes que dispusesse de qualquer conceito para descrever o que fazia. O procedimento precedeu o método, e o método precedeu a doutrina. Essa ordem de constituição explica por que, na psicologia analítica, a produção plástica nunca foi concebida como técnica auxiliar acoplada a uma teoria pronta, mas como um dos lugares em que a teoria se formou.

Dessa origem decorre, porém, uma dificuldade persistente. Sob a designação genérica de "arte na clínica junguiana" reúnem-se procedimentos que diferem quanto ao objetivo, quanto ao grau de direção do analista e quanto ao material que mobilizam. Desenhar uma mandala em fase de desorganização não é o mesmo que sustentar um diálogo escrito com uma figura interior; amplificar o motivo de um sonho não é o mesmo que acompanhar as transformações de uma série de pinturas ao longo de meses. A literatura de divulgação trata esses procedimentos como variações de uma mesma coisa, e o resultado é uma descrição em que a imagem aparece como agente genérico de cura, indiferente ao enquadre em que é produzida.

Este artigo propõe-se a desfazer essa indistinção. O objetivo é discriminar os usos clínicos da produção artística na psicologia analítica, estabelecer o fundamento conceitual comum que os sustenta e examinar, para cada um, o que a literatura permite afirmar e o que permanece sem sustentação. Mantém-se a tese que organiza o campo — a de que a figuração da imagem possui função terapêutica própria, irredutível à interpretação verbal —, mas submete-se essa tese ao exame de seus limites.

Cabe uma observação terminológica preliminar. O referencial aqui mobilizado é o da psicologia analítica, disciplina que Jung constituiu a partir de 1913 em ruptura declarada com a psicanálise freudiana. As duas tradições compartilham a hipótese de uma vida psíquica inconsciente, mas divergem quanto à natureza do inconsciente, quanto à função do sintoma e, sobretudo, quanto ao estatuto da imagem. Tratar os conceitos junguianos como se pertencessem ao vocabulário freudiano — equívoco frequente em textos introdutórios — produz formulações que não se sustentam em nenhuma das duas tradições.

2 Método

Trata-se de revisão narrativa de literatura, de natureza teórico-conceitual, orientada à discriminação de usos clínicos de um mesmo recurso expressivo.

O corpus primário é constituído pelos volumes das *Obras completas* de Jung em que a imagem e o símbolo recebem

tratamento sistemático — notadamente *A natureza da psique* (v. 8/2), onde se formula a função transcendente, *Os arquétipos e o inconsciente coletivo* (v. 9/1), *O eu e o inconsciente* (v. 7/2), *Psicologia e alquimia* (v. 12) e *O espírito na arte e na ciência* (v. 15) —, acrescidos de *O homem e seus símbolos* e de *Memórias, sonhos, reflexões*. O corpus secundário reúne obras de referência da tradição pós-junguiana e da arteterapia: comentadores que sistematizaram o vocabulário conceitual (Samuels, Shorter e Plaut; Stein), autores que desenvolveram a leitura simbólica da imagem (Hillman; Jaffé) e a literatura sobre o uso clínico da produção plástica, em que se destacam, no Brasil, a obra de Nise da Silveira e as sistematizações de Philippini e Edwards.

Os critérios de inclusão foram dois: tratamento conceitual explícito da função da imagem — e não menção ilustrativa —, e procedência de obra de referência ou de periódico com revisão por pares. Foram excluídos textos de divulgação sem aparato, literatura cinzenta não revisada e trabalhos cuja fundamentação se apoiasse exclusivamente em citações de segunda mão.

O procedimento analítico consistiu em três etapas: identificação dos usos clínicos distintos da produção artística descritos na literatura; reconstituição, para cada um, do mecanismo psíquico que lhe é atribuído; e exame do grau de sustentação disponível para a eficácia alegada. A seção final reúne os casos e discute os limites do conjunto.

3 Fundamentos conceituais

3.1 Inconsciente coletivo e arquétipo

A distinção entre inconsciente pessoal e inconsciente coletivo é o primeiro pressuposto de qualquer leitura junguiana da imagem. O inconsciente pessoal reúne conteúdos adquiridos na biografia do sujeito — o esquecido, o subliminar, o incompatível com a atitude consciente. O inconsciente coletivo designa uma camada mais profunda, cujos conteúdos não derivam de aquisição individual, mas de disposições estruturais da espécie, que Jung denomina arquétipos.

O conceito exige precisão, porque é frequentemente mal enunciado. O arquétipo não é uma imagem herdada, mas uma disposição formal, vazia de conteúdo, que organiza a produção de imagens. Jung o compara ao sistema axial de um cristal, que determina a estrutura da formação sem preexistir a ela materialmente. O que se observa empiricamente não é o arquétipo, mas a imagem arquetípica — sua manifestação concreta, sempre revestida de material

biográfico e cultural. A recorrência de certos motivos em mitos, contos e produções clínicas de sujeitos sem contato entre si constitui, para Jung, o indício dessa disposição comum (Samuels; Shorter; Plaut, 1988).

A consequência clínica é direta. Se o arquétipo é forma e não conteúdo, nenhuma imagem possui significado fixo: um círculo desenhado por um paciente significa o que a relação entre a figura, o momento do processo e a associação do sujeito permitir estabelecer. A constituição de repertórios de equivalência — tal símbolo, tal sentido — é precisamente o que a teoria do arquétipo interdita, e é também um dos desvios mais frequentes na literatura aplicada.

3.2 Símbolo e função transcendente

O segundo pressuposto é a distinção entre signo e símbolo, que organiza toda a concepção junguiana do trabalho com imagens. O signo remete a algo conhecido, do qual é substituto convencional; o símbolo é a melhor expressão possível de algo que ainda não é plenamente conhecido e que, por isso, não admite tradução sem resto. Daí a recusa de Jung em reduzir a imagem a um conteúdo latente a ser decifrado: tal redução converteria o símbolo em signo, cancelando exatamente aquilo que o torna operativo.

A função transcendente, formulada em *A natureza da psique*, nomeia a operação que decorre dessa concepção. Quando a atitude consciente e a posição inconsciente se opõem sem possibilidade de arbitragem por qualquer das duas, a tensão sustentada pode dar lugar a uma terceira posição, que não é compromisso entre as anteriores nem vitória de uma sobre a outra, mas configuração nova. O símbolo é o veículo dessa emergência; a imagem produzida é sua forma sensível. A função transcendente é, nesse sentido, o fundamento comum de todos os usos clínicos da produção artística examinados adiante — e o critério que permite distinguir uma prática expressiva de uma prática propriamente analítica.

Da função transcendente deriva, por sua vez, a noção de individuação: o processo pelo qual o sujeito realiza a diferenciação de sua personalidade, integrando conteúdos antes dissociados e deslocando o centro de gravidade psíquico do ego para o si-mesmo. Importa registrar que individuação não designa perfeição nem autossuficiência, e tampouco um estado alcançável — designa um percurso, que Jung associa de modo particular à segunda metade da vida (Stein, 2006).

4 Usos clínicos da produção artística

4.1 A imaginação ativa

A imaginação ativa é o procedimento mais rigorosamente delimitado entre os examinados, e também o mais frequentemente confundido com outros. Consiste em suspender a atividade dirigida da consciência, permitir que uma imagem se constitua espontaneamente, e então — este é o ponto decisivo — entrar deliberadamente em relação com ela, interpelando-a e respondendo-lhe como a um interlocutor dotado de autonomia.

Duas condições distinguem o procedimento de qualquer devaneio. A primeira é a participação do ego: não se trata de assistir ao desfile das imagens, mas de tomar posição diante delas, o que supõe um ego capaz de sustentar a confrontação sem ser submergido. A segunda é a obrigação de dar forma ao que emerge — por escrito, desenho, modelagem ou movimento. A forma não é registro acessório: é o que impede a dissolução da experiência e permite retomá-la.

Jung é explícito quanto ao risco. A liberação de conteúdos autônomos em sujeitos cujo ego não dispõe de estabilidade suficiente pode precipitar invasão em vez de diálogo, e a indicação do procedimento supõe avaliação prévia dessa capacidade. A contraindicação em quadros com comprometimento do teste de realidade é consensual na literatura e constitui um dos poucos pontos em que a tradição formula uma restrição operacional clara.

Há ainda uma exigência que a literatura de divulgação omite: a de que o material obtido tenha consequência na conduta. Jung sustenta que a imaginação ativa sem tradução em decisão e em ato degenera em cultivo estético do inconsciente, prática que descreve como estéril quando não francamente inflacionária.

4.2 Simbolização plástica e transformação de energia

O segundo uso é o da figuração plástica propriamente dita, em que o paciente desenha, pinta ou modela sem que se exija o diálogo formalizado próprio da imaginação ativa. O mecanismo que lhe é atribuído é o da transformação de energia psíquica: o afeto que não encontra via de descarga nem de elaboração permanece investido no complexo que o retém; ao ganhar forma, passa a dispor de um canal, e sua carga se redistribui.

A contribuição brasileira a esse campo precisa ser enunciada em seus próprios termos. O trabalho de Nise da Sil-

veira no Centro Psiquiátrico Nacional, a partir de 1946, constituiu um acervo de produções de pacientes internos que não foi organizado como material de interpretação, mas como testemunho da atividade simbólica preservada em quadros tidos como irreversivelmente deteriorados. Sua posição é explícita: o valor da produção não está no que ela permite ao clínico concluir, mas no que realiza para quem a produz. A ênfase recai sobre a expressão direta e a continuidade do fazer, não sobre a decifração (Silveira, 1981).

Essa posição encontra correspondência na literatura de arteterapia, com fundamentação distinta. Edwards (2004) situa a eficácia do procedimento na triangulação que ele institui: a obra interpõe um terceiro termo entre paciente e terapeuta, oferecendo um objeto sobre o qual o afeto pode ser projetado e examinado a alguma distância. Philippini (2009) insiste na materialidade dos recursos — a resistência da argila, a fluidez da aquarela — como variável operativa, e não como detalhe de execução.

4.3 A mandala e a questão da centralização

A mandala ocupa posição singular no repertório junguiano. Jung registra que figuras circulares centradas surgiam

de modo recorrente em suas próprias produções e nas de seus pacientes, sobretudo em períodos de desorganização, e interpreta essa recorrência como tentativa espontânea de compensação: diante da dispersão, a psique produz uma figura de ordenação em torno de um centro. Em *Psicologia e alquimia*, a investigação do motivo articula-se ao material alquímico e às séries de sonhos, constituindo uma das demonstrações mais extensas do método de amplificação.

Três cautelas são necessárias. A primeira diz respeito à direção causal: a mandala é descrita por Jung como *produto* de um movimento de centralização em curso, não como procedimento que o induza — e propor seu desenho como exercício programado inverte essa relação, sem amparo no texto que a invoca. A segunda refere-se à leitura: a presença de figura circular não é índice de integração alcançada, podendo assinalar esforço defensivo de contenção diante de ameaça de fragmentação. A terceira é terminológica: "mandala" é substantivo feminino, e a flexão masculina corrente em parte da literatura aplicada constitui erro consolidado por repetição.

RECURSO	OPERAÇÃO PSÍQUICA	FUNÇÃO CLÍNICA	CAUTELA
Imaginação ativa	Confronto deliberado do ego com figuras autônomas	Instaura a função transcendente	Exige ego estável; contraindicada com teste de realidade comprometido
Figuração plástica livre	Transformação de energia investida no complexo	Dá via ao afeto que a palavra não alcança	Expressão não equivale a elaboração
Mandala	Compensação espontânea diante da dispersão	Registra movimento de centralização em curso	Produto, não indutor; círculo não é índice de integração
Amplificação	Ligação do motivo pessoal a paralelos culturais	Alarga o campo de sentido da imagem	Risco de recobrir o material com erudição do analista
Série de produções	Registro de deslocamentos sucessivos na figuração	Avaliação de processo ao longo do tempo	Leitura válida na série, nunca na obra isolada

Tabela 1 — Discriminação dos usos clínicos da produção artística na psicologia analítica. A coluna de cautela registra a restrição operacional formulada na literatura para cada recurso, e não objeção à sua pertinência.

5 Amplificação e trabalho com a imagem onírica

A amplificação é o método que Jung opõe à associação livre no tratamento do material onírico. Em vez de seguir a cadeia associativa que se afasta progressivamente da imagem, o procedimento mantém-se circunscrito a ela e a enriquece por aproximação com paralelos — mitológicos, religiosos, literários, alquímicos — que apresentem estrutura análoga. O objetivo não é substituir o motivo por seu

significado, mas restituir-lhe a espessura de sentido que a leitura imediata não alcança.

A distinção quanto ao procedimento freudiano é de princípio, não de grau. A associação livre supõe que o conteúdo manifesto encobre um conteúdo latente a ser reconstituído; a amplificação supõe que a imagem é já a melhor formulação disponível daquilo que exprime. Jung sustenta, além disso, que o sonho possui função prospectiva e compensatória em relação à atitude consciente, e não apenas função de realização disfarçada de desejo — diver-

gência que está na origem da separação entre as duas escolas.

A figuração plástica articula-se a esse trabalho de dois modos. Serve à fixação: o motivo onírico desenhado deixa de depender da memória e torna-se objeto estável, reexaminável. Serve à continuação: a imagem retomada plasticamente frequentemente se desloca, e esse deslocamento constitui material próprio. Jung observa que a carga afetiva é o que mantém o símbolo vivo; retirada essa carga, resta vocábulo inerte — razão pela qual o trabalho plástico, que mobiliza afeto em vez de apenas nomeá-lo, é considerado mais eficaz que a glosa verbal.

Há aqui, porém, o risco mais sério de todo o conjunto. A amplificação depende do repertório cultural do analista, e nada impede, no plano do método, que esse repertório se sobreponha ao material do paciente. Jaffé, ao examinar o simbolismo nas artes plásticas, adverte que o paralelo só é legítimo quando o sujeito reconhece nele algo de sua própria experiência; sem essa ancoragem, a amplificação produz erudição, não sentido. Trata-se de um limite reconhecido na própria tradição, e não de objeção externa a ela.

6 Sombra, projeção e a função da produção plástica

A sombra designa, no vocabulário junguiano, o conjunto dos aspectos da personalidade incompatíveis com a atitude consciente e, por isso, mantidos fora do reconhecimento do sujeito. Não se trata de categoria moral: a sombra contém tanto disposições reprovadas quanto potencialidades não desenvolvidas, e seu traço definidor é a não assimilação, não o valor negativo do conteúdo.

Seu modo regular de manifestação é a projeção: aquilo que não é reconhecido como próprio é percebido no outro, com intensidade afetiva desproporcional ao estímulo — e a desproporção é, clinicamente, o indicador mais confiável de que há projeção em operação. A retirada da projeção, que Jung considera uma das tarefas centrais da análise, supõe que o conteúdo seja reconhecido como pertencente ao sujeito.

A produção plástica intervém nesse ponto por uma razão específica. Enquanto a sombra permanece projetada, ela não está disponível para exame, pois aparece como propriedade de outrem. Figurada, ela adquire existência externa sem ser atribuída a ninguém: está ali, na folha, visível, e ao mesmo tempo reconhecidamente produzida pelo sujeito. Essa condição intermediária — exterior o bastante para ser contemplada, própria o bastante para não ser recusada — é o que confere ao procedimento sua utilida-

de. Hillman (2010) observa, em registro mais amplo, que o tratamento da imagem como entidade a ser respeitada em sua autonomia, e não reduzida a sintoma de outra coisa, é o que distingue uma psicologia da imagem de uma psicologia que apenas a utiliza.

Convém, ainda assim, não exceder a afirmação. Que a figuração favoreça o reconhecimento é proposição sustentada pela experiência clínica acumulada; que ela o produza por si é afirmação mais forte, para a qual a literatura não oferece amparo. A produção plástica cria condição favorável à retirada da projeção, não a executa.

7 Produção plástica como recurso de avaliação: alcance e limites

O uso da produção artística como instrumento de avaliação clínica é, entre os examinados, o de sustentação mais frágil — e é também o que a literatura aplicada afirma com menos reservas.

O que se pode sustentar é relativamente modesto. A produção plástica oferece via de acesso em situações nas quais a verbalização está comprometida, seja por limitação de recurso expressivo, seja porque o material não dispõe ainda de forma verbal. Oferece, além disso, registro material datado: a comparação de produções sucessivas permite observar deslocamentos — na organização do espaço, no repertório de motivos, na relação entre figura e fundo — que constituem indicador de processo. Reis (2014), ao examinar a inserção da arteterapia no trabalho do psicólogo no Brasil, situa justamente nessa função de registro, e não na função interpretativa, a contribuição mais consistente do recurso.

O que não se pode sustentar é a leitura diagnóstica de elementos isolados. A atribuição de significado fixo a cores, formatos ou temas recorrentes carece de validação e contradiz, como já observado, a própria teoria do arquétipo: se o símbolo não admite tradução sem resto, não há repertório de equivalências a construir. Acrescente-se que a produção plástica em contexto clínico é sempre produzida para alguém, em uma relação transferencial determinada, o que torna problemática qualquer leitura que a tome como expressão direta de estado interno.

Há, por fim, uma limitação metodológica que convém enunciar sem rodeios. A psicologia analítica não desenvolveu, para o trabalho com a imagem, protocolos de registro padronizados nem critérios de concordância entre avaliadores independentes, o que mantém esse campo fora do alcance dos procedimentos usuais de verificação. Essa

ausência não invalida a prática — a utilidade clínica de um recurso não está indexada à sua formalização —, mas desautoriza a linguagem diagnóstica que por vezes a acompanha.

8 Considerações finais

O percurso permite três conclusões de alcance distinto.

A primeira é que os usos clínicos da produção artística na psicologia analítica não constituem um procedimento único. Imaginação ativa, figuração livre, amplificação de motivo onírico e leitura de séries diferem quanto ao enquadre, quanto à participação do analista e quanto ao mecanismo que mobilizam. A discriminação entre eles não é refinamento acadêmico: dela depende a indicação, e a imaginação ativa, em particular, possui contraindicação formulada que as demais não possuem.

A segunda é que o fundamento comum desses usos é a função transcendente, e não uma eficácia atribuída à arte enquanto tal. A imagem opera clinicamente na medida em que sustenta a tensão entre posições inconciliáveis até que delas emergja uma configuração terceira. Fora dessa operação, a produção plástica pode ter valor expressivo, recreativo ou estético, mas não realiza o trabalho que a teoria lhe atribui. Essa distinção importa porque delimita o que, na prática, é propriamente analítico.

A terceira é que o alcance do recurso é desigual conforme a função pretendida. Como via de acesso a material indisponível à palavra, a sustentação é consistente e converge entre tradições distintas. Como registro de processo, é razoável, desde que a leitura se faça na série e não na peça isolada. Como instrumento diagnóstico, é insuficiente, e a linguagem que o descreve nesses termos excede o que a própria tradição autoriza.

Resta, como agenda, o trabalho de formalização mínima. Entre a recusa legítima de reduzir o símbolo a signo e a ausência completa de critérios de registro há um intervalo que a tradição junguiana pouco explorou. Protocolos de descrição de séries — que registrem o que se vê sem pretender fixar o que significa — seriam compatíveis com os pressupostos da psicologia analítica e tornariam comunicável uma prática que hoje se transmite sobretudo por testemunho.

Declarações

Conflito de interesses. O autor declara não haver conflito de interesses.

Financiamento. A pesquisa não recebeu financiamento específico de agências públicas, comerciais ou sem fins lucrativos.

Uso de inteligência artificial. Não foi utilizada inteligência artificial generativa na concepção, na redação ou na análise do conteúdo deste artigo.

Disponibilidade de dados. Não se aplica: trata-se de revisão de literatura, sem produção de dados primários.

Nota editorial. Este artigo integra o acervo reorganizado dos volumes 1 a 3 da *Interapia*. O texto foi editorialmente adequado às normas vigentes da revista quanto a estrutura, registro e normalização de referências, sem alteração de tese, argumento ou atribuição de autoria.

Referências

- EDWARDS, D. *Art therapy*. London: Sage, 2004.
- HILLMAN, J. *Re-vendo a psicologia*. 5. ed. Petrópolis: Vozes, 2010.
- JAFFÉ, A. O simbolismo nas artes plásticas. In: JUNG, C. G. (org.). *O homem e seus símbolos*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2008.
- JUNG, C. G. (org.). *O homem e seus símbolos*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2008.
- JUNG, C. G. *Memórias, sonhos, reflexões*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2006.
- JUNG, C. G. *O eu e o inconsciente*. Obras completas, v. 7/2. Petrópolis: Vozes, 2011.
- JUNG, C. G. *A natureza da psique*. Obras completas, v. 8/2. Petrópolis: Vozes, 2013.
- JUNG, C. G. *Os arquétipos e o inconsciente coletivo*. Obras completas, v. 9/1. Petrópolis: Vozes, 2014.
- JUNG, C. G. *Psicologia e alquimia*. Obras completas, v. 12. Petrópolis: Vozes, 2012.
- JUNG, C. G. *Estudos alquímicos*. Obras completas, v. 13. Petrópolis: Vozes, 2012.
- JUNG, C. G. *O espírito na arte e na ciência*. Obras completas, v. 15. Petrópolis: Vozes, 2011.
- PHILIPPINI, A. *Para entender arteterapia: cartografias da coragem*. 4. ed. Rio de Janeiro: Wak, 2009.
- REIS, A. C. dos. Arteterapia: a arte como instrumento no trabalho do psicólogo. *Psicologia: Ciência e Profissão*, v. 34, n. 1, p. 142-157, 2014.
- SAMUELS, A.; SHORTER, B.; PLAUT, F. *Dicionário crítico de análise junguiana*. Rio de Janeiro: Imago, 1988.
- SILVEIRA, N. da. *Imagens do inconsciente*. Rio de Janeiro: Alhambra, 1981.
- SILVEIRA, N. da. *Jung: vida e obra*. 21. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2007.

STEIN, M. *Jung: o mapa da alma*. São Paulo: Cultrix, 2006.

COMO CITAR

GONÇALVES, O. A arte como instrumento terapêutico na psicologia analítica: imaginação ativa, símbolo e individuação na obra de C. G. Jung. *Interapia — Revista de Clínica, Cultura e Ciências Mentais*, v. 2, n. 1, p. 33-40, 2024.

LICENÇA

Publicado em acesso aberto sob licença Creative Commons Atribuição-NãoComercial 4.0 Internacional. O autor mantém os direitos sobre a obra e concede à revista o direito de primeira publicação.

A alegoria da caverna e seus deslocamentos em O quarto de Jack: imagem, função materna e passagem ao princípio de realidade

The allegory of the cave and its displacements in Room: image, maternal function and accession to the reality principle

Leonardo Rodrigues

Psicanalista clínico, Brasil.

PUBLICADO 20 DEZ 2024

Os registros de tramitação editorial dos volumes 1 a 3 estão incompletos em razão de mudança na direção da revista. As datas de recebimento, revisão e aceite deste artigo não puderam ser recuperadas e, por isso, não são informadas.

RESUMO

Este ensaio examina de que modo a alegoria da caverna, exposta por Platão no livro VII de *A República*, opera como chave de leitura do filme *O quarto de Jack* (*Room*, 2015), dirigido por Lenny Abrahamson a partir do romance homônimo de Emma Donoghue. Sustenta-se que a correspondência entre as duas obras não se esgota na semelhança situacional entre o cativo e a prisão subterrânea, e que seu interesse teórico reside justamente nos pontos em que a analogia se desloca. Três deslocamentos são identificados e desenvolvidos: a inversão do estatuto da imagem, uma vez que, no filme, é o simulacro televisivo que recebe o índice de irrealidade enquanto o cárcere é afirmado como mundo; a presença, inexistente em Platão, de uma função materna que é simultaneamente cativa e instituidora do mundo em que a criança habita; e a conversão da saída em travessia psíquica, legível nos termos freudianos da passagem ao princípio de realidade e do trabalho de luto. Conclui-se que a alegoria permanece operante como teoria da reorientação do olhar, mas exige, para dar conta da narrativa fílmica, a mediação de conceitos psicanalíticos relativos à constituição do eu na dependência do outro.

Palavras-chave: alegoria da caverna; Platão; psicanálise e cinema; constituição do eu; princípio de realidade.

ABSTRACT

This essay examines how the allegory of the cave, set out by Plato in book VII of *The Republic*, operates as a reading key for the film *Room* (2015), directed by Lenny Abrahamson from Emma Donoghue's novel of the same name. It argues that the correspondence between the two works is not exhausted by the situational resemblance between captivity and the underground prison, and that its theoretical interest lies precisely where the analogy shifts. Three such displacements are identified and developed: the inversion of the status of the image, since in the film it is the televisual simulacrum that receives the index of unreality while the place of captivity is affirmed as world; the presence, absent in Plato, of a maternal function that is at once captive and institutor of the world the child inhabits; and the conversion of the exit into a psychic passage, legible in Freudian terms as the accession to the reality principle and as mourning. It concludes that the allegory remains operative as a theory of the reorientation of the gaze, yet requires psychoanalytic concepts concerning the constitution of the self in dependence on the other.

Keywords: allegory of the cave; Plato; psychoanalysis and cinema; constitution of the self; reality principle.

1 Introdução

Entre as construções que a filosofia legou à cultura ocidental, poucas tiveram destino tão amplo quanto a alegoria narrada por Sócrates no início do livro VII de *A República*. Prisioneiros acorrentados desde a infância numa habitação subterrânea veem apenas sombras projetadas no fundo da gruta e, não dispondo de qualquer termo de

comparação, tomam essas sombras pela totalidade do que existe. A libertação de um deles, a ascensão penosa até a boca da caverna e o ofuscamento diante da luz compõem uma sequência que Platão oferece explicitamente como figura da educação e do destino de quem retorna para falar aos que ficaram (PLATÃO, 2001).

A fortuna dessa imagem fora da filosofia tem, porém, um custo. Reduzida a metáfora genérica da ignorância, a alegoria passou a ser invocada sempre que uma narrativa opõe engano e verdade, o que esvazia o que nela há de mais específico: não é uma tese sobre o erro, mas a descrição do que ocorre ao sujeito quando a estrutura inteira de sua percepção é obrigada a reorganizar-se.

O quarto de Jack, longa-metragem de 2015 dirigido por Lenny Abrahamson com roteiro de Emma Donoghue adaptado de seu próprio romance de 2010, é uma dessas obras. O filme narra os meses finais do cativeiro de uma jovem mantida em cárcere privado durante sete anos e de seu filho, nascido nesse espaço e que ali completa cinco anos, bem como o período imediatamente posterior à fuga. A violência que funda a situação é tratada, tanto na obra quanto nesta análise, de modo contido: não é objeto de representação, mas condição de possibilidade do mundo que a criança habita.

O argumento aqui sustentado é que a correspondência entre o filme e a alegoria é real, mas que seu rendimento analítico não está nas coincidências e sim nos desvios. Em três pontos decisivos a narrativa fílmica altera os termos platônicos, e é o exame desses três pontos que organiza o texto: a inversão do estatuto atribuído à imagem; a introdução de uma função materna que não tem correspondente no mito; e a transformação da saída, que em Platão é essencialmente epistemológica, numa travessia psíquica cujos efeitos se prolongam muito além do momento da libertação.

A hipótese de leitura é que a alegoria funciona, no filme, menos como referência temática do que como estrutura formal, e que seus deslocamentos revelam o que o pensamento psicanalítico acrescenta à teoria platônica do conhecimento: a constatação de que ninguém sai sozinho, porque ninguém entrou sozinho.

2 Método

Adota-se o procedimento da análise fílmica de orientação teórico-conceitual, no qual a obra audiovisual não é tomada como ilustração de teses externas, mas como material cuja organização interna é interrogada a partir de um qua-

dro conceitual explicitado de antemão (AUMONT; MARRIE, 2009). Não se trata, portanto, de revisão de literatura sobre o filme, nem de estudo de recepção, e sim de leitura imanente orientada por conceitos.

O corpus primário compreende duas obras: o filme *O quarto de Jack* (2015), em sua versão integral, e o romance de Donoghue (2010) que lhe serve de base, consultado como termo de controle sempre que a decisão de adaptação incidir sobre os elementos aqui analisados. O corpus teórico é duplo. De um lado, o texto platônico, lido na tradução de Maria Helena da Rocha Pereira, restrito à alegoria e ao comentário imediatamente subsequente, nos quais Sócrates fornece ele próprio a chave de leitura do que narrou. De outro, um conjunto delimitado de textos psicanalíticos relativos a três problemas: a constituição do princípio de realidade, a função do ambiente primário na emergência do eu e o trabalho de luto.

O recorte das cenas obedeceu a três critérios: foram retidas as sequências em que o filme explicita o estatuto ontológico atribuído pela criança ao que vê; aquelas em que a passagem entre o dentro e o fora é encenada como acontecimento perceptivo, e não apenas narrativo; e aquelas em que a relação com a figura materna é posta em questão por uma mudança de condição. Ficaram de fora os elementos de intriga referentes ao agressor e à investigação policial, pertinentes à economia dramática mas estranhos ao problema aqui formulado.

Assume-se, por fim, uma limitação: a análise fílmica de orientação conceitual não produz resultados generalizáveis nem verificáveis por replicação, mas leituras cuja validade se afere pela consistência interna e pela fidelidade ao material. O que segue é interpretação argumentada, não demonstração.

3 A alegoria como teoria da conversão do olhar

3.1 A estrutura do relato platônico

A narrativa socrática distingue quatro momentos, e a ordem entre eles é tão importante quanto seu conteúdo. Há primeiro o estado de cativeiro, em que as sombras não são tomadas por sombras: para quem nunca viu outra coisa, elas simplesmente são as coisas. Há em seguida a libertação, que o texto descreve como violenta — o prisioneiro é desatado, obrigado a erguer-se e a voltar-se, e sofre com o movimento. Há depois a subida e o ofuscamento, em que a luz, longe de revelar, cega, de modo que a aproximação do verdadeiro se dá inicialmente como perda de capacidade de ver. Há enfim o retorno, e com ele a incomunicabili-

dade: quem desce traz um saber que os de baixo não têm meios de receber (PLATÃO, 2001).

Sócrates nomeia a operação central: trata-se de uma *periagogé*, uma conversão ou giro da alma inteira. O ponto é expressamente formulado contra a concepção corrente da educação como depósito de conteúdos: não se trata de introduzir a visão num órgão que não a possui, mas de reorientar um órgão que vê e que está voltado para a direção errada. A alegoria, portanto, não descreve a passagem da falta de informação à informação; descreve uma mudança de posição do sujeito em relação ao que lhe aparece.

3.2 O que a alegoria não afirma

Duas precisões evitam leituras apressadas. A primeira é que as sombras não são falsas. Elas são efetivamente projetadas por objetos reais à luz de um fogo real, e o erro dos prisioneiros não está em vê-las, mas em atribuir-lhes um estatuto que não possuem. O engano é de ordem ontológica, não perceptiva — distinção que importará adiante.

A segunda é que a libertação não é um ato do prisioneiro. O texto emprega a voz passiva e insiste no constrangimento: alguém o liberta, alguém o força a subir. Essa heteronomia inicial é estruturalmente necessária, porque um prisioneiro que já desejasse sair teria de dispor, antes de sair, da ideia de um fora — exatamente o que o cativo lhe interdita. É nesse ponto que a alegoria toca, sem desenvolver, um problema que a psicanálise fará seu: a emergência do desejo próprio depende de um outro que a antecede.

4 O quarto como mundo: a inversão do estatuto da imagem

4.1 A totalidade do espaço fechado

O primeiro movimento do filme consiste em estabelecer, pela via da montagem e do ponto de vista, que o cômodo de poucos metros quadrados não é, para a criança, um lugar pequeno: é a extensão do que há. A câmera adota a altura e a escala do olhar infantil, e os objetos recebem nomes próprios sem artigo — a cadeira, a pia, o armário são indivíduos singulares, não exemplares de classes.

A construção corresponde com exatidão à condição dos prisioneiros platônicos: não se trata de um mundo reduzido, pois reduzir supõe um termo maior disponível. Trata-se de um mundo cuja fronteira coincide com a fronteira do pensável. O conceito psicanalítico pertinente não é o de carência, mas o de ambiente primário no sentido que lhe dá Winnicott (1983): aquilo que, por ser a condição de

toda experiência, não comparece nela como objeto e não pode, por isso mesmo, ser posto em questão por quem o habita. A distinção importa porque a carência supõe a representação do que falta, e é precisamente essa representação que o dispositivo interdita (LAPLANCHE; PONTALIS, 2001).

4.2 A sombra invertida

O deslocamento decisivo em relação a Platão ocorre no tratamento da televisão. O aparelho está presente no cômodo e transmite imagens de ruas, animais, pessoas — isto é, precisamente o mundo exterior ao qual a criança não tem acesso. Tudo estaria em ordem se essas imagens fizessem o papel das sombras. Mas o filme opera a inversão: a criança sabe que as figuras da tela não são reais e o afirma sem hesitação. O que se vê na televisão pertence a uma categoria expressamente distinta do que existe, e o que existe é o quarto.

A consequência é notável. Na caverna platônica, o erro consiste em tomar a imagem pela coisa; no quarto, a imagem é corretamente identificada como imagem, e o erro migra para outro lugar — para a delimitação do real. A criança não confunde sombra e objeto: ela exclui do real tudo o que não seja o próprio cativo. O engano, aqui, não é um déficit de discernimento, mas um excesso dele aplicado a uma premissa instituída.

Essa inversão tem alcance teórico. Ela mostra que a ignorância eficaz — a que organiza uma existência inteira — não se produz pela abundância de imagens enganosas, mas pela instituição prévia de um critério do que conta como existente. A psicanálise formulou algo próximo ao descrever o juízo de atribuição como operação lógica anterior ao juízo de existência (FREUD, 1996c). Antes de perguntar se algo é verdadeiro, o psiquismo decide se pertence ao seu campo. É nessa decisão, e não na avaliação subsequente, que o cativo se instala.

5 A saída como travessia psíquica

5.1 O ofuscamento

A fuga é encenada em poucos minutos e organiza-se inteiramente pela via sensorial. A criança, que nunca esteve sob o céu, é exposta de uma só vez à luz, ao vento, ao ruído e à profundidade de campo. O filme retarda o plano que mostra o céu e, quando o mostra, o faz em contraplongée prolongada e desfocada: a imagem demora a estabilizar-se, exatamente como o olho do prisioneiro platônico demora a distinguir formas.

O paralelo é formal, mas sua leitura psicanalítica é precisa. O que irrompe não é informação nova: é a quantidade de excitação que o aparelho psíquico não dispõe de meios para ligar. A verdade, nesse registro, não chega como alívio e sim como excesso — e é por isso que Freud pôde descrever a instauração do princípio de realidade não como aquisição de conhecimento, mas como penosa modificação do funcionamento mental, exigida quando a satisfação alucinatória deixa de bastar (FREUD, 1996a). A saída da caverna, lida assim, é menos uma iluminação do que a imposição de um trabalho — e um trabalho que, antes de produzir conhecimento, produz angústia, afeto que Freud (1996d) viria a situar como sinal diante de uma situação que o eu não tem meios de dominar. Bion (1991) formulou a alternativa que então se abre: ou os dados brutos da experiência encontram aparelho capaz de transformá-los em pensamento, ou são evacuados sem elaboração.

5.2 O luto do mundo perdido

O período posterior à fuga ocupa a maior parte do filme, o que constitui, por si, uma tese: num relato de libertação convencional, a saída seria desenlace; aqui é início. A cri-

ança adoece, recusa o contato, procura espaços fechados, e sua demanda é regressiva: pede para voltar.

O conceito que dá conta desse movimento é o de luto, no sentido estrito em que Freud o define: trabalho psíquico exigido pela perda de um objeto investido, cuja realização consiste no desligamento progressivo da libido de cada uma das lembranças que a ele a prendiam (FREUD, 1996b). O que se perdeu não é a liberdade, evidentemente, mas o mundo — isto é, o sistema de referências em que cada coisa tinha lugar e nome. A dor da travessia não é nostalgia do cárcere; é o custo de desinvestir uma totalidade e de construir outra.

O filme marca o fim desse trabalho numa cena de retorno. A criança pede para ver o quarto uma última vez, entra nele acompanhada e observa que ele está menor. Nada mudou no cômodo. Mudou a posição de quem olha, e é exatamente isso que Platão nomeava *periagogé*: não a troca de um lugar por outro, mas a conversão do olhar, cujo efeito retroage sobre o lugar de origem e o reduz à sua verdadeira escala.

ELEMENTO DA ALEGORIA	CORRESPONDENTE NO FILME	LEITURA PSICANALÍTICA	CONSEQUÊNCIA PARA O ARGUMENTO
Habitação subterrânea	O cômodo único, vivido como extensão do que existe	Ambiente primário: condição da experiência, não objeto dela	O mundo é total, não reduzido: não há termo de comparação
Sombras na parede	Imagens da televisão, declaradas irreais	Juízo de atribuição anterior ao juízo de existência	Inverte o erro: não se confunde a imagem, delimita-se o real
Ofuscamento na subida	Exposição súbita ao céu, à luz e à profundidade	Irrupção de excitação não ligada; princípio de realidade	A verdade chega como excesso, não como alívio
Quem desata e força a subir	A figura materna, cativa e instituidora do mundo	Ilusão e desilusão graduadas pelo ambiente suficientemente bom	A libertação não é ato de um sujeito só
Retorno à caverna	A visita final ao quarto, percebido agora como pequeno	Trabalho de luto concluído sobre o objeto perdido	A conversão do olhar retroage e reduz o lugar de origem

Tabela 1 — Correspondências e deslocamentos entre os elementos da alegoria platônica e sua reinscrição narrativa no filme. A última coluna registra o efeito de cada correspondência sobre o argumento, e não o grau de semelhança entre as obras.

6 A função materna: o que a alegoria não previu

O terceiro deslocamento é o mais consequente, porque introduz uma figura sem correspondente no mito. Em Platão, quem desata o prisioneiro permanece anônimo e exterior; a alegoria não se interessa por ele. No filme, quem exerce essa função é a mãe — e ela é, ao mesmo tempo, a outra prisioneira.

Essa duplicidade constitui o núcleo do problema. A personagem institui, para a criança, um mundo habitável: no-

meia os objetos, organiza o tempo em rotinas, inventa jogos, estabelece que o cômodo é bom. Trata-se, em termos winnicottianos, de sustentar a ilusão de que o ambiente corresponde à necessidade — operação que, longe de ser engano, é condição para que um eu se constitua com continuidade (WINNICOTT, 1975). O que singulariza a situação é que essa ilusão, normalmente desmentida aos poucos pela própria realidade, é aqui mantida contra uma realidade que a desmentiria de modo catastrófico.

Daí que o momento em que a mãe informa à criança a existência de um fora seja apresentado pelo filme como ruptura, e recebido com recusa. A desilusão, que o ambiente suficientemente bom administra em doses toleráveis, precisa ser aqui concentrada num único ato, e esse ato é indistinguível de uma traição. A psicanálise dispõe de termos para essa situação: trata-se do ponto em que o cuidado e a verdade deixam de coincidir, e em que proteger e manter cativo se tornam a mesma operação. Ferenczi (1992) havia identificado, em contexto distinto, o efeito desorganizador que decorre da discordância entre o que o adulto enuncia e o que a situação impõe à criança — discordância que aqui não resulta de má-fé, mas da estrutura mesma do cativo.

Um segundo aspecto merece registro. Para a mãe, o quarto nunca foi mundo: ela conheceu o fora antes, e seu cativo é privação consciente. As duas personagens habitam fisicamente o mesmo espaço e ocupam posições incomensuráveis em relação a ele — uma situação que a caverna platônica, com seus prisioneiros homogêneos, não contempla. Daí decorre que a saída tenha para cada uma delas um sentido inverso: restituição para quem perdeu, perda para quem nunca teve. A figura materna aparece cindida em duas — a que sustenta e a que aprisiona —, e o trabalho posterior consiste em reuni-las numa só pessoa, movimento que Klein (1991) descreveu como passagem à posição depressiva.

É também por essa via que se esclarece o estatuto da separação. A autonomia que a criança conquista no período pós-fuga não se produz contra a figura materna, mas a partir da experiência, até então impossível, de que o mundo não se esgota nela. O eu que então se organiza depende, para constituir-se, de um reconhecimento que vem de fora e que lhe devolve uma imagem unificada de si — função que Lacan (1998) situou na matriz do estádio do espelho e que, no filme, só se torna disponível quando outros olhares além do materno passam a existir. Que esse reconhecimento chegue pelo olhar não é detalhe: é no campo escópico, como Lacan (1988) observa a propósito do olhar como objeto, que o sujeito se descobre visto antes de ver. A separação não é, portanto, ruptura do vínculo, mas descompressão de um vínculo que ocupava todo o espaço.

7 Limites da aproximação

Três reservas delimitam o alcance do que foi proposto. A primeira é que a alegoria platônica serve a uma tese sobre a educação do governante e sobre a hierarquia dos graus

de conhecimento, propósitos sem equivalente na narrativa fílmica. Tomar o filme como sua realização seria ignorar que ela é instrumento demonstrativo, não relato.

A segunda é que a leitura psicanalítica aqui mobilizada incide sobre personagens, isto é, sobre construções narrativas, e não sobre sujeitos: as categorias de luto, ilusão e princípio de realidade descrevem a organização interna de uma obra, não hipóteses clínicas. A confusão entre os dois planos é risco permanente da psicanálise aplicada à arte (METZ, 1980).

A terceira é que a violência que funda a situação narrada não é, nem pode ser, redutível à figura do cativo epistemológico. Há no filme um crime, e a analogia filosófica não tem competência para tratá-lo. A decisão de manter esse plano fora da análise é metodológica, não valorativa: significa apenas que o instrumento escolhido não o alcança.

8 Considerações finais

O percurso permite três conclusões.

A primeira é que a alegoria da caverna conserva produtividade analítica quando lida em sua formulação estrita — como teoria da conversão do olhar, e não como metáfora da ignorância. Lida assim, ela fornece uma estrutura em quatro tempos que a narrativa fílmica reencena com precisão notável, culminando na cena de retorno em que o lugar de origem aparece reduzido sem ter mudado.

A segunda é que os pontos em que o filme se afasta do mito são os de maior rendimento teórico. A inversão do estatuto da imagem mostra que a ignorância decisiva não é a que confunde sombra e coisa, mas a que delimita previamente o que conta como real. E a introdução de uma figura que é simultaneamente cativa e instituidora do mundo revela o que o relato platônico deixa em branco: a libertação supõe um outro, e esse outro não é externo à situação de que liberta.

A terceira é que a psicanálise não funciona aqui como grade interpretativa sobreposta a um material filosófico, mas como aquilo que permite pensar o intervalo entre os dois momentos extremos da alegoria. Entre ser desatado e ver está um trabalho — de ligação do excesso, de desinvestimento do mundo perdido, de constituição de um eu que não coincide mais com o ambiente que o sustentava. Platão nomeia o início e o fim dessa travessia; é a psicanálise que descreve seu custo.

Permanece em aberto uma questão que o recorte não pôde tratar. Se a condição descrita pela alegoria é, como Sócrates afirma, a comum e não a excepcional, o que o filme encena não é uma história singular, mas a estrutura de toda constituição subjetiva: começa-se sempre num mundo que não se escolheu e cuja contingência só depois se torna visível. Examinar essa generalização exigiria investigação própria.

Declarações

Conflito de interesses. O autor declara não haver conflito de interesses.

Financiamento. A pesquisa não recebeu financiamento específico de agências públicas, comerciais ou sem fins lucrativos.

Uso de inteligência artificial. Não foi utilizada inteligência artificial generativa na concepção, na redação ou na análise do conteúdo deste artigo.

Disponibilidade de dados. Não se aplica: trata-se de ensaio teórico sobre obra publicada, sem produção de dados primários.

Nota editorial. Este artigo integra o acervo reorganizado dos volumes 1 a 3 da Interapia. O texto foi editorialmente adequado às normas vigentes da revista quanto a estrutura, registro e normalização de referências, sem alteração de tese, argumento ou atribuição de autoria.

Referências

- AUMONT, J.; MARIE, M. *A análise do filme*. 2. ed. Lisboa: Edições Texto & Grafia, 2009.
- BION, W. R. *O aprender com a experiência*. Rio de Janeiro: Imago, 1991.
- DONOGHUE, E. *Room*. London: Picador, 2010.
- FERENCZI, S. Confusão de língua entre os adultos e a criança (1933). In: *Obras completas: psicanálise IV*. São Paulo: Martins Fontes, 1992. p. 97-106.
- FREUD, S. Formulações sobre os dois princípios do funcionamento mental (1911). In: *Edição standard brasileira das obras psicológicas completas de Sigmund Freud*, v. 12. Rio de Janeiro: Imago, 1996a. p. 237-244.
- FREUD, S. Luto e melancolia (1917). In: *Edição standard brasileira das obras psicológicas completas de Sigmund Freud*, v. 14. Rio de Janeiro: Imago, 1996b. p. 275-291.
- FREUD, S. A negativa (1925). In: *Edição standard brasileira das obras psicológicas completas de Sigmund Freud*, v. 19. Rio de Janeiro: Imago, 1996c. p. 263-269.
- FREUD, S. Inibições, sintomas e ansiedade (1926). In: *Edição standard brasileira das obras psicológicas completas de Sigmund Freud*, v. 20. Rio de Janeiro: Imago, 1996d. p. 95-201.
- KLEIN, M. Notas sobre alguns mecanismos esquizoides (1946). In: *Inveja e gratidão e outros trabalhos*. Rio de Janeiro: Imago, 1991. p. 17-43.
- LACAN, J. O estádio do espelho como formador da função do eu (1949). In: *Escritos*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1998. p. 96-103.
- LACAN, J. *O Seminário, livro 11: os quatro conceitos fundamentais da psicanálise* (1964). Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1988.
- LAPLANCHE, J.; PONTALIS, J.-B. *Vocabulário da psicanálise*. 4. ed. São Paulo: Martins Fontes, 2001.
- METZ, C. *O significante imaginário: psicanálise e cinema*. Lisboa: Livros Horizonte, 1980.
- O QUARTO de Jack (*Room*). Direção: Lenny Abrahamson. Roteiro: Emma Donoghue. Produção: Element Pictures; No Trace Camping. Irlanda; Canadá: A24; Universal, 2015. 1 filme (118 min), son., color.
- PLATÃO. *A República*. Tradução de Maria Helena da Rocha Pereira. 9. ed. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 2001.
- WINNICOTT, D. W. *O brincar e a realidade*. Rio de Janeiro: Imago, 1975.
- WINNICOTT, D. W. *O ambiente e os processos de maturação: estudos sobre a teoria do desenvolvimento emocional*. Porto Alegre: Artes Médicas, 1983.

COMO CITAR

RODRIGUES, L. A alegoria da caverna e seus deslocamentos em O quarto de Jack: imagem, função materna e passagem ao princípio de realidade. *Interapia — Revista de Clínica, Cultura e Ciências Mentais*, v. 2, n. 1, p. 41-47, 2024.

LICENÇA

Publicado em acesso aberto sob licença Creative Commons Atribuição-NãoComercial 4.0 Internacional. O autor mantém os direitos sobre a obra e concede à revista o direito de primeira publicação.

Psicologia das massas e liderança carismática: identificação, ideal do eu e a renúncia à singularidade em grupos de adesão total

Group psychology and charismatic leadership: identification, ego ideal and the surrender of singularity in groups of total adherence

Lia Malusá Penteado

Psicanalista clínica, Brasil.

PUBLICADO 20 DEZ 2024

Os registros de tramitação editorial dos volumes 1 a 3 estão incompletos em razão de mudança na direção da revista. As datas de recebimento, revisão e aceite deste artigo não puderam ser recuperadas e, por isso, não são informadas.

RESUMO

Este artigo examina, a partir de *Psicologia das massas e análise do eu* (1921), os mecanismos psíquicos que sustentam a coesão de grupos organizados em torno de uma figura de liderança carismática e a correlata redução da capacidade crítica individual. Reconstitui-se a formulação freudiana em seus próprios termos — a substituição do ideal do eu pelo objeto comum, a identificação recíproca daí decorrente e a economia libidinal que torna o laço interno indissociável da hostilidade ao exterior — situando-a em relação à descrição da multidão em Le Bon e à análise de Adorno sobre o uso deliberado desses mecanismos pela propaganda autoritária. Propõe-se em seguida a noção de *grupo de adesão total* como construção conceitual que permite descrever, sem imputação a organizações determinadas, a configuração em que o vínculo grupal se torna exclusivo e irreversível. Discute-se, por fim, o contraste entre essa configuração e modelos contemporâneos de liderança comunitária oriundos do campo da comunicação, argumentando que a diferença decisiva não está na intensidade do vínculo, mas na reversibilidade da saída e na preservação do juízo próprio.

Palavras-chave: psicologia das massas; identificação; ideal do eu; liderança carismática; Freud.

ABSTRACT

Drawing on *Group Psychology and the Analysis of the Ego* (1921), this article examines the psychic mechanisms that sustain the cohesion of groups organised around a charismatic leadership figure, and the correlated reduction of individual critical capacity. The Freudian formulation is reconstituted in its own terms — the substitution of the ego ideal by a common object, the reciprocal identification that follows from it, and the libidinal economy rendering the internal bond inseparable from hostility towards the outside — and situated in relation to Le Bon's description of the crowd and to Adorno's analysis of the deliberate use of these mechanisms by authoritarian propaganda. The notion of the *group of total adherence* is then proposed as a conceptual construction allowing description, without imputation to determinate organisations, of the configuration in which the group bond becomes exclusive and irreversible. Finally, the contrast between this configuration and contemporary models of community leadership drawn from the field of communication is discussed, arguing that the decisive difference lies not in the intensity of the bond but in the reversibility of exit and the preservation of individual judgement.

Keywords: group psychology; identification; ego ideal; charismatic leadership; Freud.

1 Introdução

A frase que abre *Psicologia das massas e análise do eu* desfaz, de saída, a oposição que o título poderia sugerir. Para Freud (1996c), a psicologia individual é desde sempre psicologia social, porque o outro comparece na vida

psíquica do sujeito como modelo, objeto, auxiliar ou adversário desde o primeiro momento. Não há, nessa perspectiva, um psiquismo solitário que depois se socialize: a constituição do eu já é operação realizada com materiais alheios. Disso decorre que o estudo dos fenômenos coletivos não exige princípio explicativo suplementar — exige, antes, que se examine o que ocorre com os laços libidinais quando o número aumenta e quando uma figura comum passa a ocupar, para muitos sujeitos simultaneamente, uma posição que cada um deles ocupava sozinho.

O texto de 1921 foi escrito num intervalo preciso. Três anos antes terminara a Primeira Guerra, cujo saldo clínico — as neuroses traumáticas — obrigara Freud a reconsiderar a teoria das pulsões em *Além do princípio do prazer* (1996b). A pergunta que atravessa o período é menos técnica do que histórica: o que torna possível que sujeitos capazes de juízo moral individual pratiquem coletivamente o que isoladamente recusariam. O recurso aos fenômenos de massa não é, portanto, digressão sociológica numa obra clínica; é tentativa de responder, com os conceitos disponíveis, a uma questão imposta pelos acontecimentos.

Este artigo retoma essa investigação com um recorte determinado. Interessa aqui o caso em que o laço grupal se organiza em torno de uma figura de liderança cuja autoridade não se funda em competência verificável nem em mandato revogável, mas em atributo percebido como pessoal e incomparável — o que a sociologia das religiões designou como carisma. Interessa, mais especificamente, a configuração em que esse laço se torna exclusivo, absorvendo as demais pertencas do sujeito, e irreversível, no sentido de que a saída passa a ter custo proibitivo. Essa configuração será designada, ao longo do texto, como *grupo de adesão total*.

Duas delimitações são necessárias desde já, e ambas têm consequência sobre o modo de exposição adotado.

A primeira é conceitual e jurídica. Termos como *seita* e *culto* carregam, no uso corrente, função desqualificadora: raramente designam uma estrutura e quase sempre designam a religião do outro. Aplicá-los a comunidades de fé determinadas é operação que a pesquisa não pode realizar, tanto por imprecisão descritiva quanto por equivaler a imputação lesiva a coletividades e a pessoas identificáveis. Este artigo trabalha, por isso, com um tipo ideal construído conceitualmente e, quando recorre a casos, limita-se a episódios encerrados cuja materialidade foi estabelecida em processo judicial e cujos responsáveis estão mortos. Nenhuma organização em atividade é aqui caracterizada

como grupo de adesão total, e nenhuma conduta ilícita é atribuída a pessoa viva.

A segunda é de finalidade. Descrever os mecanismos que produzem adesão acrítica é empreendimento com face dupla: o mesmo conhecimento que permite reconhecer e resistir pode, em princípio, orientar a produção deliberada do fenômeno. A exposição que segue mantém-se, por isso, no registro da análise estrutural e dos indicadores de reconhecimento, sem descer ao detalhe operacional das técnicas. O artigo descreve e critica o mecanismo; não ensina a operá-lo.

2 Método

Trata-se de revisão narrativa de literatura, de natureza teórico-conceitual, sem produção de dados primários e sem pretensão de exaustividade bibliográfica.

O corpus primário é constituído pelos textos freudianos em que a questão do laço coletivo recebe tratamento sistemático: *Totem e tabu* (1996a), *Psicologia das massas e análise do eu* (1996c), *O futuro de uma ilusão* (1996d) e *O mal-estar na civilização* (1996e). A esses se acrescenta *Além do princípio do prazer* (1996b), pela reformulação pulsional que condiciona a leitura de 1921.

O corpus secundário reúne três conjuntos: a tradição anterior com a qual o texto de 1921 dialoga, representada pela descrição da multidão em Le Bon (2008); a recepção crítica da teoria freudiana da massa, com destaque para Adorno (2015), Enriquez (1990) e Arendt (1989); e literatura revisada por pares ou publicada por editora universitária sobre pertencimento e sobre grupos de controle elevado — Baumeister e Leary (1995), Lifton (1989) e Galanter (1999).

O critério de inclusão exigiu que a obra fosse referência estabelecida no campo, acessível em edição verificável, e que tratasse do fenômeno em termos conceituais ou empíricos, não meramente denunciatórios. O critério de exclusão descartou material jornalístico, obras de divulgação sem aparato e produção audiovisual de entretenimento. Esta última merece registro específico: documentários de plataformas de *streaming* sobre grupos de controle elevado, ainda que por vezes bem apurados, são produtos editoriais submetidos a exigências narrativas e não a revisão por pares, não explicitam critérios de seleção de fontes e não podem sustentar proposição analítica. Quando mencionados neste artigo, o são a título ilustrativo da circulação pública do tema, jamais como evidência.

O procedimento consistiu em três etapas: reconstituição da formulação freudiana sobre identificação e ideal do eu; construção, a partir dela e da literatura secundária, de um quadro descritivo do grupo de adesão total; e confronto desse quadro com o modelo de liderança comunitária proposto por Godin (2013), tomado como contraponto por sua influência sobre a compreensão corrente dos agrupamentos em ambiente digital.

3 A necessidade de pertencer e a formação do laço

3.1 O pertencimento como exigência, não como preferência

Qualquer análise dos efeitos deletérios da vida grupal corre o risco de sugerir que a solução estaria na abstenção. A literatura disponível não autoriza essa conclusão. Maslow (1954) situou a necessidade de afeto e pertencimento logo acima das exigências fisiológicas e de segurança, tratando-a como condição para que necessidades de ordem superior sequer se apresentem. A revisão de Baumeister e Leary (1995) foi além e sustentou, com base em evidência convergente de domínios distintos, que a necessidade de pertencimento constitui motivação humana fundamental: sua frustração associa-se de modo consistente a prejuízo cognitivo, afetivo e somático, e sua satisfação não é substituível por outros bens.

O ponto tem consequência analítica direta. Se o pertencimento é exigência e não preferência, a vulnerabilidade à captura grupal não é sinal de fragilidade individual nem de déficit de discernimento: é contrapartida de uma necessidade constitutiva. Explicações que atribuem a adesão a credulidade ou a baixa escolaridade falham por supor que o fenômeno se dirige a uma falha do sujeito, quando se dirige a uma de suas condições. Bauman (2003) observou que a demanda contemporânea por comunidade cresce na razão direta da erosão dos vínculos que antes a supriam sem que fosse preciso pedi-la — o que explica por que ofertas de pertencimento intenso encontram público em contextos de dissolução dos laços tradicionais.

3.2 Da multidão de Le Bon à massa freudiana

Freud (1996c) parte da descrição que Le Bon (2008) propusera da multidão: nela, o indivíduo adquire sentimento de potência irresistível, a responsabilidade pessoal dilui-se no anonimato, o contágio afetivo propaga condutas e a sugestionabilidade se eleva a ponto de aproximar o estado coletivo do hipnótico.

Freud retém a descrição e recusa a explicação. O que Le Bon chama contágio e sugestão são, para ele, nomes de

um processo cuja natureza permanece por determinar: dizer que os indivíduos se influenciam por sugestão reafirma o fenômeno, não o explica. A contribuição propriamente freudiana está em substituir a sugestão pela libido como princípio de coesão. O que mantém a massa unida é da ordem do laço amoroso — não no sentido sexual, mas no sentido ampliado que a teoria da libido confere ao termo. Se os membros renunciam a particularidades e toleram restrições que isoladamente recusariam, é porque algo lhes é dado em troca, e esse algo é afetivo.

3.3 Identificação e substituição do ideal do eu

A formulação central de 1921 articula dois movimentos. O primeiro é a identificação, descrita por Freud como a mais antiga forma de ligação afetiva com um objeto: o eu toma o traço de outro eu como modelo, conformando-se a ele. A identificação é parcial e opera sobre um traço, não sobre a pessoa inteira; é também anterior à escolha de objeto propriamente dita, e pode substituí-la.

O segundo movimento é a substituição do ideal do eu. A instância que no sujeito exerce as funções de observação, exigência e julgamento — aquela que mede o eu atual contra o eu desejado e produz, pela distância entre ambos, o sentimento de culpa — pode ser deslocada para fora e encontrada em uma figura externa. Quando um mesmo objeto ocupa essa posição para muitos sujeitos simultaneamente, produz-se a estrutura que Freud identifica como própria da massa primária: os indivíduos colocaram um único objeto no lugar de seu ideal do eu e, em consequência disso, identificaram-se uns com os outros em seu eu.

A ordem importa. A identificação horizontal entre os membros não é causa da coesão, mas efeito da relação vertical comum. É por compartilharem a mesma figura na posição de ideal que os membros se reconhecem como semelhantes — o que explica a intensidade do laço lateral e sua dependência da permanência da figura central. Explica também por que a desidealização do líder costuma dissolver o grupo com rapidez desproporcional à sua aparente solidez.

Dessa estrutura decorre o efeito mais consequente. A instância crítica não é suprimida: é transferida. Deixa de operar sobre as proposições e condutas da figura idealizada, que passam a ser recebidas sem o exame a que outras seriam submetidas. Nos termos de Laplanche e Pontalis (2001), a identificação opera aqui não como aquisição de um traço, mas como delegação de uma função. O sujeito não se tornou incapaz de julgar; deixou de julgar naquele ponto — e é essa seletividade que torna o fenômeno com-

patível com a preservação do discernimento nas demais áreas da vida, observação que a literatura clínica registra com regularidade.

4 A economia libidinal do grupo e seus efeitos

4.1 Amor interno, hostilidade externa

Freud (1996c) observa que a coesão interna de um grupo e sua hostilidade ao exterior não são fenômenos independentes que por acaso coincidam, mas faces de uma mesma operação econômica: a libido retirada dos objetos externos não desaparece do circuito pulsional, e a agressividade que o laço interno exige recalcar encontra no exterior seu destino disponível. A tese é retomada em *O mal-estar na civilização* (1996e) como narcisismo das pequenas diferenças: a hostilidade é tanto mais intensa quanto menor a distância real entre os grupos, porque é a proximidade que ameaça a distintividade sobre a qual o laço se sustenta.

A consequência é direta. Um grupo cujo discurso manifesto é o do amor universal pode, sem contradição psíquica alguma, praticar exclusão severa: o amor é dirigido ao interior, e sua condição de possibilidade é a existência de um exterior sobre o qual a agressividade recai. Não se trata de hipocrisia dos membros, mas de propriedade estrutural da economia descrita.

4.2 Regressão, tradição e aversão à novidade

A massa, nota Freud, é conservadora: tem aversão ao novo e apego ao estabelecido, e nisso reproduz traços que

a teoria atribui ao funcionamento psíquico arcaico. Ritos, fórmulas repetidas e narrativas de origem não são ornamentos do laço, mas instrumentos de sua manutenção, porque convertem a adesão em prática cotidiana e tornam o pertencimento reconhecível para dentro e para fora.

Esse ponto permite situar a contribuição de Adorno (2015). Ao analisar a propaganda autoritária, Adorno sustenta que seus operadores não descobriram nada que Freud não houvesse descrito: converteram em técnica administrada aquilo que, em 1921, era análise de um processo espontâneo. A figura carismática da propaganda moderna é, nessa leitura, produto construído — e que a estrutura mobilizada seja arcaica não impede que sua mobilização seja planejada. A observação evita duas simetrias falsas: nem todo grupo coeso é grupo de adesão total, nem toda adesão intensa resulta de manipulação deliberada.

5 O grupo de adesão total como tipo ideal

Reunindo os elementos anteriores e a literatura especializada, é possível construir um quadro descritivo. Lifton (1989), em estudo sobre programas de reforma do pensamento, e Galanter (1999), em sistematização de orientação psiquiátrica, convergem na identificação de dimensões recorrentes. O quadro que segue não constitui instrumento diagnóstico nem se aplica a organizações determinadas: é construção conceitual destinada a tornar discutível uma configuração, distinguindo-a dos grupos religiosos ou políticos comuns e das comunidades de interesse.

DIMENSÃO	GRUPO DE PERTENÇA COMUM	GRUPO DE ADESÃO TOTAL	CORRELATO PSICANALÍTICO
Autoridade	Funcional e revogável; sujeita a instâncias	Pessoal e inquestionável; sem instância acima	Ideal do eu deslocado para figura única
Juízo próprio	Preservado; divergência é tolerada	Delegado; a dúvida é lida como falha moral	Suspensão da função crítica do supereu
Outras pertencas	Coexistem com a pertença ao grupo	Absorvidas ou desfeitas pelo vínculo	Retirada libidinal dos objetos externos
Saída	Reversível, sem perda de laços prévios	Onerosa; implica ruptura com a rede afetiva	Agressividade dirigida ao exterior e ao desertor
Exterior	Diferente; interlocutor possível	Ameaça; fonte de contaminação	Narcisismo das pequenas diferenças

Tabela 1 — Quadro conceitual comparativo entre grupo de pertença comum e grupo de adesão total, com os correlatos na teoria freudiana da massa. As colunas centrais descrevem polos de um contínuo, não categorias discretas; a tabela não constitui instrumento de avaliação nem se aplica a organizações determinadas.

Duas observações. A primeira é que o critério decisivo não é a intensidade do vínculo: grupos de pertença comum podem produzir laços intensos e organizar a vida de seus membros sem que nada da coluna central se verifi-

que. O que distingue a configuração é a combinação entre delegação do juízo e irreversibilidade da saída — é a segunda que converte a primeira em aprisionamento, por remover a condição material do arrependimento.

A segunda é que o isolamento tem, nesse arranjo, estatuto de condição e não de consequência. Arendt (1989) observou que a dominação total se torna possível quando o sujeito já não dispõe de pertencas alternativas a partir das quais contrastar o que lhe é proposto — o que coincide com a inferência psicanalítica: a retirada de investimento dos objetos externos não é efeito colateral da intensificação do laço interno, mas sua condição econômica.

Quanto aos casos históricos, a cautela adotada recomenda referência sóbria. Episódios encerrados do século XX — entre eles as mortes coletivas na Guiana em 1978 e o atentado com agente químico no metrô de Tóquio em 1995, cujos responsáveis foram julgados e estão mortos — ofereceram material a investigações posteriores e são hoje retomados pela produção documental de entretenimento. Seu valor analítico é, contudo, limitado pela própria excepcionalidade: casos-limite informam mal sobre o funcionamento ordinário do mecanismo. Mais instrutivo, nesse aspecto, é o resultado experimental de Milgram (1974), que mostrou disposição à obediência destrutiva em sujeitos comuns, sem vínculo grupal prévio e sob autoridade meramente situacional — indicando que a delegação do juízo não exige nem carisma excepcional nem coesão prolongada.

6 O contraponto: liderança como abertura

O campo da comunicação produziu, no mesmo período em que as redes digitais reorganizaram a formação de agrupamentos, um modelo de liderança comunitária que convém examinar por contraste. Godin (2013) define tribo como conjunto de pessoas ligadas a uma ideia, umas às outras e a uma liderança, sem determinação geográfica e com a comunicação recíproca como requisito. O líder, nessa formulação, é aquele que desafia o estabelecido, propõe mudança e mobiliza — figura que o autor aproxima deliberadamente do herege.

A oposição com Freud é aparente e merece ser desfeita. Godin não descreve um mecanismo psíquico distinto; descreve um arranjo em que o mesmo mecanismo opera sob restrições diferentes. A tribo pressupõe comunicação bidirecional, o que significa que a figura central não detém o monopólio da enunciação; pressupõe pluralidade de pertencas, já que participar de uma tribo não exige abandonar as demais; e pressupõe saída sem custo, porque o vínculo não se sustenta em dependência material ou afetiva exclusiva. Sob essas três condições, a identificação com a figu-

ra de liderança não produz delegação do juízo, porque o grupo dispõe de meios internos de contestação.

A divergência quanto ao conservadorismo da massa resolve-se pelo mesmo caminho. Freud descreve a aversão à novidade como traço da massa organizada em torno de um ideal encarnado, no qual qualquer mudança ameaça a figura que o sustenta; Godin descreve agrupamentos organizados em torno de um projeto, nos quais a mudança é o próprio conteúdo do laço. São objetos distintos, não teses contraditórias sobre o mesmo objeto. O otimismo da formulação tem, porém, limite reconhecível: ambientes digitais produzem com facilidade a homogeneidade informacional que a teoria freudiana identifica como favorável à suspensão do juízo, e a reversibilidade formal da saída de uma comunidade em rede não equivale, na experiência dos sujeitos, à reversibilidade efetiva.

A comparação permite, assim, estabelecer um critério. A diferença entre o laço que amplia o sujeito e o que o reduz não está na existência de uma figura de liderança, nem na intensidade do investimento, nem na idealização — inerente, em alguma medida, a qualquer vínculo eletivo. Está na manutenção de três condições: contestar sem perder o lugar, conservar pertencas alternativas e poder sair. Onde as três se preservam, a identificação enriquece o eu; onde se perdem, o eu é substituído.

7 Considerações finais

O exame realizado permite três conclusões de alcance distinto.

A primeira diz respeito ao estatuto do fenômeno. A adesão acrítica a uma figura de liderança não resulta de déficit individual, mas de propriedade estrutural do psiquismo descrita por Freud em 1921: a possibilidade de que o ideal do eu seja deslocado para um objeto externo e compartilhado. Essa possibilidade é a mesma que torna viáveis a educação, a transmissão e qualquer vínculo que transforme o sujeito. Não há como eliminá-la sem eliminar o que nela é fecundo, o que desloca a questão da prevenção para o terreno das condições em que o deslocamento ocorre.

A segunda diz respeito ao critério de distinção. A tentativa de separar grupos legítimos de grupos nocivos pelo conteúdo das crenças é inviável, além de epistemologicamente inadequada: não cabe à psicanálise arbitrar sobre a verdade de doutrinas. O critério sustentável é formal e incide sobre a estrutura do vínculo — delegação do juízo, exclusividade da pertença, custo da saída. Essa formulação tem a vantagem de ser aplicável independentemente

do campo em que o grupo se organize, o que é relevante num momento em que configurações análogas se produzem fora do âmbito religioso, em contextos políticos, terapêuticos e comerciais.

A terceira diz respeito aos limites do que foi estabelecido. O quadro proposto é construção conceitual derivada de literatura teórica e de estudos qualitativos: não foi submetido a validação empírica, não possui propriedades psicométricas e não se presta a aplicação individual. Sua função é organizar a discussão, não fundamentar juízo sobre casos. Traduzi-lo em instrumento verificável exigiria trabalho de outra ordem — agenda legítima, mas distinta da que este artigo cumpre.

Resta uma observação de ordem clínica. O sujeito que se desliga de um grupo de adesão total não recupera simplesmente uma autonomia que teria sido suspensa. Perde, com o vínculo, a estrutura que organizava seu ideal, sua rede afetiva e, frequentemente, sua narrativa de si. A escuta desse momento exige reconhecer que o que se dissolveu não foi um engano, mas um laço — e que o trabalho consiste menos em demonstrar o erro do que em sustentar a reconstrução de um ideal do eu que o sujeito possa novamente habitar como próprio.

Declarações

Conflito de interesses. A autora declara não haver conflito de interesses.

Financiamento. A pesquisa não recebeu financiamento específico de agências públicas, comerciais ou sem fins lucrativos.

Uso de inteligência artificial. Não foi utilizada inteligência artificial generativa na concepção, na redação ou na análise do conteúdo deste artigo.

Disponibilidade de dados. Não se aplica: trata-se de revisão de literatura, sem produção de dados primários.

Nota editorial. Este artigo integra o acervo reorganizado dos volumes 1 a 3 da Interapia. O texto foi editorialmente adequado às normas vigentes da revista quanto a estrutura, registro e normalização de referências, sem alteração de tese, argumento ou atribuição de autoria.

Referências

ADORNO, T. W. A teoria freudiana e o padrão da propaganda fascista. In: *Ensaio sobre psicologia social e psicanálise*. São Paulo: Editora Unesp, 2015. p. 155-191.

ARENDT, H. *Origens do totalitarismo*. São Paulo: Companhia das Letras, 1989.

BAUMAN, Z. *Comunidade: a busca por segurança no mundo atual*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2003.

BAUMEISTER, R. F.; LEARY, M. R. The need to belong: desire for interpersonal attachments as a fundamental human motivation. *Psychological Bulletin*, v. 117, n. 3, p. 497-529, 1995.

ENRIQUEZ, E. *Da horda ao Estado: psicanálise do vínculo social*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1990.

FREUD, S. Totem e tabu (1913). In: *Edição standard brasileira das obras psicológicas completas de Sigmund Freud*, v. 13. Rio de Janeiro: Imago, 1996a. p. 13-191.

FREUD, S. Além do princípio do prazer (1920). In: *Edição standard brasileira das obras psicológicas completas de Sigmund Freud*, v. 18. Rio de Janeiro: Imago, 1996b. p. 17-75.

FREUD, S. Psicologia de grupo e análise do ego (1921). In: *Edição standard brasileira das obras psicológicas completas de Sigmund Freud*, v. 18. Rio de Janeiro: Imago, 1996c. p. 79-154.

FREUD, S. O futuro de uma ilusão (1927). In: *Edição standard brasileira das obras psicológicas completas de Sigmund Freud*, v. 21. Rio de Janeiro: Imago, 1996d. p. 13-71.

FREUD, S. O mal-estar na civilização (1930). In: *Edição standard brasileira das obras psicológicas completas de Sigmund Freud*, v. 21. Rio de Janeiro: Imago, 1996e. p. 73-148.

GALANTER, M. *Cults: faith, healing, and coercion*. 2. ed. New York: Oxford University Press, 1999.

GODIN, S. *Tribos: nós precisamos que você nos lidere*. Rio de Janeiro: Alta Books, 2013.

KAHN, M. *Freud básico: pensamentos psicanalíticos para o século XXI*. Rio de Janeiro: BestBolso, 2013.

LAPLANCHE, J.; PONTALIS, J.-B. *Vocabulário da psicanálise*. 4. ed. São Paulo: Martins Fontes, 2001.

LE BON, G. *Psicologia das multidões*. São Paulo: Martins Fontes, 2008.

LIFTON, R. J. *Thought reform and the psychology of totalism: a study of brainwashing in China*. Chapel Hill: University of North Carolina Press, 1989.

MASLOW, A. H. *Motivation and personality*. New York: Harper & Row, 1954.

MILGRAM, S. *Obedience to authority: an experimental view*. New York: Harper & Row, 1974.

COMO CITAR

PENTEADO, L. M. Psicologia das massas e liderança carismática: identificação, ideal do eu e a renúncia à singularidade em grupos de adesão total. *Interapia — Revista de Clínica, Cultura e Ciências Mentais*, v. 2, n. 1, p. 48-54, 2024.

LICENÇA

Publicado em acesso aberto sob licença Creative Commons Atribuição-NãoComercial 4.0 Internacional. O autor mantém os direitos sobre a obra e concede à revista o direito de primeira publicação.

Arquétipos na psicologia analítica: um modelo triádico e suas consequências clínicas

Archetypes in analytical psychology: a triadic model and its clinical consequences

Márcia Aparecida Rodrigues

Psicanalista clínica, Brasil.

PUBLICADO 20 DEZ 2024

Os registros de tramitação editorial dos volumes 1 a 3 estão incompletos em razão de mudança na direção da revista. As datas de recebimento, revisão e aceite deste artigo não puderam ser recuperadas e, por isso, não são informadas.

RESUMO

O conceito de arquétipo ocupa na psicologia analítica posição estruturante e, ao mesmo tempo, persistentemente ambígua: designa ora uma disposição herdada e irrepresentável, ora a imagem que dela emerge na experiência. Este artigo reconstitui a elaboração do conceito na obra de Jung, com ênfase na distinção entre arquétipo-como-tal e imagem arquetípica, e propõe um modelo triádico que discrimina três níveis de operação arquetípica: estrutural, regulatório e representacional. O percurso examina a posição junguiana sobre o inconsciente como matriz autônoma, por oposição à concepção do inconsciente como depósito de conteúdos descartados; confronta essa posição com formulações contemporâneas da neurociência do sonhar e com objeções emergentistas que derivam o arquétipo da experiência; e discute as ressonâncias do conceito em etologia, antropologia estrutural e linguística. Argumenta-se que a confusão recorrente entre os três níveis responde por boa parte das críticas dirigidas à noção de inatismo em Jung e que sua discriminação tem consequências diretas sobre a clínica, especialmente no uso de técnicas expressivas e na leitura do material simbólico segundo os eixos de causalidade, finalidade e sincronicidade.

Palavras-chave: arquétipo; psicologia analítica; imagem arquetípica; símbolo; prática clínica.

ABSTRACT

The concept of the archetype occupies a structuring yet persistently ambiguous position within analytical psychology: it designates at once an inherited, unrepresentable disposition and the image that emerges from it in experience. This article reconstitutes the elaboration of the concept in Jung's work, emphasising the distinction between the archetype-as-such and the archetypal image, and proposes a triadic model discriminating three levels of archetypal operation: structural, regulatory and representational. The discussion examines the Jungian position on the unconscious as an autonomous matrix, as opposed to the conception of the unconscious as a repository of discarded contents; it confronts this position with contemporary formulations from the neuroscience of dreaming and with emergentist objections deriving the archetype from experience; and it discusses resonances of the concept in ethology, structural anthropology and linguistics. It is argued that the recurrent conflation of the three levels accounts for much of the criticism directed at Jungian innatism, and that discriminating them bears directly on clinical practice, particularly in the use of expressive techniques and in reading symbolic material along the axes of causality, finality and synchronicity.

Keywords: archetype; analytical psychology; archetypal image; symbol; clinical practice.

1 Introdução

Entre os conceitos que Jung legou à psicologia, nenhum é mais central e nenhum foi tão sistematicamente mal compreendido quanto o de arquétipo. A comparação proposta por Stevens (2002) — o arquétipo é, para a psicologia analítica, o que a gravitação é para a física newtoniana ou a seleção natural para a biologia darwiniana — não é re-

tórica. Retire-se o arquétipo da psicologia analítica e o que resta não é uma versão mais sóbria da mesma teoria, mas outra teoria: sem disposições estruturantes herdadas, o inconsciente coletivo perde seu fundamento, a amplificação simbólica perde seu critério e o processo de individuação perde sua direção.

A dificuldade não decorre de obscuridade na exposição, mas da própria natureza do objeto. O conceito foi formulado ao longo de mais de quatro décadas, em contextos polêmicos sucessivos, e sofreu revisões substantivas que raramente são sinalizadas por quem o cita. O resultado é que formulações pertencentes a momentos distintos da obra circulam lado a lado como se fossem intercambiáveis, produzindo a impressão de uma teoria estática e internamente inconsistente. A objeção de que Jung teria sustentado a herança de imagens — tese lamarckiana insustentável à luz da genética — repousa, em boa medida, sobre leituras que ignoram a distinção que ele próprio estabeleceu entre o arquétipo e suas manifestações.

Este artigo propõe que a ambiguidade do conceito seja tratada não como defeito a corrigir, mas como índice de uma estratificação real que a linguagem disponível não discrimina. Onde se emprega um único termo, operam ao menos três níveis distintos: uma estrutura disposicional herdada, um conjunto de mecanismos que modulam sua expressão conforme as condições do ambiente e da história individual, e as formas manifestas que essa expressão assume na experiência consciente. A proposta aqui desenvolvida nomeia esses níveis como arquétipos estruturais, regulatórios e representacionais, e sustenta que sua discriminação dissolve controvérsias que de outro modo permanecem insolúveis.

O interesse dessa discriminação não é apenas taxonômico. A clínica de orientação analítica opera sobre material simbólico produzido por técnicas expressivas — imaginação ativa, trabalho com sonhos, desenho, pintura, dramatização — e a interpretação desse material depende de se saber, a cada passo, sobre qual nível se está trabalhando. Confundir a forma manifesta com a estrutura que a possibilita conduz tanto ao reducionismo que lê toda imagem como variante de um motivo universal quanto ao seu oposto, que dissolve o arquétípico na biografia.

2 Método

Trata-se de revisão narrativa de literatura, de natureza teórico-conceitual, voltada à reconstrução e ao refinamento de um conceito. O corpus primário é constituído pelos

textos em que Jung oferece formulação sistemática da noção de arquétipo, reunidos sobretudo nos volumes 8/2 e 9/1 das *Obras completas*, com apoio em *Símbolos da transformação*, em *Tipos psicológicos* e no material autobiográfico de *Memórias, sonhos, reflexões*.

O corpus secundário reúne três conjuntos: comentadores que se ocuparam especificamente da história interna do conceito e de sua depuração de pressupostos lamarckianos; autores pós-junguianos que reformularam o arquétipo em direção emergentista ou arquetipal; e trabalhos de disciplinas vizinhas — etologia clássica, teoria do apego, antropologia estrutural — cujas construções apresentam homologia estrutural com a noção junguiana e permitem avaliá-la por contraste.

O critério de inclusão foi duplo: tratamento direto do estatuto do arquétipo, e não menção incidental; e publicação em obra de referência, editora universitária ou periódica com revisão por pares. Excluíram-se textos de divulgação e comentários que reproduzem a formulação junguiana sem examiná-la. Para a literatura de disciplinas vizinhas, exigiu-se que a comparação com o conceito junguiano fosse sustentável em termos de função teórica, e não apenas de analogia verbal — critério que levou à exclusão deliberada de aproximações com achados de genética e epigenética cuja transposição para o registro psicológico permanece conjectural.

O procedimento compreendeu três etapas: reconstituição da formulação junguiana em seus próprios termos e em sua cronologia; identificação dos pontos em que o conceito opera sobre níveis distintos sem os distinguir; e proposição do modelo triádico como instrumento de desambiguação, seguida do exame de suas consequências clínicas.

3 Inconsciente, inatismo e a posição da psicologia analítica

3.1 O inconsciente como matriz

A posição de Jung quanto ao estatuto do inconsciente estava formulada desde cedo. Já em 1912 ele enunciava o horizonte de sua pesquisa como uma filogenia da mente, concebida à semelhança da filogenia do corpo: uma forma atual alcançada por transformações sucessivas, cujos órgãos rudimentares permaneceriam identificáveis em outras variantes mentais e em certas condições patológicas (Jung, 1986). O programa era, nesse momento, excepcional. O estruturalismo investigava a mente pela introspecção, o funcionalismo pela adaptação a estímulos, e o behaviorismo propunha substituir o estudo da mente pelo do comportamento observável. Nenhuma dessas orientações

se interessava por estabelecer correspondências entre funcionamento psíquico e história natural da espécie.

A diferença em relação a Freud é de princípio, e Jung a formulou com precisão em depoimentos tardios. Para a psicanálise, o inconsciente seria produto da consciência — uma espécie de depósito onde se acumula o que foi descartado do campo consciente. Para a psicologia analítica, o inconsciente é matriz: base da consciência, de natureza criativa, capaz de atos autônomos e de intrusões igualmente autônomas no campo consciente. A formulação tem consequência metodológica imediata. Se o inconsciente é depósito, a análise se orienta pela recuperação do que nele foi depositado; se é matriz, a análise se orienta pela escuta do que dele emerge, e a produção simbólica deixa de ser disfarce a decifrar para tornar-se expressão de um processo em curso.

A diferença determina, assim, o que conta como interpretação bem-sucedida. A leitura redutiva, que remete a imagem à história pessoal, continua pertinente, mas deixa de ser suficiente: o símbolo reclama também leitura prospectiva, orientada para a função que exerce na economia psíquica do sujeito no momento em que aparece.

3.2 Convergências contemporâneas e seus limites

Parte da literatura recente aproxima a concepção junguiana de formulações produzidas na neurociência do sonhar. A hipótese da protoconsciência (Hobson, 2009) sustenta que o cérebro em sono REM gera um modelo virtual de realidade, anterior e preparatório à experiência de vigília, dotando de substrato fisiológico a tese de estruturas a priori de organização da experiência. A homologia com a posição junguiana é real: em ambos os casos, o psiquismo não é concebido como superfície receptiva, mas como sistema que antecipa e organiza o que vai encontrar. Ambas as construções, de resto, declaram filiação kantiana (Kant, 2001).

Convém, no entanto, delimitar o alcance da aproximação. A protoconsciência descreve um modo de funcionamento, não um repertório de conteúdos: nada nela corresponde à tese de motivos recorrentes e transculturalmente reconhecíveis. Tampouco a neuropsicanálise, que constitui a via mais desenvolvida de diálogo entre psicanálise e neurociência (Solms, 2021), oferece apoio à concepção junguiana, uma vez que opera com o modelo freudiano do inconsciente e tende a derivar o inconsciente do funcionamento consciente, em sentido inverso ao que a psicologia analítica postula. Registrar a convergência quanto à existência de estruturas organizadoras prévias, sem estendê-la

ao conteúdo dessas estruturas, é a condição para que o diálogo seja conceitualmente honesto.

4 Arquétipo-como-tal e imagem arquetípica

4.1 A depuração do conceito

Jung refinou a noção de arquétipo ao longo de toda a obra. Inicialmente descritos como vestígios de modos anteriores de funcionamento, os arquétipos passaram, com o acúmulo de experiência clínica, a ser concebidos como formas do instinto. A reformulação decisiva, porém, veio com a distinção entre o arquétipo-como-tal e as imagens, ideias e comportamentos a que ele dá origem. Papadopoulos (2006) situa essa distinção como o momento em que o conceito se liberta definitivamente da contaminação lamarckiana: o que se herda é a predisposição a ter determinada experiência, não a experiência nem sua imagem.

O arquétipo-como-tal é, nos termos de Jung, irrepresentável. Caracteriza-se por certos elementos formais e por significados fundamentais apreensíveis apenas por aproximação, e pertence ao que ele denomina registro psicoide — um domínio quase psíquico, situado na extremidade invisível do espectro. A consequência é estrita: toda vez que um arquétipo se apresenta à mente, ele já está consciente e, portanto, já difere em medida indeterminável daquilo que causou a representação. O arquétipo não é, nesse sentido, objeto possível de observação; é construto inferido a partir de regularidades nas formas que dele derivam.

A imagem arquetípica, por sua vez, não se reduz a conteúdo figurativo. Jung é explícito ao condicionar o reconhecimento do arquetípico à simultaneidade de dois aspectos: há apenas imagem de pouca consequência quando há somente imagem; ao ser carregada de afeto, a imagem adquire numinosidade, torna-se dinâmica e produz efeitos. O critério do arquetípico é, portanto, energético antes de ser iconográfico — observação de considerável importância clínica, à qual se retornará adiante.

4.2 Arquétipo e instinto

A relação entre arquétipo e instinto é o ponto em que a formulação junguiana mais se aproxima da biologia e, simultaneamente, mais resiste à redução a ela. Jung sustenta que os arquétipos, ao intervirem na formação de conteúdos conscientes regulando-os, modificando-os e motivando-os, agem como instintos; e que não são apenas relíquias de modos anteriores de funcionamento, mas reguladores biologicamente necessários da esfera instintiva, cujo alcance cobre toda a psique e só perde seu caráter

imperativo quando limitado pela liberdade relativa da vontade. A fórmula sintética é conhecida: a imagem representa o significado do instinto.

Jung distinguiu cinco grupos instintivos — criatividade, reflexão, atividade, sexualidade e fome. A função do arquétipo não é constituir esses instintos, mas conectá-los ao mundo. Os instintos nunca são amorfos: ativam-se sempre em relação a objetos determinados, em contextos determinados. O ser humano não nasce apto a funcionar em qualquer mundo concebível, mas equipado com estruturas que o preparam para as situações regulares que previsivelmente encontrará neste mundo. Daí as expressões empregadas por Jung para marcar a posição intermediária do conceito: imagem instintual, princípio formativo do poder instintual, tipo instintivo a priori.

A homologia com a etologia clássica é direta e foi explorada por Stevens (2002): concebidos como centros neuropsíquicos que coordenam repertórios comportamentais e psíquicos da espécie em resposta às circunstâncias encontradas, os arquétipos tornam-se comparáveis aos mecanismos inatos de liberação descritos por Lorenz (1981) e aos sistemas comportamentais corrigidos por objetivo propostos por Bowlby (2002). Em todos os casos, trata-se de disposições que não determinam o comportamento, mas estabelecem o repertório de respostas disponíveis e as condições de sua ativação.

5 Modelo triádico do arquétipo

Jung descreveu os arquétipos como antigos leitos de rio: canais escavados pela água da vida ao longo de séculos, que secam quando a água os abandona e que podem ser reencontrados a qualquer momento, tanto mais provavelmente quanto mais tempo a água tenha corrido por eles. A metáfora é precisa e, lida com atenção, já contém a estratificação que aqui se propõe explicitar. Nela comparecem o leito, a água e aquilo que determina se e quando a água volta a correr — três termos que o conceito único de arquétipo recobre indistintamente.

5.1 Arquétipos estruturais

Os arquétipos estruturais correspondem ao leito. São disposições profundamente incorporadas à constituição psi-

cobiológica da espécie, que operam como plantas fundamentais orientando experiência e comportamento. Constituem o nível mais conservado e menos plástico: definem o repertório de formas possíveis, não as formas efetivas. Corresponde a este nível, com precisão, o que Jung designa como arquétipo-como-tal — irrepresentável por definição, acessível apenas por inferência a partir de suas manifestações.

5.2 Arquétipos regulatórios

Os arquétipos regulatórios correspondem às comportas e barragens dispostas ao longo do curso. Não alteram o leito, mas governam o fluxo: determinam quando, em que intensidade e sob que condições as disposições estruturais se expressam. Operam como interface dinâmica entre estrutura herdada e circunstância, assegurando resposta flexível a situações variáveis e impedindo que a ativação arquétípica inunde indiscriminadamente o campo consciente.

É neste nível que se concentram as determinações históricas, culturais e biográficas. A objeção emergentista de Knox (2003), segundo a qual a experiência é necessária para o surgimento do arquétipo — com a teoria do apego oferecida como caso exemplar —, incide sobre o nível regulatório e sobre o representacional, não sobre o estrutural. Reconhecer isso permite acolher a contribuição emergentista sem abandonar a tese de disposições prévias: a experiência não cria o leito, mas decide se a água corre e com que vazão.

5.3 Arquétipos representacionais

Os arquétipos representacionais correspondem ao fluxo efetivo da água. São o conteúdo manifesto, as formas determinadas que a experiência assume quando a disposição é ativada: imagens oníricas, figuras míticas, motivos recorrentes, modos típicos de agir em situações de alta densidade afetiva. É o único dos três níveis diretamente observável, e é também aquele em que a variação cultural e individual é máxima. Casas edificadas sobre a mesma estrutura portante diferem inteiramente em estilo, e é no estilo — não na estrutura — que a clínica encontra seu material.

NÍVEL	NATUREZA	NA METÁFORA DO RIO	ACESSO CLÍNICO
Estrutural	Disposição herdada, irrepresentável; o arquétipo-como-tal	O leito escavado	Indireto: inferido da recorrência transindividual de motivos
Regulatório	Mecanismos que modulam ativação e intensidade	Comportas e barragens	Indireto: inferido das condições de ativação e da carga afetiva
Representacional	Forma manifesta: imagem, motivo, conduta típica	A água que corre	Direto: material simbólico produzido na análise

Tabela 1 — Níveis de operação arquetípica no modelo triádico proposto, com o análogo correspondente na metáfora junguiana do leito de rio e o modo de acesso disponível à investigação clínica. A coluna de acesso registra o que é observável, não o que é teoricamente decisivo.

6 Ressonâncias disciplinares e objeções

A noção de estruturas organizadoras prévias à experiência não é privativa da psicologia analítica, e o exame das formulações paralelas ajuda a situar o que há de específico na proposta junguiana. Lévi-Strauss (1989) postulou infraestruturas inconscientes que moldam normas e instituições, operando abaixo do nível em que os próprios agentes sociais as reconhecem. Chomsky (1965) propôs estruturas profundas como formas fundamentais subjacentes à variação das línguas naturais. Tinbergen (1963), ao distinguir causas próximas — mecanismos fisiológicos e aprendizagem — de causas últimas — história evolutiva e valor adaptativo —, forneceu o enquadramento metodológico que permite tratar disposições comportamentais sem reduzi-las a uma só ordem de explicação. Samuels (1989) sintetiza esse campo de homologias em três proposições: estruturas arquetípicas cristalizam experiências ao longo do tempo evolutivo, constelam a experiência por esquemas inatos que marcam previamente tudo o que vem depois, e engajam o organismo numa busca de correspondência com o ambiente.

Em todos esses casos reaparece a mesma estrutura epistemológica: postula-se um nível organizador inacessível à observação direta, inferido a partir da regularidade de suas manifestações. A filiação filosófica é comum e remonta à tese kantiana da inacessibilidade da coisa em si (Kant, 2001), que Jung invoca explicitamente ao caracterizar o arquétipo-como-tal. A convergência não constitui prova — é possível que disciplinas distintas compartilhem um mesmo viés explicativo —, mas estabelece que a objeção de inverificabilidade, quando dirigida apenas à psicologia analítica, é seletiva.

Permanecem em aberto objeções de outra ordem. A primeira é a já mencionada crítica emergentista, que o modelo triádico acomoda ao preço de restringir o inatismo ao nível estrutural. A segunda, de natureza metodológica, incide sobre o procedimento de amplificação: estabelecer

que um motivo onírico recorre na mitologia de culturas distantes não demonstra origem arquetípica, pois difusão histórica e constrangimentos comuns da experiência humana explicam parte considerável das recorrências. A exigência de parcimônia é legítima e raramente foi atendida com o rigor devido na literatura junguiana. A terceira objeção é a de que a hipóstase do arquétipo — tratá-lo como entidade dotada de agência própria — converte instrumento heurístico em personagem teórico, risco contra o qual a tradição arquetipal de Hillman (1995) oferece, paradoxalmente, tanto exemplo quanto antídoto: ao reivindicar a imagem como irredutível e recusar sua tradução em conceito, desloca o problema para o plano da linguagem, sem resolvê-lo.

7 Consequências para a prática clínica

A discriminação dos três níveis tem efeito direto sobre o manejo do material simbólico. A análise de orientação junguiana recorre a técnicas expressivas — imaginação ativa, relaxamento, trabalho com sonhos, desenho, pintura, modelagem, dramatização — para produzir material que o relato verbal não alcança. Esse material pertence inteiramente ao nível representacional: é a água, não o leito. Tratá-lo como manifestação transparente de uma estrutura universal conduz ao erro mais frequente da clínica junguiana malconduzida, que consiste em substituir a escuta da imagem singular pelo reconhecimento de um motivo catalogado.

O critério energético estabelecido por Jung oferece o instrumento de triagem adequado. Nem toda imagem é arquetípica; é arquetípica a imagem que comparece carregada de afeto, dotada de numinosidade, e que produz consequências na economia psíquica do sujeito. Esse critério é observável em análise: manifesta-se na alteração do tônus afetivo, na insistência com que a imagem retorna, na resistência que oferece à paráfrase. Operacionalmente, portanto, o analista não identifica arquétipos — identifica in-

tensidades, e é a partir delas que infere a ativação de um nível estrutural.

Segue-se que o trabalho analítico incide, sobretudo, no nível regulatório. Não se modificam disposições estruturais; modificam-se as condições sob as quais se ativam e o modo como o sujeito se relaciona com sua ativação. Reconhecer-se em cena, para retomar a imagem do teatro interno, não suprime o roteiro — permite que o sujeito deixe de ser apenas executado por ele.

Esse reconhecimento requer que o material seja lido segundo os três eixos que organizam a interpretação na psicologia analítica: a causalidade, que remete a imagem à história do sujeito; a finalidade, que interroga a função prospectiva que ela exerce no momento em que aparece; e a sincronicidade, que considera as coincidências significativas entre produção simbólica e acontecimento. A articulação dos três eixos, e não o predomínio de qualquer um deles, é o que distingue a análise do processamento simbólico de uma hermenêutica aplicada (Serbena, 2010). A dimensão epistemológica dessa operação foi examinada por Wahba (2019), que mostra como o método na psicologia analítica envolve a criação de sensibilidades — a constituição, no próprio analista, da disposição perceptiva que torna o material legível.

Cabe uma última observação sobre o alcance clínico do modelo. A tipologia das figuras arquetípicas — sombra, anima e animus, persona, si-mesmo — consolidada em *Os arquétipos e o inconsciente coletivo* (Jung, 2000b) e difundida em *O homem e seus símbolos* (Jung, 2008), opera no nível representacional, ainda que a linguagem corrente a trate como inventário de estruturas. O trabalho de von Franz (1990) sobre contos de fada ilustra o procedimento correto: as figuras são tratadas como configurações recorrentes a serem examinadas em sua variação, não como entidades a serem reconhecidas. A diferença entre as duas atitudes decide a qualidade de uma análise.

Considerações finais

O percurso realizado sustenta três conclusões de alcance distinto. A primeira é que a ambiguidade do conceito de arquétipo não é defeito de exposição, mas efeito de uma estratificação real recoberta por um termo único. Distinguir níveis estrutural, regulatório e representacional não acrescenta entidades à teoria: explicita articulações que a formulação junguiana já contém, de modo disperso, na distinção entre arquétipo-como-tal e imagem arquetípica e na metáfora do leito de rio.

A segunda é que boa parte das objeções dirigidas ao inatismo junguiano resulta de atribuir ao nível estrutural o que pertence aos demais. A crítica emergentista é procedente quanto à formação das imagens e quanto às condições de sua ativação, e improcedente quanto à existência de disposições prévias — que, de resto, nenhuma psicologia do desenvolvimento contemporânea dispensa inteiramente. Delimitado o inatismo ao nível estrutural, a tese torna-se mais modesta e consideravelmente mais defensável.

A terceira é que a utilidade clínica do conceito não depende da resolução das controvérsias sobre seu estatuto ontológico. O analista não precisa decidir se o arquétipo-como-tal existe como entidade psicoide para reconhecer que determinadas imagens comparecem com carga afetiva desproporcional à sua biografia aparente e que esse reconhecimento orienta o trabalho. A autonomia relativa entre valor clínico e estatuto epistemológico não é privilégio da psicologia analítica, mas convém enunciá-la para que a defesa da clínica não dependa de vitórias teóricas das quais ela não necessita.

Resta, como agenda, o exame sistemático do nível regulatório, o menos elaborado dos três na literatura disponível. É nele que se decide a passagem da disposição à forma, e é nele que a psicologia analítica pode encontrar interlocução produtiva com a pesquisa sobre desenvolvimento e sobre a constituição da experiência — desde que a interlocução se faça por homologia de função, e não por empréstimo de vocabulário.

Declarações

Conflito de interesses. A autora declara não haver conflito de interesses.

Financiamento. A pesquisa não recebeu financiamento específico de agências públicas, comerciais ou sem fins lucrativos.

Uso de inteligência artificial. Não foi utilizada inteligência artificial generativa na concepção, na redação ou na análise do conteúdo deste artigo.

Disponibilidade de dados. Não se aplica: trata-se de revisão de literatura, sem produção de dados primários.

Nota editorial. Este artigo integra o acervo reorganizado dos volumes 1 a 3 da *Interapia*. O texto foi editorialmente adequado às normas vigentes da revista quanto a estrutura, registro e normalização de referências, sem alteração de tese, argumento ou atribuição de autoria.

Referências

- BOWLBY, J. *Apego: a natureza do vínculo*. 3. ed. São Paulo: Martins Fontes, 2002.
- CHOMSKY, N. *Aspects of the theory of syntax*. Cambridge: MIT Press, 1965.
- HILLMAN, J. *Re-vendo a psicologia*. Petrópolis: Vozes, 1995.
- HOBSON, J. A. REM sleep and dreaming: towards a theory of proto-consciousness. *Nature Reviews Neuroscience*, v. 10, n. 11, p. 803-813, 2009.
- JUNG, C. G. *Memórias, sonhos, reflexões*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1975.
- JUNG, C. G. *Símbolos da transformação*. Obras completas, v. 5. Petrópolis: Vozes, 1986.
- JUNG, C. G. *Tipos psicológicos*. Obras completas, v. 6. Petrópolis: Vozes, 1991.
- JUNG, C. G. *A natureza da psique*. Obras completas, v. 8/2. Petrópolis: Vozes, 2000a.
- JUNG, C. G. *Os arquétipos e o inconsciente coletivo*. Obras completas, v. 9/1. Petrópolis: Vozes, 2000b.
- JUNG, C. G. (org.). *O homem e seus símbolos*. 2. ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2008.
- KANT, I. *Crítica da razão pura*. 5. ed. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 2001.
- KNOX, J. *Archetype, attachment, analysis: Jungian psychology and the emergent mind*. Hove: Brunner-Routledge, 2003.
- LÉVI-STRAUSS, C. *O pensamento selvagem*. Campinas: Papirus, 1989.
- LORENZ, K. *The foundations of ethology*. New York: Springer, 1981.
- PAPADOPOULOS, R. K. (ed.). *The handbook of Jungian psychology: theory, practice and applications*. London: Routledge, 2006.
- SAMUELS, A. *Jung e os pós-junguianos*. Rio de Janeiro: Imago, 1989.
- SERBENA, C. A. Considerações sobre o inconsciente: mito, símbolo e arquétipo na psicologia analítica. *Revista da Abordagem Gestáltica*, v. 16, n. 1, p. 76-82, 2010.
- SOLMS, M. *The hidden spring: a journey to the source of consciousness*. London: Profile Books, 2021.
- STEVENS, A. *Archetype revisited: an updated natural history of the self*. London: Brunner-Routledge, 2002.
- TINBERGEN, N. On aims and methods of ethology. *Zeitschrift für Tierpsychologie*, v. 20, n. 4, p. 410-433, 1963.
- VON FRANZ, M.-L. *A interpretação dos contos de fada*. São Paulo: Paulus, 1990.
- WAHBA, L. L. A criação de sensibilidades: epistemologia e método na psicologia analítica. *Psicologia: Teoria e Pesquisa*, v. 35, e3548, 2019.

COMO CITAR

RODRIGUES, M. A. Arquétipos na psicologia analítica: um modelo triádico e suas consequências clínicas. *Interapia — Revista de Clínica, Cultura e Ciências Mentais*, v. 2, n. 1, p. 55-62, 2024.

LICENÇA

Publicado em acesso aberto sob licença Creative Commons Atribuição-NãoComercial 4.0 Internacional. O autor mantém os direitos sobre a obra e concede à revista o direito de primeira publicação.